

IVANILDE DA SILVA

DE QUEM NÓS/A GENTE ESTÁ(MOS) FALANDO AFINAL?:

uma investigação sincrônica da variação entre **nós** e **a gente** como estratégias de
designação referencial

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal de Florianópolis.

Orientadora: *Profa. Dra. Izete L. Coelho*

Florianópolis
2004

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

Mestre em Linguística

E aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Orientadora: Izete L. Coelho (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Edair M. Görski (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Ana M. S. Zilles (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

- ☺ Agradeço ao apoio incondicional dos meus familiares (mãe e irmã, principalmente), à força, à confiança e às sugestões de amigos como Izete, Marco e Tirza que, além de oferecerem seus ombros acolhedores, foram leitores atentos e críticos dos textos por mim escritos, e ao incentivo e à amizade de Ana P. Guedes, Márcia J., Elis Rogéria e Elsa G., de um jeito ou de outro, sempre presentes, à professora de graduação Ms. Bethânia C. Zitzke pelo entusiasmo constante e confiança.
- ☺ Estendo meus agradecimentos às professoras Dra. Ana M. S. Zilles e Dra. Edair M. Görski pelas contribuições, sugestões e direcionamento para o desenvolvimento desta pesquisa, dadas durante o evento *Bondeando 2003/2*, promovido pelo programa de Pós-Graduação em Linguística –UFSC. Ainda à professora Dra. Ana M. S. Zilles agradeço pelos “toques” significativos dados durante o curso de “*metodologia de análise quantitativa na sociolinguística quantitativa*”, ministrado pela professora em questão e pelo professor Dr. Luiz Amaral (UFPL), na UFRGS, em janeiro de 2004.
- ☺ Agradeço também à Capes pelo financiamento desta pesquisa, à coordenação do curso de pós-graduação, aos professores do PGL e à professora Dra. Odete Menon (UFPR) pela oportunidade, às professoras Dras. Edair M. Görski e Izete L. Coelho pelas contribuições durante as aulas ministradas no Pós, à professora Dra. Izete L. Coelho por oportunizar o meu estágio de docência na graduação (UFSC), ao VARSUL pela acolhida carinhosa, ao André (PET/Letras) pelas aulas de *inglês instrumental* e pelo *abstract*, ao Magdiel pelas traduções e aos demais colegas de curso pelos momentos de crescimento e descontração.

“Não é só pelo exercício; é pelo desafio também. Vida sem desafio não vale a pena.” (Moacyr Scliar, 2004: 8)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICO	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1	13
1. (IN)DETERMINAÇÃO REFERENCIAL: algumas considerações	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 Ponto de partida: discutindo pronominalização.....	13
1.3 Discutindo a (in)determinação.....	21
1.4 Considerações finais do capítulo	33
Capítulo 2	35
2. TEORIA E METODOLOGIA VARIACIONISTA.....	35
2.1 Introdução.....	35
2.2 Heterogeneidade lingüística: breves palavras.....	36
2.3 Regra variável: algumas reflexões	40
2.4 Pronomes camaleões – como definir a regra variável?	49
2.5 Considerações finais do capítulo	57
Capítulo 3	60
3. DAS PESSOAS DA ENUNCIÇÃO AOS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO... 60	60
3.1 Introdução.....	60
3.2 A noção de unicidade das pessoas do discurso.....	61
3.3 A noção de pluralização	64
3.4 A “referência” na enunciação – algumas considerações.....	67
3.5 Processos de referenciação	71
3.5.1 Algumas concepções teóricas	71
3.5.2 A multirreferencialidade de nós e a gente	80
3.6 Considerações finais do capítulo	89
Capítulo 4.....	91
4 METODOLOGIA DO TRABALHO	91
4.1 Introdução.....	91

4.2 Constituição das amostras de fala – um banco de dados atípico	91
4.3 A estruturação do envelope de variação.....	94
4.3.1 Variáveis lingüísticas.....	94
4.3.1.1 Multiplicidade referencial.....	94
4.3.1.2 Manutenção ou não do referente	98
4.3.1.3 Referência temporal.....	102
4.3.2 Variáveis extralingüísticas: faixa etária e sexo	103
4.3.3 O uso do Pacote Estatístico Varbrul.....	109
Capítulo 5	111
5. DE QUEM NÓS/A GENTE ESTÁ(MOS) FALANDO AFINAL?.....	111
5.1 Introdução.....	111
5.2 Breves palavras: resultados gerais	111
5.3 Resultados e discussões das variáveis lingüísticas	112
5.3.1 Manutenção ou não do referente.....	112
5.3.2 Multiplicidade referencial.....	115
5.3.3 Dêixis vs anáfora.....	118
5.3.4 Preenchimento do sujeito vs não-preenchimento.....	119
5.4 Resultados e discussões das variáveis sociais	120
5.4.1 Faixa etária.....	120
5.4.2 Sexo	121
5.5 Considerações finais do capítulo	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
ANEXOS.....	139

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICO

Quadro 1	Referentes (in)definidos e (in)determinados	30
Quadro 2	Contexto: posição de sujeito	51
Quadro 3	Contexto: posição de sujeito	51
Quadro 4	Processo de pessoalização do pronome a gente (Borges, 2004: 43)	66
Quadro 5	Relação dos indivíduos	93
Tabela 1 -	Referenciais (in)determinados	97
Tabela 2 -	Uso de a gente e nós segundo <i>a Manutenção ou não do referente</i>	112
Tabela 3 -	Uso de a gente vs nós segundo <i>a Multiplicidade referencial</i>	115
Tabela 4 -	Uso de a gente vs nós segundo <i>a Dêixis e a Anáfora</i>	118
Tabela 5 -	Uso de preenchimento vs não-preenchimento	119
Tabela 6 -	Uso de a gente vs nós segundo <i>a Idade</i>	121
Tabela 7 -	Uso de a gente vs nós segundo <i>o Sexo</i>	122
Tabela 8 -	Uso de a gente vs nós segundo o cruzamento entre <i>a faixa etária e o sexo</i>	123
Gráfico	Uso de a gente vs nós segundo <i>os indivíduos</i>	126

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar a intercambialidade de **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *-mos* e *zero*) atrelada à peculiaridade de serem pronomes multirreferenciais, podendo designar, dentro de uma escala de possibilidades, desde as pessoas do discurso a referentes genéricos, a ponto de não se precisar o referente. A análise está apoiada nas concepções teóricas de Benveniste (1988 e 1989) no que se refere às discussões sobre pronomes e subjetividade das pessoas do discurso; nos processos de referenciação e de categorização de referentes do discurso, baseados na abordagem lingüística e sócio-cognitiva de Mondada e Dubois (1995/2003), Apothéloz (1995/2003) e Milner (1995/2003) principalmente, e nos pressupostos teóricos e metodológicos da sociolingüística variacionista. As amostras da pesquisa foram constituídas por 32 entrevistas, 16 colhidas na cidade de Blumenau/SC, da fala de profissionais, muitos deles vinculados a um hospital da mesma cidade, e os demais dados de fala foram colhidos do Programa do Jô, atração televisiva veiculada pela Rede Globo de Televisão. As entrevistas, coletadas na cidade catarinense foram realizadas entre os anos de 2001 e 2002 e as exibidas pelo Programa do Jô no período de 2003 a 2004. As amostras possuem a mesma distribuição de informantes, conforme dito acima, todos com grau de escolaridade superior, classificados de acordo com o sexo e duas faixas etárias. Os resultados gerais da utilização dos pronomes **nós** e **a gente** indicam mudança: na medida em que o pronome **a gente** se estabiliza como pronome pessoal, ele disputa cada vez mais espaço no campo da determinação, concorrendo com o pronome **nós**.

Palavras-chave: regra variável, mudança semântica e processos de referenciação.

ABSTRACT

This work intends to analyze and describe the interchangeability of “nós” and “a gente” (and their respective realization “-mos and “zero”) connected to the idea they are multireferential pronouns, being capable of designating, within a scale of possibilities, from discourse pronouns to generic referents, up to a certain point in which the referent is no longer needed. The analysis is grounded on the theoretical conceptions of Benveniste (1988 and 1989) in relation to the discussions about pronouns and the subjectivity of the “discourse pronouns”; the processes of referenciation and categorization of the discourse referents, based on the socio-cognitive and linguistic approach by Mondada and Dubois (1995/2003), Apothéloz (1995/2003) and Milner (1995/2003), and under the methodological and theoretical assumptions of variationist sociolinguistics. The research samples were constituted of 32 interviews, 16 of them collected in Blumenau/SC, speech of professionals, many of them linked to a hospital located in that same city; and the rest of them were collected from “Programa do Jô,” a TV show presented by “Rede Globo de Televisão.” The interviews collected in Santa Catarina were organized between 2001 and 2002, and the ones from the TV show were selected between 2003 and 2004. The samples follow the same distribution of informers, as it was mentioned above, all graduate people, classified according to sex and age. The general results of the use of the pronouns "nós" and "a gente" indicate change: as the pronoun "a gente" stabilizes itself as a personal pronoun, it disputes more and more for his room in the determination field, competing with the pronoun "nós."

Keywords: variable rule; semantic change; referenciation processes.

INTRODUÇÃO

Investigados na oralidade como duas estratégias para expressar o sujeito, entre outras funções (cf. Omena, 1986), os pronomes **nós** e **a gente** (e suas realizações *–mos* e *zero*) serão analisados, neste trabalho, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da *sociolinguística laboviana* associados à noção de *pessoa* e *não-pessoa*, discutida por Benveniste (1988, 1989), e às abordagens sobre *os processos de referenciação*, apresentados no decorrer dos capítulos. Parto do pressuposto de que a língua *disponibiliza* ao falante duas ou mais variantes de uma mesma variável que dentro do mesmo contexto veiculam *o mesmo estado referencial*.

A intercambialidade das formas pronominais em questão, representando a primeira pessoa do plural, é estudada, normalmente, como dois recursos indeterminadores do sujeito (cf. Freitas *et al.* (1991); Menon (1994); Setti (1997), entre outros), entretanto, pesquisas recentes como as de Omena (2003), Zilles (2003) e Borges (2004) apontam o avanço do uso de **a gente** no campo oposto: *na determinação referencial*.

Com base nos autores citados, um dos objetivos deste trabalho é analisar, na fala de indivíduos graduados em diferentes áreas profissionais, *o(s) uso(s) variáveis* das expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero*) *na (in)determinação referencial*.

Partindo da constatação de que o pronome **a gente** atua em dois campos semânticos opostos, co-ocorrendo com o pronome **nós**, um outro objetivo é *caracterizar* as expressões de sujeito **nós** e **a gente** como *multireferenciais*, ou como *uma das estratégias* pelas quais se realizam *os processos referenciais no texto oral* (cf. Koch e Marcuschi, 1998). Isto é, observadas em entrevistas, por exemplo, essas formas pronominais podem designar, além de generalizações, referenciais específicos como: [eu/emissor], [eu+tu], [eu+ele(s)]. Na verdade, essas formas são uma das estratégias de designação referencial.

No entanto, vistos desse modo, os pronomes em questão infringem, de certa forma, a definição de regra variável encontrada na literatura sociolinguística: “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (cf. Tarallo, 2001: 8) porque, conforme se verá a partir de exemplos de fala, essas expressões distintas de manifestar o sujeito não se limitam a veicular sempre o mesmo referente. Daí a importância

“A sociolinguística é “sócio” não porque lida com fatores sociais, mas porque vê a língua como fenômeno social.” (TAVARES, M. A., 2003).

de se discutir a noção de regra variável, já que certos elementos, como **nós** e **a gente**, por exemplo, parecem não significar a mesma coisa porque podem abranger *uma gama de “significados”* na medida em que o discurso prossegue.

O terceiro objetivo é caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero*) como formas lingüísticas *intercambiáveis*, que dentro do mesmo domínio funcional veiculem *o mesmo estado de coisas*, apesar de possuírem propriedades *multirreferenciais* se observadas ao longo de *um evento comunicativo*, conforme mostra o exemplo abaixo:

- (1) ... então isso **nós chamamos** de linha não-invasiva, talvez uma das linhas mais importantes ... ahhh **temos** um teste que é muito importante também, que é o exame que eu faço, que é um exame que **nós estudamos** as “síncope visuais”, (incompreensível) que são aquelas pessoas que perdem a consciência /.../ **a gente sabe** que as síncope visuais elas podem ser causadas por n causas, né /.../ (Cardiologista, 37 anos, amostra Blumenau).

Ao falar de cirurgias cardíacas, o falante emprega o pronome **nós** para nomear a classe *cardiologistas*. Na seqüência, ao informar que a clínica na qual trabalha possui um determinado teste, *o cardiologista* nomeia *os profissionais da clínica hospitalar* com o emprego da forma despronominalizada *–mos* e posteriormente **nós** que pode estar designando mais de um referente, como *os cardiologistas da unidade hospitalar* ou *eu/emissor*. Isto porque certas predicções possibilitam *contextos opacos*, exigindo cuidado na identificação referencial. Em seguida, ao alternar o referente, o falante muda também a forma pronominal para **a gente** que designa *a classe de cardiologistas*.

Como pode ser observado, os pronomes **nós/a gente** podem ser intercambiados sem com isso alterar a veiculação do mesmo estado referencial. Mas como resolver o problema da variabilidade referencial das formas pronominais em questão, se forem consideradas variantes de uma mesma variável?

Essa propriedade de **nós/a gente** designar uma gama de referentes comprometeria a noção de regra variável postulada pela teoria laboviana se essa peculiaridade não fosse resolvida com o recorte de regra variável apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

Com relação à maleabilidade referencial das formas em questão, as discussões estão concentradas nos postulados de Benveniste (1988, 1989) no que concerne à noção de *pessoa e não-pessoa* pronominais e nos *processos de referência*, seguindo as abordagens de Mondada e Dubois (1995/2003), entre outros autores, como Marcuschi e Koch (1998) que, em linhas gerais, tratam de peculiaridades detectadas *no processamento textual-discursivo*,

objetivando analisar e descrever fatos lingüísticos para melhor compreensão da gramática da língua falada.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, apresento uma discussão de algumas pesquisas que investigaram *a indeterminação do sujeito* e as mudanças categoriais e semânticas pelas quais passa a forma **a gente**. Como se verá, trabalhos constatarem o avanço do pronome **a gente** *na determinação referencial*, fundamentando a hipótese geral deste trabalho de que *as variantes nós* e **a gente** designam referenciais *específicos* e *genéricos*. Além disso, apresento uma reflexão sobre *a inclusão* da primeira pessoa do singular, *eu*, às formas pronominais **nós** e **a gente**, seguida de questões sobre *(in)determinação* e *(in)definição*.

No segundo capítulo, discuto, principalmente, *a noção de regra variável* proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968). Essa discussão foi necessária pelo fato de os pronomes **nós** e **a gente** possuírem características *multirreferencias*, infringindo, de certa forma, os princípios da *regra variável*: a) duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa, b) no mesmo contexto e c) com o mesmo valor de verdade.

A terceira seção trata das *peçoas do discurso* e *da noção de plural* associada à inserção *da referênciã na enunciaçãõ*, noções postuladas por Benveniste (1988 e 1989). E, a partir de Mondada e Dubois (1995/2003), Apothéloz (1995/2003), entre outros, *os processos de referenciação* também serão abordados porque fundamentam o comportamento referencialmente “maleável” das expressões de sujeito em questão.

No quatro capítulo, apresento o envelope de variação constituído das variáveis (in)dependentes e, posteriormente, no quinto capítulo, discuto os resultados estatísticos do uso variável das formas **nós** e **a gente**, analisados a partir das teorias citadas. Finalizo o trabalho com *considerações finais*.

➤ CONTRIBUIÇÕES, QUESTÕES E HIPÓTESES

Meu objetivo é contribuir modestamente com *a descrição do português falado no Brasil*, tomando como base *dados de fala de informantes graduados* que, de maneira empírica, forneceram subsídios para o estudo da *variação* das formas de expressão de sujeito **nós** e **a gente** (e suas realizações *–mos* e *zero*), além de contribuir para uma discussão da *multirreferencialidade* dos pronomes como *processo de construção referencial* (cf. Mondada e Dubois (1995/2003); Apothéloz (1995/2003) e Milner (1995/2003)).

Com relação às questões que impulsionaram essa investigação, tenho particularmente perguntas que procurarei responder no decorrer deste trabalho. A primeira questão está relacionada com a *pergunta-título* desta dissertação: a quem **nós** e **a gente** se referem afinal? A segunda questão está atrelada à mudança a longo prazo. **A gente**, atualmente, atua em dois campos semânticos distintos: *na indeterminação* e *na determinação referencial* (cf. Menon, 1994; Zilles, 2003 e Borges, 2004). Na medida em que a forma **a gente** se estabiliza como pronome pessoal aumenta sua atuação no campo específico, disputando espaço com outras formas determinadoras, como, por exemplo, o pronome *eu*. Mas qual forma atuaria *na indeterminação referencial* já que o pronome **a gente** está cada vez mais especializado em referentes como *eu/emissor e [eu+tu]*?

Minha hipótese, a longo prazo, é a de que o pronome **nós** deixe de atuar como *genérico* e o pronome **a gente** prevaleça nesse campo semântico. Obviamente, conforme será discutido no segundo capítulo deste trabalho, essa mudança poderá se efetivar quando **nós** e **a gente** não possuírem mais *diferenças estilísticas*. Assim, não haveria razão para que na língua existissem duas formas para expressar *o sujeito indeterminado*, acarretando o desaparecimento de uma das formas concorrentes.

Reconhecendo que **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *-mos* e *zero*) são expressões de sujeito *multirreferenciais* disponíveis na língua, estabeleço, em linhas gerais, as seguintes hipóteses, a curto prazo, *lingüísticas* e *sociais*:

- a) **nós/a gente** designam, além de referentes genéricos, referentes específicos;
- b) a referência temporal deve influenciar na utilização de uma ou outra forma;
- c) em dada seqüência discursiva, as formas **nós** ou **a gente** tendem a ser mantidas se o antecedente pronominal for igual à forma subsequente, preservando também o mesmo referente;
- d) fatores sociais como *a faixa etária* e *o sexo* podem interferir na intercambialidade das formas em questão.

A comprovação ou não dessas hipóteses poderá ser observada nas discussões do quinto capítulo em que discuto os resultados estatísticos, baseados nas ocorrências dos dados de fala das duas amostras investigadas neste trabalho.

Capítulo 1

1. (IN)DETERMINAÇÃO REFERENCIAL: algumas considerações

“De fato é dentro, e pela língua que o indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (Benveniste, E., 1963/1988:27).

1.1 Introdução

Estudos como os de Milanez (1982) e de Menon (1994) investigaram a indeterminação do sujeito¹ na fala de informantes do projeto NURC/SP. Operando com inúmeras estratégias² para indeterminar o sujeito, o falante utiliza construções sintáticas despronominalizadas, sintagmas nominais (SNs) e pronomes pessoais que possibilitam gradações de sentido. Por critérios sintáticos, discursivos, entre outros, *recursos indeterminadores* podem se apresentar de várias maneiras, como *formas nominais, verbais e pronominais*, veiculando referenciais (*in*)*determinados* (cf. Milanez, 1982).

Os trabalhos de Milanez e Menon foram selecionados por abordarem certos aspectos considerados importantes para serem discutidos nesta pesquisa, como: (i) a importância *co(n)textual discursiva*; (ii) a inclusão “inerente” do *eu* às formas pronominais **nós** e **a gente** e (iii) a definição de conceitos bastante complexos como *a (in)determinação* e *a (in)definição*. Esses aspectos serão abordados e discutidos na subseção 1.3.

Como referencial bibliográfico preliminar, autores como Menon (1994, 1996), Lopes (1999), Zilles (2003) e Borges (2004), que investigaram *diacronicamente* as transformações categoriais e semânticas pelas quais passou a forma **a gente** até chegar a estatuto de pronome, serão abordados a seguir para fundamentar a atuação de **a gente** na (*in*)*determinação referencial*, competindo nesses mesmos campos semânticos com o pronome **nós**.

1.2 Ponto de partida: discutindo pronominalização

Borges (2004) propõe-se a analisar o processo de variação e mudança decorrente da inserção de **a gente** no sistema pronominal do português brasileiro (PB) a partir de fatores sociais e lingüísticos relacionados, dando ênfase ao emprego do pronome **a gente** na posição de sujeito. Para isso, o autor traça o percurso diacrônico da forma em questão, descrevendo e

¹ Outros autores também estudaram o mesmo fenômeno: Almeida (1991); Freitas e Alban (1991); Monteiro (1994).

² Neste trabalho, *estratégias, recursos e formas indeterminadoras* são considerados termos equivalentes.

analisando a sua gramaticalização em diferentes estágios, de substantivo a pronome, à redução de **a gente** para *a'ente* (~'ente)³.

Com base em Benveniste e em outros autores, Borges propõe uma escala de pessoalização para o pronome **a gente** que abrange desde referentes⁴ genéricos a referenciais que manifestam níveis mais altos de pessoalização, quando a forma pronominal **a gente** designa *eu/emissor*.

Para o autor, a gramaticalização de **a gente** estaria associada a diferentes estágios, em função de um conjunto de *mudanças correlacionadas*: a) a fixação da locução **a gente**; b) o uso de **a gente** com significado genérico; c) a inserção de **a gente** no quadro pronominal, em concorrência com o pronome **nós**, com significado específico e d) a redução de **a gente** para *a'ente* (~'ente).

A partir do exposto, a questão que se coloca é a seguinte: estariam essas mudanças *correlacionadas*? Por correlação está se entendendo uma relação *mútua* entre um fato e outro. Na verdade, tais mudanças, conforme Menon (1994, 1996) e Lopes (1999), ocorreram de forma gradativa ao longo de um processo de gramaticalização que a forma **a gente** sofreu, passando da categoria substantivo a pronome. A reunião de todas essas alterações gramaticais e semânticas forma *um conjunto de mudanças*, ocorridas *gradativamente* com a forma em questão.

O substantivo *gente* (lt.*gens/gentis*) significava *povo*, e no plural *gentes*, “*bárbaros*”; gênero: *raça humana* e no português, *gente*, além das acepções herdadas do latim, admitia flexão de número e adição de artigos, concordância com o gênero gramatical e/ou a pluralização do verbo. Nos séculos XIII e XIV, a forma *as gentes* era empregada no sentido equivalente ao da atualidade: *as pessoas*, *os caras* etc. No singular e no plural significava um conjunto de pessoas com características comuns, daí, possivelmente, provém a sua acepção de coletividade e indeterminação (cf. Menon, 1996).

Segundo Menon (1996), especializou-se o emprego da locução *a gente* no sentido coletivo; no entanto, o significado primeiro não se perdeu, passando a expressar *indeterminação do sujeito*, concorrendo posteriormente com os pronomes *nós* e *eu*. A autora

³ Baseado em Omena & Braga (1996), Menon (1996), Lopes (1999) e Zilles (2002,2003), Borges propõe que a substituição de **nós** por **a gente** faz parte de um processo de mudança inserido no *continuum* de gramaticalização da forma em questão. As discussões de Borges propiciaram a seguinte questão: qual forma pronominal que substituiria o pronome **nós**? Já que as formas pronominais atualmente estão *concorrendo* pode-se “projetar” que talvez um dos pronomes se extinga, pelo menos em um dos campos semânticos em que atua, acarretando outras mudanças no paradigma pronominal (Confira capítulo II).

⁴ Os termos *referente(s)*, *entidade(s)*, *significado(s)*, *referencial(is)* e *objetos* são empregados como equivalentes.

postula ainda que, do ponto de vista semântico, *o significado* se tornou fixo e sintaticamente **a gente** não pode mais ser decomposto, não admite mais flexão de número e a concordância se neutralizou.

Lopes (1999:7) identificou em textos dos séculos XIII ao XV que o substantivo *a gente* era empregado tanto no singular quanto no plural. No entanto, a partir do século XVI, a forma singular começa a avançar e o plural, segundo a autora, entra num processo gradativo de desuso, embora registros documentassem sua utilização até o século XIX. Borges (2004: 8) mostra que **a gente** mesmo no singular, em muitos casos, tinha como elemento posposto um predicado no plural. Ao citar Vasconcellos (1906), Lopes salienta que a concordância no plural talvez tenha sido uma das estratégias, no português arcaico, para expressar *impessoalidade do sujeito*.

Outra peculiaridade verificada por Borges é que **a gente** não se relacionava apenas ao número, mas também ao *gênero* associado ao substantivo feminino *gente*, conforme mostram os exemplos fornecidos pelo autor:

- (2) Quando **a gente** fortíssima (Lusíadas, 1,75,4-5)
- (3) Não sofre muito **a gente** generosa (Lusíadas, 1,87,5).

Tais propriedades são encontradas atualmente na fala conforme se verá em exemplos no decorrer deste trabalho. A forma pronominal **a gente** pode, em muitos casos, estar associada ao gênero do *emissor*, como, por exemplo, “**a gente** anda tão cansado”, sendo o falante do sexo masculino (cf. Menon, 1994, Lopes, 1999). Ocorrências como essas mostram a atuação do pronome em questão no campo da determinação, designando *eu/emissor*. Estudos como os Lopes e Borges investigaram a mudança categorial de substantivo *gente* até sua inserção no sistema pronominal do PB, e suas mudanças de ordem semântica, podendo ser utilizado, na atualidade, tanto nos âmbitos *específico* quanto *genérico* (cf. Borges, 2004).

Lopes (1993), ao estudar a alternância entre **nós** e **a gente**, verificou que tais variantes poderiam englobar, além do sentido genérico, outras acepções, como [eu+você(s) e eu+ele(s)] que a autora denominou de *eu-ampliado* (eu+alguém), baseada nas discussões sobre pronomes de Benveniste. Dentro dessa perspectiva, trabalhos como os de Lopes (1999), Zilles (2003) e Borges (2004) mostram a possibilidade da forma pronominal **a gente** poder designar a primeira pessoa do discurso, *eu*. Nesse caso, os pronomes **nós** e **a gente** poderiam ser

empregados para nomear grupos (in)determinados, como por exemplo: *as pessoas em geral*, *eu+ele(s)*, *eu+tu+ele(s)*, *eu+tu* e *eu*.

De acordo com Lopes, o pronome **a gente**, de forma gradativa, foi perdendo o sentido de “+de um” e passou a designar também *eu/emissor*, conforme as palavras da própria autora:

“O *a gente* pronominal designa, mais comumente, **um todo** abstrato, indeterminado e genérico, representando o conjunto base “ser-pessoa”, perdendo, gradativamente, o sentido de “+de um”. O que reforça a hipótese do [ØPL] é que a forma cristalizada *a gente*, cuja referência conceptual é uma massa indeterminada de pessoas disseminadas na coletividade – com o *eu* necessariamente incluído – herdou, justamente, a possibilidade combinatória com o singular, e não com o plural. Além disso, *a gente* pode ser usado por *eu*” (Lopes, 1999: 31).

Nessa mesma linha de raciocínio, Borges (2004: 2) objetivou identificar os fatores, principalmente os de natureza sintático-semântica, que atuaram no processo de gramaticalização de **a gente** para sua efetivação como pronome pessoal. Para isso, o autor traça o percurso histórico da *pessoalização* do pronome **a gente**, com a meta de identificar o período em que essa forma passou a ser utilizada também em contextos do *campo determinado*.

O autor apresenta o mapeamento histórico-descritivo do uso de **a gente** no PB, levando em consideração três aspectos do processo de mudança: a) sua origem; b) sua efetivação como pronome e c) sua *pessoalização*. Para o mapeamento diacrônico e a análise dos três aspectos mencionados, o autor analisa onze peças de teatro, de autores gaúchos, abrangendo o período de 1896 a 1995, com intervalo de dez anos entre uma obra e outra.

Quanto ao pronome **a gente**, outros trabalhos já discutiram as formas de representação da 1ª *pessoa do plural*, e enfatizaram, principalmente, pontos sobre as categorias de *pessoa* e *número*, e a noção de “eu-ampliado” (cf. Freitas e Albán, 1991; Rollemberg, 1991; Lopes, 1993). Freitas *et al.* (1991), por exemplo, fundamentando-se em Benveniste, realizaram estudos e identificaram que as formas pronominais **nós** e **a gente** podem englobar o *eu* associado ao *não-eu* e a *não-pessoa*, característica, considerada pelas autoras, de caráter *genérico* e *globalizante*. Rollemberg *et al.* (1991) evidenciaram, com base em entrevistas do projeto NURC/Salvador (cujos informantes têm alto grau de escolaridade) que o pronome *você* é o recurso mais utilizado como *genérico*, em seguida, os pronomes **nós**, **a gente** e *eles*, respectivamente. As autoras mostraram com a pesquisa que nas situações *formais* a

preferência é pela forma pronominal **nós**, contrariamente ao que observaram nos *textos informais* em que o falante emprega **a gente**.

A trajetória da forma **a gente** foi investigada por autores como Lopes e Borges, por exemplo, e suas pesquisas diacrônicas mostraram que a forma *a(s) gente(s)*, no processo de mudança de substantivo a sua *cristalização*⁵ como pronome, foi perdendo, gradualmente, a possibilidade de se pluralizar, a partir do século XVI, e a forma singular avança com acepção indeterminada, coletiva. Entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, a forma **a gente** é caracterizada pela ambigüidade, ora com sentido de *a pessoa* ora como variante do pronome **nós**⁶.

Para Lopes (1999: 49), a emergência da pronominalização do substantivo *gente* está diretamente ligada à não-utilização de *homem*⁷ como *pronome indefinido*. Ocorrências de **a gente** como pronome a autora localizou em registros datados a partir do século XVIII e com interpretação ambígua, ora com sentido de *as pessoas*, ora como variante de *nós*, a partir do século XVI. Conforme Borges (2004), tudo indica que o processo de cristalização de **a gente** como pronome deu-se no início do século XIX com a especialização do seu uso relacionado à acepção indeterminada.

No PB, com o crescente uso de **a gente**, principalmente, na função de sujeito, primeiramente concorrendo com o **nós** e mais recentemente com o **eu**, o pronome está, como postula Menon (1996: 627), “perfeitamente integrado ao paradigma dos pronomes pessoais”, já que **a gente**, ao designar *a primeira pessoa do singular*, associado ao sexo do referente

⁵ Termo cunhado por Menon (1994).

⁶ Por *variante de nós* entendemos que tal estratégia permite várias interpretações [eu+alguém] porque possui intrinsecamente a noção de pluralidade [nós=eu+tu, eu+ele(s) ...] (cf. Lopes, 1999: 66).

⁷ *Homem*, no português arcaico, segundo os resultados de Lopes (1999: 49), entre os séculos XIII ao XVI, era mais utilizado como substantivo (316/458), podendo ser empregado como pronome indefinido – substituído por *ninguém, alguém* – (96/458) e também como interpretação ambígua, ora como substantivo ora como pronome (46/458). A autora ressalta ainda que a pronominalização do substantivo *homem* não se concretizou no português; sua utilização, como constatou Lopes (p.56), pode ser evidenciada somente no período do português arcaico, ou seja, sua alternância entre as categorias nome e pronome foi interrompida, não se mantendo em nenhuma das duas funções categoriais (essa coexistência de formas durou 400 anos). Vale ressaltar, com base em Lopes (p.63), que a idéia de indefinição pronominal era representada pelo substantivo *homem*, já que a forma **a gente** não era utilizada como pronome, no português arcaico. O nominal *homem*, com o passar do tempo, foi se gramaticalizando como: *om'ne* > *omen* > *ome*, deixando de ser utilizado com sentido pronominal indefinido no século XVI. No francês, o caráter generalizante de *on* é atribuído a partir do processo de gramaticalização de nome/*homem* > pronome/*on*. Este tem sentido equivalente a **a gente** ou ao **se**, pronomes utilizados, no PB, para referir generalidades.

extralingüístico, faz concordância verbal com *o predicativo*, como mostram os exemplos fornecidos pela autora: “**a gente** está cansado(a).”⁸

Outro aspecto importante evidenciado no PB é o pronome **a gente** estar associado semanticamente com o referente no plural, ou seja, é comum, encontrarmos na língua, conforme mostram os trabalhos de Omena (1986); Menon (1995) e Naro *at al.* (1999), exemplos de fala como: “**a gente** começamos”, “**a gente** fomos”, entre outros, que, segundo Borges (2004: 35), “contribui para caracterizar a forma **a gente** como um pronome pessoal”, tendo em vista que o falante a emprega associando-a ao *eu/emissor* mais *outra(s) pessoas*.

Naro *at al.* (1999), ao investigarem o fenômeno da saliência fônica na concordância verbal entre as variantes **nós** e **a gente**, apontam que construções como: *a gente falamos* e *nós fala* são utilizadas freqüentemente por falantes com baixa escolaridade. Menon (1995: 402) propõe que o falante, ao usar o morfema *-mos* junto ao verbo que acompanha o pronome **a gente**, faz concordância por *hipercorreção*, isto é, a hipótese da autora é que o falante, por *insegurança lingüística*, faria essa concordância para demonstrar erudição⁹. Borges (2004: 35), citando Nascentes (1953), salienta que o falante, ao utilizar construções como “a gente vamos”, concorda com o referente semanticamente, pois tem em mente o *eu*, pessoa que fala, somado a outra(s) pessoa(s), evidenciando, desta maneira, um plural associativo.

Quanto às peculiaridades a serem discutidas aqui, neste trabalho, envolvendo as mudanças semânticas que o pronome **a gente** vem sofrendo, fundamentada nos autores já citados, serão retomadas ao longo dos capítulos que seguem.

Simultaneamente a essa análise, investigaremos também a atuação do pronome **nós** nos mesmos ambientes semânticos de **a gente**. Assim, essas duas formas pronominais (e suas realizações como *-mos* e *zero*) são alternativas para expressar o sujeito, sendo que as diferenças de emprego, provavelmente, acontecem por motivações estilísticas. Desse modo, o falante tem disponível na língua duas formas distintas, estilisticamente, para designar, em um

⁸ De acordo com a perspectiva de *pronominalização* ou *gramaticalização* abordada por Omena (1986); Menon (1994, 1996); Omena e Braga (1996); Lopes (1999); Zilles (2002, 2003) e Borges (2004), a forma **a gente** passou da categoria *substantivo* a *pronome*, seguindo a seguinte trajetória: *substantivo genérico* > *gente* → *pronome indefinido* > *a gente* → *ome pessoal* > *a gente* – nós e eu (cf. Borges, 2004: 37).

⁹ O mesmo, segundo Menon (1995), estaria acontecendo com o verbo *haver* no plural, presente em registro formal escrito, quando o esperado seria a forma singular.

*evento comunicativo*¹⁰, uma multiplicidade de referentes. Conforme será discutido no terceiro capítulo dessa pesquisa, os pronomes **nós** e **a gente** podem estar desprovidos de nominalização *no cotexto*¹¹, entretanto, o falante de uma maneira ou de outra *identifica* o referente discursivamente mesmo tendo características indeterminadas.

Como já mencionado, o pronome **a gente** atua simultaneamente em dois campos semânticos distintos. E, de acordo com Menon (1994), essa forma pronominal está concorrendo com outros recursos indeterminadores (*nós, você, eles, se, SNs*, entre outros) e no campo específico, concorre com o pronome *eu*, e este, em alguns casos, associado a *SNs*, como por exemplo: [eu+meu(s) irmão(s)] (cf. Zilles, 2003).

Zilles (2003), ao analisar dados do projeto NURC de Porto Alegre (1970) e dados projeto Varsul (1990), constata que, na década de 70/NURC, o uso de **a gente** como *genérico* tinha a probabilidade de ocorrer em **0,59**, na década de 90/VARSUL, **0,78**. Com uso *específico*, em 1970, a probabilidade de ocorrer era de **0,30**, na década de 90, **0,62**. Em contrapartida, Lopes (1999), ao investigar dados do projeto NURC/RJ, verifica que com o uso *genérico*, em 1970, a probabilidade de ocorrer era de **0,89** e *específico*, **0,22**; em 1990, com o uso *genérico*, a probabilidade era de **0,75**, já como *específico* era **0,23**.

É possível notar que nos estudos de Zilles o pronome **a gente** como *específico* aumentou consideravelmente de **0,30** para **0,62**, depois de vinte anos. Já como *genérico*, o uso de **a gente** parece estar ligeiramente estabilizado, de **0,59** a **0,78**. Já na pesquisa de Lopes essa tendência não se confirmou, o uso *específico*, em 1970, tinha a probabilidade de acontecer em **0,22** e na década de 90, **0,23**, não alterando em quase nada o uso da forma **a gente** quanto *ao sentido específico*.

Zilles conclui que duas forças estão atuando para a efetivação de **a gente** em ambas as oposições semânticas: primeiro, a perda do parâmetro de sujeito-nulo no PB e segundo, como consequência, o reajustamento do paradigma verbal, de formas marcadas morfologicamente para não-marcadas.¹²

¹⁰ Segundo Marcuschi (1996: 97), “a expressão “evento comunicativo” designa uma unidade de interação desde seu início até o final. Essa especificação faz com que a repetição seja observada no âmbito do mesmo evento comunicativo como condição necessária para consideração”. É nesse sentido que está sendo utilizado o termo “evento comunicativo” como uma unidade inteira de interação (do seu início ao final, como uma entrevista, por exemplo).

¹¹ Informações à esquerda do pronome, por exemplo.

¹² De acordo com Menon (2000: 160-161), com a introdução dos pronomes *você*, concorrendo com o *tu* em algumas regiões brasileiras, *a gente, o senhor/a senhora*, se introduziu no paradigma verbal a forma morfológica não-marcada, ou melhor a perda do princípio *pro-drop* para *não pro-drop* (cf. Duarte: 1993, 1995). Eles passam a ser empregados com o mesmo morfema (zero ou seguido de marca plural) número-pessoal, como por exemplo:

Nessa mesma perspectiva de mudança semântica do pronome **a gente**, Borges (2004), entre outros autores, levando em conta também *fatores sociais*, sob a perspectiva teórico-metodológica variacionista, analisa, além de peças de teatro, conforme dito, sessenta entrevistas, vinte e quatro do BDS Pampa (Jaguarão) e trinta e seis do VarX (Pelotas). O autor propõe identificar *estágios de mudança* em torno do emprego do pronome **a gente** em duas cidades, *Jaguarão e Pelotas*, ambas situadas no estado do Rio Grande do Sul/RS. Seu objetivo foi mapear os caminhos da mudança, tanto diacrônica como sincronicamente, considerando fatores lingüísticos e sociais que poderiam estar condicionando o processo de gramaticalização e pessoalização de **a gente**.

Em seu trabalho, Borges levanta a hipótese de que, tanto a utilização de **a gente** como pronome pessoal, como a sua redução fonológica, fazem parte de etapas de um processo “contínuo” da gramaticalização que a forma em questão vem sofrendo. Para o autor, o falante tem as seguintes possibilidades de realização das variáveis lingüísticas, 1ª pessoa do plural no PB, levando em consideração o processo de gramaticalização do pronome **a gente**: *nós, a gente, -mos e Ø*, e também considerou como variável dependente as possibilidades de realização do pronome **a gente** de forma reduzida: */a'ente/ e /'ente/*.

A partir da análise das onze peças de teatro, Borges constatou que a forma **a gente** passou a competir efetivamente com o **nós** a partir da década de 1960. Além disso, passou a ser empregada com *referência específica*, ora como plural exclusivo do *tu/receptor*, ora como plural inclusivo do *tu/receptor*. Os resultados desse trabalho apontam que o uso de **a gente** é superior ao de **nós** nas duas comunidades analisadas. Em Pelotas, o processo de mudança está mais adiantado **78%**, já em Jaguarão, o índice é de **69%**. Segundo o autor, a comunidade de Jaguarão apresenta um comportamento mais conservador, se comparado ao estágio mais avançado da mudança em Pelotas.

Conforme será abordado no terceiro capítulo deste trabalho, o pronome **a gente**, segundo a proposta de Borges, apresenta *uma escala de pessoalização de significados*, do mais *específico* ao *genérico*. É com base nesse autor e em outros, como já dito, que investigo a atuação variável das expressões de sujeito **nós** e **a gente** como (in)determinadores referenciais. Para tanto, com base em Benveniste (1988 e 1989), *a noção de pessoas do discurso* e *os processos de referenciação* pelos quais o sujeito sócio-cognitivo constrói

eu fazia, tu/você fazia, o senhor fazia, ele fazia, a gente fazia, assim como *vocês* e *eles faziam*, acarretando identidade morfológica entre as formas (cf. Menon, 2000).

referentes discursivamente serão abordados em perspectivas teóricas que fundamentam a peculiaridade de os pronomes **nós** e **a gente** (e suas realizações) serem multirreferências em eventos comunicativos.

Na seqüência, trabalhos como os de Milanez (1982) e de Menon (1994) serão discutidos com a intenção de levantar pontos importantes no que concerne aos conceitos de *(in)determinação* e *(in)definição*.

1.3 Discutindo a *(in)determinação*

Para mostrar os graus de indeterminação, Milanez separa dois grandes grupos de formas indeterminadoras: a) formas representadas por um sujeito lexical e b) formas sem sujeito lexical expesso.

Do primeiro grupo fazem parte as seguintes estratégias¹³: **a gente**, *ocê*, *eles*, *eu* e *SNs*, do segundo, formas despronominalizadas [\emptyset +3ª pessoa do singular], [\emptyset +3ª pessoa do plural], [\emptyset +verbo+se] e [\emptyset +infinitivo]. Motivada pelo mesmo objeto de interesse, a indeterminação do sujeito, Menon (1994) encontrou vários recursos indeterminadores na língua oral e elenca os seguintes: **a gente**, *ele(s)*, *eu*, *formas nominais*, **nós**, *se*, *ocê(s)*, *voz passiva sem agente*, *voz passiva sintética*, *verbo da 3ª pessoa do singular* e *verbo na 3ª pessoa do plural*, como estratégias indeterminadoras, consideradas variantes de uma mesma variável, condicionadas por fatores internos e externos à língua, seguindo os pressupostos labovianos.

Embora Menon (1994) não proponha níveis de indeterminação para os recursos, ambas as autoras, Milanez e Menon, entendem que os conceitos de *(in)determinação* e *(in)definição* são importantes para a classificação de referentes *(in)determinados*.

Milanez parte do universo das três pessoas gramaticais¹⁴: 1ª, 2ª e 3ª para diferenciar os conceitos *(in)determinados*, como mostram os exemplos fornecidos pela autora:

- (4) você gostou do jantar? (2ª pessoa)
- (5) o gato pulou o muro (3ª pessoa)
- (6) meu irmão e eu não gostamos de festa (3ª e 1ª pessoas).

¹³ *Estratégias indeterminadoras* e *recursos indeterminadores* são termos utilizados como equivalentes.

¹⁴ A autora emprega os termos “as três pessoas do discurso”, mas no decorrer deste trabalho preferi utilizar “as três pessoas gramaticais”, pois entendo, com base em Benveniste (1988), que as pessoas do discurso são as duas primeiras pessoas do singular: *eu* e *tu*, a dita terceira pessoa, é a *não-pessoa*, que está fora do eixo enunciativo.

De acordo com Milanez, certas formas verbais atribuem um fato não a um ou mais seres específicos e identificáveis, 2ª pessoa, 3ª pessoa e 3ª e 1ª pessoas, como mostram, respectivamente, os exemplos acima. Mas generalizações podem ser expressas, envolvendo indistintamente qualquer uma das três pessoas gramaticais ou as três simultaneamente, como ilustram *as construções despronominalizadas* citadas por Milanez:

- (7) – você sabe fazer gemada? /.../
 – Põe só a gema e bate com o açúcar /.../
- (8) *observa-se* nas escolas /.../
- (9) *falar* é fácil. *Praticar* é difícil.

Para Milanez, as três construções acima possibilitam a *inclusão* dos interlocutores da ação verbal, desse modo o falante passa do universo das três pessoas específicas e identificáveis, que estão no nível da *determinação*, como ilustrado nos exemplos (4), (5) e (6), para um nível de *generalização*, que é transcendente por poder envolver *qualquer pessoa*, conforme mostram os exemplos (7), (8) e (9).¹⁵

Ao descrever o uso do pronome *–se* e criticar o posicionamento das escolas, que se baseiam somente na Gramática Tradicional (GT), Milanez adota postulados da Gramática Gerativa Transformacional (GGT) e reconhece que a única função deste pronome é a de ser indeterminador, não importando quais sejam os verbos utilizados (intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e verbos de ligação). A maior crítica que tanto Menon (1992/93;1994) quanto Milanez (1982) fazem é que a GT não prevê o pronome *se* como pronome indeterminado, independente do tipo de verbo empregado, já que para a tradição gramatical há somente duas possibilidades de se indeterminar o sujeito: a) com o verbo na 3ª pessoa do plural, sem agente exposto e b) com o verbo ativo na 3ª pessoa do singular acompanhado do pronome *–se*.

Milanez observa que o *–se*, assim como outras formas despronominalizadas, não apresenta contexto antecedente (SNs), mas, diferentemente de todos os recursos indeterminadores, o *–se* não necessita de fatores contextuais, além do sintático, para ser interpretado, já que sua presença bloqueia qualquer outra interpretação com nominais anteriores. “O vazio lexical no lugar do sujeito e a presença do *–se*, por si, são suficientes para caracterizá-lo como indeterminador” (Milanez, 1982: 137).

¹⁵ Está sendo entendido por *qualquer pessoa*, qualquer pessoa das *três gramaticais*.

A distinção entre as construções despronominalizadas e as que apresentam pronomes e sintagmas nominais é que nas primeiras, segundo a autora, há a possibilidade de incluir as três pessoas gramaticais e, na segunda, a informação é de caráter preciso, determinado, por estar presente na sentença, como mostraram os exemplos (4), (5) e (6).

Ao que parece, imprecisão para a autora é a não identificação das três pessoas, ou seja, tanto pode ser uma como outra, ou as três simultaneamente. Como identificar, então, referentes de caráter ampliado que, pela imprecisão das informações, sugerem mais de uma interpretação, mesmo com a presença de pronomes na sentença?

- (10) ... o que importa é que você faça alguma coisa uma atividade, né. E *tenho* relato de pessoas que **a gente faz** de pacientes que dizem que o bordado é uma válvula de escape, né e assim naquele momento que elas tão bordando, fazendo uma atividade é elas esquecem dos problemas do dia-a-dia /.../. (Terapeuta, 30 anos, amostra Blumenau)¹⁶

Nesse fragmento, por exemplo, o falante introduz a informação de que tem relatos de seus pacientes e logo após utiliza o pronome **a gente**, não deixando claro o referente, que pode ser *eu*, terapeuta, ou os profissionais terapeutas que, em geral, praticam ações comuns, como a de colher relatos. Dessa maneira, mesmo com a presença de pronomes, como **nós** e **a gente**, certas predicções contribuem para a não precisão referencial, suscitando contextos opacos.

Com relação à forma **a gente**, Milanez postula que ela pode abranger as três pessoas gramaticais, exatamente como as construções despronominalizadas, mas, apesar do seu conteúdo generalizante, o pronome **a gente**, obrigatoriamente, se refere à primeira pessoa, *eu*. Desse modo, inevitavelmente, o locutor está comprometido. Para a autora, o **a gente** não passa do nível da *determinação* para o da *generalização*, mas pela *intersecção* do plano *determinado*¹⁷ para o *indeterminado*, justamente porque a presença do *eu* é constitutiva da forma **a gente**, como tentou mostrar o exemplo acima: se o pronome **a gente** designa *os terapeutas em geral*, necessariamente o *eu* está incluso na forma **a gente**, já que o *eu* que fala faz parte da classe.

¹⁶ Confira o capítulo *Metodologia*.

¹⁷ Os termos *determinado* e *específico* são empregados como equivalentes. Do mesmo modo, os termos *genérico* e *indeterminado*.

Entretanto, Menon (1994: 105) não concorda com a posição de Milanez. Para Menon, o pronome **a gente** pode, mas não necessariamente, se referir¹⁸ à primeira pessoa. A autora discorda de Milanez por não separar as duas referências possíveis para a forma pronominal em questão:

- a) refere-se às pessoas em geral e
- b) por mecanismos ainda desconhecidos, tornou-se uma estratégia para referir *eu* e *nós*, concorrendo assim com a primeira pessoa do singular e do plural.

Conforme Benveniste (1988: 256), “a presença do eu é constitutiva do nós”. Se o eu é parte essencial do pronome **nós**; logo, todo **nós** possui um *eu* envolvido. Da mesma maneira, o pronome **a gente**, de origem indeterminadora, pode englobar vários indivíduos, que, na verdade, constituem um *eu* diferente, ou seja, cada indivíduo é um *eu*, que possui idéias e pensamentos comuns partilhados por falantes. Dessa forma, todo **nós** possui um *eu* envolvido, bem como o pronome **a gente**, que, conforme Milanez, tem um *eu* que o constitui também.

Assim, se o *eu* é constitutivo de **nós**, o *eu* também seria parte essencial do pronome **a gente**? Em sentido contrário, as sentenças 12 e 13¹⁹ mostram a exclusão do *eu* do referente:

- (11) Eu e minha irmã, **a gente**/nós saiu/mos ontem.
- (12) **A gente**/nós que é/somos estudante(s) volta/mos todo dia tarde.
- (13) **A gente**/nós aqui no Brasil gosta/mos muito de café.

Na sentença (11), por exemplo, tanto o **nós** quanto o **a gente** são identificados, *eu* e *minha irmã*, referentes expressos no cotexto²⁰. Já nas sentenças (12) e (13), **nós** e **a gente** expressam conteúdos indeterminados, ou seja, envolvem um conjunto de indivíduos que pratica ações comuns, se as informações contidas em parte da sentença [**nós/a gente** estudante/**nós/a gente** brasileiros] forem levadas em conta. No entanto, se todas as informações na sentença são analisadas, o *eu* fica excluído da forma **a gente**, pois um elemento dessa classe pratica ações distintas dos demais membros do grupo de estudantes. A mesma interpretação terá a sentença

¹⁸ Os termos referir, codificar, nomear, designar são utilizados como equivalentes neste trabalho.

¹⁹ Esses exemplos não são dados de fala, são considerados *dados reais*, possíveis de ocorrer na língua, se fossem de fala, eu os chamaria de *dados em uso*.

²⁰ *Cotexto* – informações localizadas à esquerda das formas pronominais, embora alguns SNs possam aparecer à direita dos pronomes, produzindo o que Apóthélos (2003) chama de efeito catáfora.

(13), o *eu* só estará incluso se este elemento praticar as mesmas ações dos demais membros da classe [brasileiro gosta de café].

No fragmento de fala abaixo, o arqueologista *se exclui* do referente, codificado pelo pronome **nós**, porque o emissor fala de uma época em que não viveu, ou seja, seria diferente se o informante dissesse “*nós temos na atualidade*”, assim o falante estaria incluso no referente.

- (14) a imagem é o seguinte: **nós temos**²¹ na Idade Média muitas coisas por exemplo matérias ... muitos argumentos que as pessoas usam no Sudário esse negócio não conseguiam refazer o Sudário, não conseguiram (Arqueologista, +/-55, amostra Programa do Jô)

Cabe salientar que o trecho de fala acima mostra também que a informação de exclusão do *eu* no referente é possível por causa do *efeito catáfora*²² proporcionado pela presença dos constituintes *na Idade Média*. Esse exemplo ilustra o que postulam Koch e Marcuschi (1998: 172), segundo os quais “o “nós” nem sempre inclui o “eu” e também não envolve conjuntos definidos /.../, porque o mesmo indivíduo pode ser tratado como o mesmo ou como diferente”.

A partir das considerações acima, é possível afirmar que a *identificação referencial* dos pronomes **nós** e **a gente** não se estabelece de forma independente, eles necessariamente se *ancoram* em outras informações para que o referente possa ser reconhecido. Em sentenças, como as (12) e (13), por exemplo, o(s) referente(s) são identificados através de informações contidas em contextos não-estruturais, como: o conhecimento compartilhado, de mundo e das pistas contextuais obtidas no desenrolar do discurso. Tais fatores corroboram a proposta deste presente trabalho que investiga a multiplicidade referencial das formas **nós** e **a gente** que não possuem valor referencial em si mesmos, elas necessitam de *fatores co(n)textuais* para que seus respectivos referentes sejam interpretados, reconhecidos, identificados de alguma maneira, não gerando dúvidas quanto à referência estabelecida no domínio discursivo.

Os pronomes *eu* e *você*, conforme Milanez e Menon, também podem ser empregados de modo distinto do convencional. Tanto o *eu* quanto o *você* se opõem semanticamente ao significado atribuído a eles, geralmente, como *dêiticos*. Por exemplo, se utilizados de maneira

²¹ **Nós temos** parece estar “substituindo” algo do tipo “o que *existia* na Idade Média”, excluindo o falante do referente.

²² Confira Apothéloz (1995/2003) sobre a utilização de *efeitos catafóricos* na fala.

generalizada, *eu* e *você* caracterizam-se pela amplitude de conteúdo por permitirem interpretação a qualquer das três pessoas gramaticais.

Conforme Milanez, o *eu* caracteriza-se pela unicidade da primeira e, além disso, pode transcender e se referir a qualquer pessoa, como nos casos em que o falante pode não enunciar fatos de sua vida pessoal, e sim, hipotetizar situações, como mostra o exemplo abaixo:

- (15) Cônsul – ... Mas também hoje as operações já são tão fantásticas /.../ é mais caro, ... é muito mais rápido, e com isso também é só em último caso **a gente faz operações**, né. No caso, preparação de pessoas, de médico para a medicina preventiva, mudar o sistema para particular /.../ No caso, preparação de pessoas, de médico para a medicina preventiva, mudar o sistema para particular. *Você* tem plano particular?
 Fotógrafo – tenho.
 Cônsul – *você* tem?
 Jornal – não.
 Cônsul – Ihh **a gente pensa** quando é jovem e depois meu Deus do céu, por que que *eu* não fiz antes (Cônsul, 70 anos)²³.

Nesse fragmento de fala, o entrevistado emprega por duas vezes a forma **a gente** para situações em que qualquer pessoa poderia se encontrar. A primeira refere-se às pessoas que necessitam intervenções cirúrgicas; na segunda, o falante se refere à maneira de pensar dos mais jovens e utiliza esse mesmo mecanismo generalizador ao empregar o pronome *eu*, que se não fosse pelos fatores cotextuais, seria interpretado como *dêitico* [por que que *eu* não fiz antes].

Conforme Milanez (1982), *o eu*, *o você* e *SNs* como: *o cara*, *o indivíduo*, *a turma* ... se projetam como elementos do primeiro plano ao segundo, por permitirem a inclusão dos interlocutores em situações hipotéticas. Dessa maneira, *eu* e *você* podem ser utilizados ora com *referentes indeterminados*, ora com outro matiz semântico: *determinado*.

Sintagmas nominais como: *o cara*, *o indivíduo*, *uma pessoa etc*, são utilizados também para codificar referentes genéricos. Milanez ilustra esse emprego com dados de fala e propõe testes de alternância de formas pronominais e *SNs* para validar sua afirmação de que **a gente** é constituído da primeira pessoa do singular, *eu*, e que *SNs* e o *se* indeterminador incluem as três pessoas gramaticais nos referentes:

²³ Entrevista colhida na cidade de Blumenau por uma jornalista. No local, encontravam-se ela, o informante e o fotógrafo.

- (16) o indivíduo entrou no banco /.../;
- (17) “Bom, a vantagem em abrir uma conta bancária /.../ onde *o indivíduo/a gente/se* pode guardar o dinheiro dormindo /.../ num momento de aperto *o indivíduo/a gente/se* pode ter essa vantagem.”²⁴

A autora, com esses exemplos, quer discutir a oposição entre referentes (in)determinados. No exemplo (16), se o SN for substituído pelo *-se* indeterminador, a sentença torna-se agramatical, segundo Milanez: [**entrou-se no banco...*]²⁵, se a substituição do nominal for pela forma **a gente** [*a gente* entrou no banco], essa troca de elementos passa a idéia de que o locutor praticou a ação; já no exemplo (17), o significado não se altera com as substituições das formas, pois permitem a inclusão das três pessoas gramaticais, comprovando a equivalência de formas, conforme sugere a autora.

De acordo com Milanez (1982: 31), os pronomes *eu, você* e *SNs* são mecanismos de indeterminação que “funcionam através de uma projeção de um dos elementos do nível da determinação ao da indeterminação”, envolvendo, desse modo, as três pessoas gramaticais, *eu, tu* e *ele*, em situações possíveis de acontecer com *qualquer pessoa*.

Menon (1994) também realiza vários testes de equivalência e verifica que outras forças impedem a correspondência entre *SNs* e *pronomes*. A impossibilidade de substituição é causada pelo emprego do *perfeito*, tempo verbal que indica *ação pontual* no tempo e no espaço (Costa, 1976: 199, *apud* Menon, 1994), conforme sugerem os exemplos [*o indivíduo entrou no banco* – generalizador] e [*a gente entrou no banco* – comprometendo a presença do emissor].

Vale acrescentar que (in)definição pertence ao campo *da determinação*, pois fazem referência a elementos *quantificáveis*. A *indefinição* diz respeito a formas lexicais de 3ª pessoa – *alguém, algum, ninguém, todos, uns*. Assim, quando na indefinição for detectada generalização, *o aspecto quantitativo delimita* elementos como [-definido], mas ainda assim restritos à determinação. Segundo Milanez (1982) e Menon (1994), os recursos de indefinição sempre pressupõem um conjunto fechado de elementos que pode ser expresso pela *totalidade* (todos/tudo); pelo *esvaziamento*²⁶ (nenhum/nada) ou pela *parcialidade* (alguns, uns ...), opondo-se às estratégias indeterminadoras, não passíveis de quantificação (cf. Menon, 1994),

²⁴ Entrevista do projeto NURC (Milanez, 1982).

²⁵ Talvez essa sentença não seja *agramatical*, mas pouco usual.

²⁶ Por quantificação de *nenhum, nada, ninguém* entendo como *quantificação zero*, esvaziamento de elementos [*ninguém no Norte conhece pinhão*].

mesmo que os referentes dizem respeito a um grupo social (classe), sem, no entanto, ter a possibilidade de quantificar os membros do determinado grupo.

O tempo verbal, segundo os apontamentos de Menon (1994), também pode influenciar na identificação de referentes *(in)definidos* e *indeterminados*. Formas nominais (FNs)²⁷ como *o/um cara*, com sentido indeterminado/genérico, segundo Milanez (1982: 29), não apresentam alteração referencial pela troca dos artigos *(in)definidos*. De acordo com a autora, o que está em jogo, nesse caso, não é a quantificação de unidades e sim a generalização dos elementos. Já na *(in)definição* há distinção de conteúdo, enquanto um define o elemento o outro não define.

É o que acontece com uma *locução nominal* ao receber artigo definido, por exemplo. Conforme Menon, há a constituição de um item lexical²⁸ tendo características próprias, como: *uma pessoa* vs [*a pessoa*], *uma gente* vs [*a gente*]. Como aponta a autora, essas construções [artigo definido+substantivo] não são substituíveis umas pelas outras porque não possuem o mesmo sentido. Até porque no item lexical *a pessoa* outros determinantes não são possíveis de serem inseridos, já que se refere a um sujeito indeterminado. Em *nominais quantificáveis*, há a possibilidade de substituição por outros determinantes: *uma pessoa, nenhuma pessoa, alguma pessoa, toda pessoa* (cf. Menon, 1994).

No entanto, nem sempre o SN *a pessoa* é referencialmente indeterminado, como bem postulou Menon, *o tempo verbal* parece restringir o referente, como por exemplo:

(18) *A pessoa* ligou pra ti.

(19) *Uma pessoa* ligou pra ti.

No exemplo (18), o referente de *a pessoa* é *definido* por se tratar de uma entidade conhecida. Já no exemplo seguinte, o SN indefinido *uma pessoa* não identifica *nenhum referente*, há a ausência semântica de toda a referência do SN no sentido de [*uma pessoa qualquer* te ligou, mas não sei quem foi], indeterminando a referência [qualquer pessoa].

Nesse sentido, vale a pena fazer um teste com o verbo no presente para mostrar alteração referencial:

(20) *A pessoa* liga pra ti e te diz um monte de coisas ...

²⁷ Termo cunhado por Menon (1994).

²⁸ Conforme Milanez (1982:79), a criação de itens lexicais fixos também acontecem em Portugal, como, por exemplo: *o gajo, o fulano, o tipo* ...

(21) *Uma pessoa* liga pra ti e te diz um monte de coisas ...

Como tentam mostrar os exemplos acima tanto em [a pessoa] como em [uma pessoa] o sentido é generalizante não identificando o referente. A mesma leitura indeterminada possui os pronomes *ti* e *te* que não se referem ao interlocutor, podem até incluí-lo, mas designam qualquer pessoa que receba ligações. Assim, conforme Milanez a alternância de artigos (*in*)definidos não altera o sentido referencial genérico.

De acordo com Menon (1994: 131), “o sujeito indeterminado nunca poderia constituir um representante do conjunto, porque ele é uma entidade perfeitamente identificável pelo locutor e esse presume que o mesmo aconteça com o interlocutor”.²⁹ Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, os participantes do diálogo, ao empregarem uma forma indeterminadora, imaginam um ser concreto porque sabem exatamente do que estão tratando. O item lingüístico indeterminado não é um entre seus semelhantes porque é localizável no tempo e no espaço. O comportamento de *um indeterminado* seria exatamente semelhante ao dos pronomes *dêiticos*; o referente só seria identificado na situação porque seria *apontado/reconhecido* pelos interlocutores (cf. Menon, 1994).

Conforme mostraram os exemplos (20) e (21), o definido [a pessoa] pertence ao campo da indeterminação, pois possui características próprias, como bem definiu Menon (1994), assim como o indefinido [uma pessoa] que, apesar de parecer “quantificado” (uma), não identifica o referente e não delimita os integrantes de um determinado conjunto. Desse modo, o sentido dos elementos *o/um* estão sendo compreendidos como elementos *indefinidos* e *indeterminados*, portanto, fora do campo da *determinação* ou da *quantificação de elementos*, correspondendo a [uma pessoa qualquer/a pessoa/qualquer pessoa].

Menon (1994: 133), ao discutir o emprego do artigo definido, parte das locuções nominais construídas com [artigo definido + nome] para diferenciar as funções dos artigos definido e indefinido. Este provoca *determinação* com característica *indefinida*, aquele é propício para a *indeterminação* já que o artigo perdeu a função de ‘definir’ o nome, criando uma locução do tipo fixo, que a autora chamou de formas nominais (FNs), utilizada para indeterminar o referente, como, por exemplo, *o(s) cara(s)*, *a(s) pessoa(s)*, *o(s) sujeito(s)* etc.

O que se percebe pelas discussões de Menon (1994) é que há diferenças entre o uso de artigos (*in*)definidos no que diz respeito à indeterminação referencial, ao contrário do que

²⁹ Tradução minha.

disse Milanez (1982: 40), “o uso de um ou de outro artigo em nada altera o conteúdo indeterminado das mesmas”. Nesse sentido, [a pessoa] e [uma pessoa], conforme os exemplos (19) e (20) acima, não teriam diferenças, ambas as sentenças seriam *indeterminadas*, no entanto, os exemplos mostraram a determinação referencial de [a pessoa] e a indeterminação do referente de [uma pessoa].

Parece que essas diferenças estão ligadas ao *aspecto verbal*, ou seja, a característica *atemporal* do verbo indica imprecisão da ação, enquanto *o perfeito* indica ação concretizada. Conforme Chafe (1979: 196), “a natureza genérica e não-genérica de um nome não é, de forma alguma, algo estabelecido por uma escolha dentro do nome; é algo automaticamente determinado para o nome pelo *verbo*³⁰ ao qual o nome se liga.”

Os exemplos do quadro abaixo tentam mostrar que *na indeterminação* há o envolvimento de *indefinição referencial*, e *na determinação* há o envolvimento de *(in)definição* de referentes. Parece que *no campo específico/determinado o tempo verbal* no passado restringe o referente para *a definição referencial*.

Genérico	Específico
<p style="text-align: center;">Indeterminado/indefinido (qualquer)</p> <p><i>A gente</i> que estuda <i>chega</i> tarde</p> <p><i>Qualquer pessoa/a pessoa/uma pessoa/alguém</i> que estude <i>chega</i> tarde em casa.</p> <p><i>Os alunos</i> que estudam <i>chegam</i> tarde</p> <p><i>A pessoa/a gente/se/qualquer pessoa</i> <i>liga</i> e reclama</p>	<p style="text-align: center;">Determinado/definido</p> <p><i>A gente</i> que estudou <i>chegou</i> tarde (eu+alguém/alguns).</p> <p><i>Os alunos</i> que estudaram até tarde <i>chegaram</i></p> <p><i>Os dois alunos</i> que estudaram até tarde <i>chegaram</i></p> <p><i>A gente</i> <i>ligou</i> e reclamou (eu+minha irmã, p.e.³¹)</p> <p><i>Um</i> estudante <i>chegou</i> tarde (total).</p> <p><i>Alguns</i> estudantes <i>chegaram</i> tarde (parcial).</p> <p><i>Nenhum</i> estudante <i>chegou</i> tarde (esvaziamento).</p> <p><i>Todos</i> os estudantes <i>chegaram</i> tarde (totalizante).</p> <p><i>Uma pessoa</i> <i>ligou</i> e reclamou.</p>

Quadro (1): referentes (in)definidos e (in)determinados

Os pronomes e artigos indefinidos (qualquer, uma pessoa, ninguém ...) dos referenciais *genéricos/indefinidos* parecem ter a função *generalizar* a referência, e não de quantificar, limitar um ou mais elementos de um conjunto, mesmo que esse conjunto seja composto de uma classe reconhecida como [estudantes]. Diferente do comportamento limitado dos artigos

³⁰ Grifo nosso.

³¹ p. e. – por exemplo.

e pronomes indefinidos no campo da determinação referencial em que a função parece ser o de quantificar *a totalidade, a parcialidade* ou *o esvaziamento* do referente.

Essas discussões proporcionaram as seguintes reflexões: em sentenças como “todos os homens são mortais” ou “os homens são mortais”, ou ainda “homens são mortais”, a característica dos referentes é de ser [+genérico] [-definido/-determinado], pois não existem humanos que não sejam mortais. O fato é que todos os humanos se enquadram nessa condição. Já em sentenças como “todos os médicos pediatras saíram. ... **a gente** foi jantar ...” parece se tratar de *uma anáfora do tipo especial*, contendo propriedades [+genérico] [-definido/-determinado], no entanto [+identificado] porque a classe do referente é reconhecida. Há o que Marscuschi (2000) chama de “*definição referencial discursivamente determinada*”, embora o mecanismo seja de *indeterminação referencial*, a peculiaridade que envolve o referente é do tipo *indefinido*, ou seja, o comportamento é quase como de *um definido*, pois os elementos envolvem referenciais do tipo “coletivo” e reconhecíveis discursivamente por designarem conjuntos sociais (“a Caixa Econômica, a Telesc ... *eles*”, entre outros grupos coletivos).

Em sentença do tipo “João saiu. Ele ...”, a correferencialidade acontece perfeitamente. Há identidade referencial, ou seja, há o mesmo índice entre *João* e *ele*, o elemento B correferencia o elemento A. Assim, a propriedade é determinada, ou seja, seus “traços” são [-genérico] [+definido/+determinado].

Em alguns casos, **a gente** pode designar *eu/emissor*, como já mencionado. Dessa maneira, em enunciados como “uma paradinha de quinze minutos e **a gente** volta já”³², parece não se tratar de mais um caso anafórico, mas sim de um tipo especial de *dêixis* que necessariamente precisa de pistas contextuais para ser interpretado como *eu*. Cabe esclarecer que esse exemplo trata-se de um dado de *fala em uso*, na ocasião, no restaurante, só havia *o músico* no palco, mais ninguém, equipe, técnicos, assistentes ... desse modo, a inferência é de que **a gente** designe *eu/emissor*. A questão que se coloca é: com quais traços estão caracterizados referenciais *genéricos* e *específicos*?

De acordo com as discussões acima, quando os referentes de **a gente** codificarem *eu*, por exemplo, seus traços são de “especificidade” [+específico/+determinado/+definido]; quando **a gente** designar *pediatras*, por exemplo, a entidade possui propriedades referenciais identificadas coletivamente. Seus traços são de “generecidade” [+genérico] [-específico/-

³² Músico. Idade: +/- 45 anos. Esse profissional estava sozinho no palco ao falar o enunciado acima citado.

determinado] e [+identificado]. Igualmente são “os traços” para referentes do tipo *eu+eles* [eu+os enfermeiros do hospital]. Ou seja, o mecanismo de generalização é o mesmo, tanto para grupos menores ou maiores. A diferença nesses casos é do mundo, da realidade criada pelos seres humanos que categorizam grupos referenciais, sejam eles coletivos, determinados. Diferentemente dos exemplos citados em que **a gente** designa *qualquer pessoa*, referentes assim possuem “traços” [+genérico], [-específico/-determinado/-definido] e [-identificado] por estar ausente de qualquer referência, como tenta mostrar a seguinte ilustração: “*a gente quando sai às ruas é assaltada todos os dias*”; isto é, *qualquer pessoa* que transite fora de casa pode ser assaltada.

Além das formas indeterminadoras já citadas, há outros dois recursos identificados por Milanez (1982): o pronome *eles* e a 3^a *pessoa do plural despronominalizada*. Os exemplos abaixo tentam ilustrar as reflexões acima:

- (22) A comida baiana é muito gostosa. O que eu gostei muito lá *no Norte* foi isso: *eles* tomam café da manhã muito melhor /.../
- (23) *A Caixa Econômica*, você vai tomar dinheiro emprestado *na Caixa Econômica*, normalmente *eles* exigem uma garantia hipotética.
- (24) Estou brigando com *o telefone* /.../ até agora não consegui *a transferência* /.../ Já me *prometeram* para maio, julho /.../.

Essas formas são restritas à 3^a pessoa. Desprovidas de SNs anteriores, excluem o envolvimento dos interlocutores na ação verbal devido à sua natureza abrangente, indistinta e não identificadora, mesmo envolvendo grupos sociais. Esses casos são considerados o mais alto nível de indeterminação, justamente por não envolver as três pessoas gramaticais (cf. Milanez).

Entretanto, cabe esclarecer que nessas sentenças mesmo desprovidas de SNs anteriores e até de pronomes associados a nomes que designem referentes precisos, como, por exemplo [eu+minha irmã], os SNs do tipo “na Caixa Econômica”, “no Norte”, “o telefone” e “a transferência” inferem referentes e o pronome *eles*, nos casos apresentados acima, possui *referentes indeterminados/indefinidos*, embora *identificáveis coletivamente*. Marcuschi (2000), ao investigar anáforas esquemáticas, principalmente as relacionadas ao pronome *eles*, diz que certos tipos de anafóricos sugerem *coletividade*, indivíduos de alguma forma *discretizados*, ou seja, sem dúvidas quanto ao reconhecimento referencial da classe. Conforme

mostraram os fragmentos acima, os elementos são coletivamente “representados” pela nominalização do grupo social, como se fosse “um tipo definido”, uma estratégia referencial de algo “conhecido”, envolvendo *o status semântico* desses referentes como *objetos discursivamente construídos*, ou seja, *envolve definição* referencial discursivamente *determinada* pela interação verbal (cf. Marcuschi, 2000).

Marcuschi (2000: 206)³³, ao citar Kleiber (1994: 173), diz que o que se observa são características de indeterminação, de coletividade e virtualidade. São indivíduos identificáveis, tratando-se então de uma “entidade coletiva do tipo especial”, inferidos e estabelecidos como referentes do discurso que se dão em vários níveis: *semântico, pragmático, situacional, cognitivo* e tendo funções variadas no texto falado. É sob essa perspectiva que, no capítulo 3, serão abordados os processos de construção referencial, principalmente, no que concerne às discussões sobre a multirreferencialidade dos pronomes **nós** e **a gente**. Quanto aos apontamentos de Milanez (1982) e Menon (1994), não serão retomados neste trabalho, por não discutirem sobre *a maleabilidade referencial* de pronomes, por exemplo, sob às abordagens de teorias *lingüísticas* e *cognitivas* adotadas nesta pesquisa para fundamentar a característica “camaleônica” de **nós** e **a gente**, objeto, aqui, investigado, e discutido mais detalhadamente no terceiro capítulo. Vale acrescentar que as contribuições de Milanez e Menon motivaram reflexões sobre *a indeterminação, a indefinição* e *a generalização referencial* que, neste momento, são entendidos como termos equivalentes, pois propiciam a não identificação referencial, embora, como já comentado anteriormente, alguns referentes sejam reconhecidos como “referenciais coletivos” discursivamente determinados.

1.4 Considerações finais do capítulo

Vale ressaltar que o pronome **a gente**, de origem substantiva indeterminada, passou a categoria de pronome pessoal indeterminado e atua, mais recentemente, no campo da determinação referencial, conforme discutido no item 1.2. Além disso, os pronomes **a gente**, *eu* e *você* também podem designar objetos *específicos* ou *genéricos*, dependendo de fatores co(n)textuais para serem interpretados.

³³ O autor ao fazer tais reflexões se refere preferencialmente ao pronome “eles”, no entanto, exemplifica com dados de fala e escrita outros pronomes como *você(s), nós, a gente* ...

Conforme discutido, nem sempre os pronomes **nós** e **a gente** incluem *o eu/emissor* em seus referenciais. A exclusão do *eu* no referente dependerá de aspectos contextuais para que ele seja interpretado como referente exclusivo. No caso das amostras aqui pesquisadas, somente um dado com *o eu exclusivo* foi encontrado (cf. exemplo 14).

Os conceitos de (in)definição referencial parecem estar ligados *ao tempo verbal*. O passado veicula informação conhecida/dada, já o presente/imperfectivo está relacionado a não concretização de fatos, veiculando referenciais, geralmente, *genéricos/indefinidos/indeterminados*.

Cabe salientar o fato de entidades do tipo *coletivas* serem *referentes identificados*, apesar de possuírem o mecanismo de generalizar referentes, como, por exemplo: “eles lá na Caixa”. Trata-se de *uma entidade coletiva* do tipo especial que possibilita aos interlocutores a identificação da classe a qual pertence o referente, discretizando o objeto. Para a identificação referencial. Assim, pistas contextuais são importantíssimas para a identificação de classes as quais pertencem os referentes; caso contrário, provavelmente, o conteúdo discursivo entre um locutor e seu receptor seria repleto de perguntas quanto à identificação referencial. Com base nessas discussões, entendemos que os graus de (in)determinação estão diretamente ligados a fatores semântico-pragmáticos, ao contexto discursivo, ao conhecimento compartilhado, à própria natureza lexical dos recursos (in)determinadores e a fatores de ordem lingüística e cognitiva que “controlam” a amplitude referencial.

Capítulo 2

2. TEORIA E METODOLOGIA VARIACIONISTA

2.1 Introdução

Neste capítulo, postulados essenciais da sociolinguística variacionista serão discutidos, como o fato de a língua ser heterogênea e governada por regras variáveis. Independente do âmbito de análise, se na fonologia, na sintaxe ou no discurso, o fato é que na língua há a possibilidade de sistematização do funcionamento de formas. Assim, o pioneiro trabalho de Weiner e Labov (1983) abre a discussão para a variação entre estruturas sintáticas distintas, como passivas e ativas, mas que veiculam *o mesmo estado de coisas*. As expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero*), por exemplo, são formas alternativas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. No entanto, dada a sua peculiaridade multirreferencial, os pronomes em questão, se observados em dado *evento comunicativo*, podem veicular uma *escala* de significados específicos e genéricos, como: *as pessoas em geral, uma classe médica, eu+tu* e *eu/emissor*, entre outras possibilidades. Daí a importância de discutir o recorte da regra variável quando elementos variáveis podem expressar *mais de um estado referencial* (cf. Oliveira, 1987).

Outro ponto relevante a ser discutido é a variação estilística, relacionada a adaptações que o falante adota ao estar presente em ambientes mais ou menos formais. Fatores dessa natureza, conforme Labov (1972), fornecem ao falante maneiras alternativas de dizer a mesma coisa, embora variantes como [nós fomos~nós fumu] sejam idênticas no seu valor referencial, mas *opostas* em sua *significância social e estilística* (cf. Labov, 1972). Discussões dessa natureza suscitam a hipótese de extinção de certo elemento variável quando não houver mais variação estilística entre determinadas formas lingüísticas, não existindo razão para continuarem a competir por espaço. Nesse sentido, o sistema lingüístico conspiraria contra a variação lingüística?

“1. a língua falada é heterogênea e variável; 2. a variabilidade da fala é passível de sistematização. A língua falada é, portanto, um sistema variável de regras (Tarallo, F., 2001: 57)

2.2 Heterogeneidade lingüística: breves palavras

A noção variável de elementos lingüísticos levou um dos principais teóricos da sociolingüística a refletir sobre qual o mecanismo que motiva a variação e a mudança das línguas. Instigado por questões como estas, Labov propõe um método de investigação elegendo como objeto de estudo a língua inserida no meio social. Seu principal objetivo foi elaborar uma metodologia capaz de descrever e analisar fatores que impulsionam a variação lingüística, e que, em muitos casos, levam a mudanças, verificáveis sistematicamente, tanto em períodos diacrônicos como nos sincrônicos (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

Diferentemente dos estudos saussurianos que postulavam a língua como homogênea, e aproveitando, em certa medida, o que a teoria gerativa discutia sobre regras fonológicas, Labov (1972) concebe a língua como inerentemente social e heterogênea, introduzindo-a no seio da comunidade lingüística. Assim, a sociolingüística dos anos 60 “incluía, por um lado, o alargamento da noção de competência de modo a abranger a variação e, por outro, o uso de amostras de fala real como dado no lugar das intuições” (cf. Labov, 1972; Cedergren & Sankoff, 1974, *apud* Camacho, 2001: 58).

O trio, Weinreich, Labov e Herzog, de 1968 assume a heterogeneidade lingüística como objeto de estudo verificável e sistematizado a partir do estabelecimento da noção de regra variável. Isto é, na língua, os elementos só serão variantes se forem considerados *duas* ou *mais maneiras de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade*.

Assim, a metodologia e teoria variacionista dos anos 60 avança por postular regras variáveis dentro do sistema lingüístico. Estudos anteriores ao de Labov apregoavam, a grosso modo, apenas duas possibilidades para explicar a co-ocorrência de formas: a) as variantes são de *sistemas diferentes*²⁷ e consideradas *mistura dialetal (codeswitching)* e b) as variantes estão em *variação livre* dentro do mesmo sistema, portanto, acreditava-se, por exemplo, que a seleção de diferentes segmentos fonológicos de um mesmo item lexical fazia parte de gramáticas distintas (cf. Labov, 1972).

²⁷Segundo Camacho (2001: 56), a variação era ignorada porque, lingüisticamente, independente de qualquer variante empregada, sentenças significavam a mesma coisa. Por isso que quando lingüistas se interessaram por fatos lingüísticos variáveis foram considerados como pertencentes a *diferentes sistemas lingüísticos co-existent*s ou como *variantes livres*. Para Camacho, estas se sustentam no princípio de que formas variantes não passariam de flutuação aleatória, naquelas a idéia central era de que falantes teriam acesso a diferentes sistemas gramaticais permitindo a troca de um sistema para outro (ou a troca de uma gramática para outra).

Segundo Weinreich *at al.* (1968), não há *variação livre* dentro do sistema lingüístico. Toda variação lingüística é condicionada por fatores internos e externos ao sistema que podem acarretar mudanças na língua. Nesse sentido, “mudança implica variação: mudança é variação. (...) O dado bruto, não-polido, heterogêneo que deve ser sistematizado: uma sistematização e estruturação que somente é possível se a considerarmos sob uma perspectiva variável” (Tarallo, 2001: 83).

Os dados de fala são tratados como *variáveis sistematizadas*, principalmente a partir da década de 60 em que pesquisas sociolingüísticas se concentravam em variantes fonológicas cuja intercambialidade e/ou mudança de sons eram motivadas socialmente. Os dados variáveis eram selecionados, quantificados e posteriormente analisados com o propósito de descrever *a gramática da língua em uso*, cujos falantes faziam parte de uma determinada comunidade lingüística, socialmente estratificada por distinções de *sexo, faixa etária, escolaridade, ocupação, classe econômica, etnia* etc.

Entretanto, como falar de sistema e heterogeneidade ao mesmo tempo? Weinreich *at al.* (1968) advogam que é na *heterogeneidade* que se tem subsídios para se pesquisar a estrutura, o sistema, o funcionamento e a evolução da língua; é a heterogeneidade do sistema combinada a certas regras internas e sociais que condicionam o movimento da língua. Assim, os autores, ao discutirem a existência de um sistema de regras heterogêneas, privilegiam a fala como campo fértil para as pesquisas sociolingüísticas, que, dentro dessa perspectiva de encarar fatos variáveis, trabalhos pioneiros como os de Labov sobre a centralização de ditongos na ilha de Martha’s Vineyard e a variação do /r/, nas lojas de departamento da cidade de Nova York, foram desenvolvidas.

Fato interessante é que a oposição entre homogeneidade, postulada por Saussure, e a heterogeneidade lingüística, proposta pelo trio de 1968, possui um aspecto em comum: *a fixidez*. Tanto em um modelo quanto em outro há regras inerentes ao sistema lingüístico, no entanto, o avanço da abordagem variacionista está no recorte teórico-metodológico de olhar para o mesmo objeto: *a língua*, privilegiando *seus fatos variáveis* dentro do sistema lingüístico.

Na verdade, os fatos lingüísticos variáveis estão ligados a pontos fixos dentro do sistema lingüístico que sustentam sua movimentação, ou seja, sem a fixidez de alguns pontos o movimento não se daria. Sob esta ótica, o que acontece de fato para que a língua se movimente?

A concepção variacionista propõe um sistema lingüístico regido por regras que sofrem constantes alterações, podendo ser sistematizadas tanto na diacronia quanto na sincronia. Assim, as mudanças na língua não acontecem aleatoriamente, a movimentação dentro do sistema lingüístico ocorre porque o sistema permite variação em determinados segmentos lingüísticos, como, por exemplo, em contextos fonológicos: [palha~paya], [nós fomos~nós fumu]. Há, portanto, condicionadores estruturais associados, em alguns casos, a motivações sociais que regem todo *o movimento* da língua.

O importante para Labov (1972) é que o falante tem disponível na língua duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa. Deste modo, elementos variantes necessariamente devem “veicular o mesmo estado de coisas, num mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade.”

Os fatos variáveis do sistema lingüístico, segundo Labov, são uma realidade empiricamente comprovada. O mito de que existam indivíduos que falem uma língua homogênea e invariante está profundamente enraizado à impressão de que a comunidade de fala está sendo corrompida por diversos fatores como: *contato com outras línguas, educação, norma padrão, tabus e mistura de dialetos especializados* (Labov, 1972: 203). Neste sentido, todo estudo sociolingüístico enfrenta o desafio de responder várias questões como, por exemplo:

- a) Como as regras da gramática estão combinadas e ordenadas dentro do sistema?
- b) Como as regras e o sistema de regras mudam ao longo do tempo? Será que mudam as regras e o sistema lingüístico como um todo?

Labov responde a essas questões apresentando estudos de elementos lingüísticos variáveis. Em geral, trabalhos sociolingüísticos respondem a essas questões porque é através da observação sistemática que o pesquisador irá obter tais respostas. O objetivo maior de sua proposta metodológica não é fundar uma nova teoria lingüística, mas fornecer um novo método de trabalho para a investigação da língua (cf. Labov, 1972) ou como estabelece Tarallo (2001: 6) *a teoria da variação lingüística* é um modelo teórico-metodológico que assume o aparente “caos” lingüístico como objeto de estudo.

Para que esse estudo se efetue, o modelo sociolingüístico consiste em localizar e contatar informantes para conseguir dados de fala espontânea, seguindo alguns axiomas metodológicos importantes, como: a) coletar a fala vernácula, b) verificar a mudança de estilo e atenção; e c) detectar os graus de formalidade do discurso. Todos esses axiomas permitem

investigar a existência de fenômenos variáveis na fala vernácula de informantes de determinada comunidade lingüística e possíveis variantes estilísticas e sociais.

As variantes sócio-estilísticas estão relacionadas às adaptações que o falante adota ao estar em determinados ambientes mais ou menos formais. Tanto o estilo quanto o social estão incluídos no comportamento comunicativo do falante, pois sua forma de pensar, entre outros fatores, conforme Labov, fornece uma informação representacional do mundo, e, portanto, a variação social e estilística possibilita ao indivíduo dizer a mesma coisa de maneiras diferentes. Isto quer dizer que as variantes são idênticas em seu *valor referencial*, como, por exemplo, [nós *fomos*~nós *fumu*], mas, provavelmente, opostas na *significância social e estilística* (cf. Labov, 1972).

Labov, ao estudar a simplificação dos grupos consonantais no final de palavras que terminam em *-t* e *-d* no Black English Vernacular (BEV), constata o apagamento desses segmentos fonológicos. Assim, palavras como: *bold*, *find* e *fist* se pronunciam /*bol'*/, /*fin'*/ e /*fis'*/. O autor questiona se estas diferenças no som são simplesmente um caso de simplificação do grupo ou se estas consoantes estão ausentes no sistema lingüístico subjacente do BEV. Nessa pesquisa, o autor inclui dois grupos principais de palavras: a) aquelas que apresentam *função gramatical* (as bimorfêmicas), como verbos no *past tense*: *passed*, *missed* e b) aquelas em que <t,d> não desempenham *função gramatical* (as monomorfêmicas), como em *first* e *list*. Sua pesquisa apontou que em palavras bimorfêmicas o apagamento é menor do que nas monomorfêmicas. Estes fatos mostram que o grupo consonantal está presente na forma subjacente de *ac-t*, *bol-d* e *fin-d*, e uma *regra variável* apaga a segunda consoante.

Os resultados de Labov mostraram que a variação nos grupos consonantais de *-t* e *-d* não é produto de uma *mistura dialetal irregular*, mas é uma propriedade inerente e regular do sistema lingüístico do BEV. Desse modo, Labov (1972) conclui que não é possível compreender os mecanismos de mudança lingüística sem um sério estudo dos *fatores sociais* que motivam a evolução lingüística. Mas o que fazer quando fatores sociais não motivam a intercambialidade entre formas? Estudos dessa natureza seriam (sócio)lingüísticos? E como tratar as formas pronominais **nós** e **a gente** como variantes se sua significação pode não ser a mesma no desenrolar do discurso?

2.3 Regra variável: algumas reflexões

Labov (1972) comprovou em seus estudos empíricos que os sons de determinadas palavras, como *boldXbol'*, *firstXfirs*, *dancingXdancin*, podem variar por pressões de ordem *social* e *estilística*. Isto é, a variação no âmbito fonológico, nos primeiros trabalhos sociolingüísticos, era motivada por fatores sociais: *sexo*, *idade*, *escolaridade*, *etnia* e *pressões estilísticas* (uso mais ou menos formal conforme os registros vivenciados pelos falantes). As *variantes*, nesses casos, não mudavam de *significado referencial*, mas se diferenciavam quanto *ao som* e a condicionamentos não-estruturais.

Segundo Bentivoglio (1987: 9-10), desde o trabalho de Labov (1969) sobre *a cópula do inglês americano*, outras pesquisas surgiram ampliando mais e mais a lente das variáveis lingüísticas. No Brasil, por exemplo, os objetos de análise investigados sob a ótica variacionista são extremamente ecléticos, entre eles estão: a alternância dos pronomes **nós** e **gente** (Omena, 1986, 1998, 2003; Lopes, 1993; Seara, 2000; entre outros); *a indeterminação do sujeito* (Menon, 1994; Setti, 1997); a ordem na sintaxe: *variação em construções monoargumentais* (Coelho, 2000) e outras investigações sócio-funcionalistas que discutem a variação nas categorias verbais de *tempo* e *modo* na fala de Florianópolis/SC, por exemplo (cf. Görski *at al.*, 2002).

Deste modo, pesquisas analisam, sob a perspectiva sociolingüística, objetos que se situam fora do âmbito fonológico que, de acordo com o recorte de regra variável, são considerados elementos lingüísticos variantes.

Oliveira (1987), ao problematizar o estabelecimento do *envelope de variação* em alguns trabalhos, questiona o seguinte: quais os casos que merecem o rótulo de variável lingüística? Para o autor, algumas vezes, é dada uma dimensão maior aos casos de variação lingüística do que realmente eles têm; o problema está, segundo Oliveira, na não exploração dos aspectos não-estruturais dos casos detectados como intercambiáveis.

A premissa inicial para se eleger uma regra variável, como já mencionado, é: *variantes lingüísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade*. Neste conceito, há três pontos importantes a serem destacados: a) *variantes lingüísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa*; b) *em um mesmo contexto* e c) *com o mesmo valor de verdade*.

Em contextos fonológicos como nos casos de [caixa~caxa]; [peixe~pexe], por exemplo, não há alteração de significado, isto é, os significados são mantidos, bem como há a preservação do mesmo contexto variável restrito ao âmbito fonológico.

No entanto, Oliveira (1987) analisa *o aspecto cultural* do Zuñi e verifica que o falante não tem, na verdade, maneiras alternativas de dizer a mesma coisa. Ele tem apenas uma possibilidade e, portanto, neste caso, não há variação lingüística, “há seleção de um item lexical, a partir de um conjunto potencial de sinônimos”, que nomeiam o mesmo referente: um americano de origem hispânica, por exemplo. Dependendo de cada situação discursiva (ofensiva, neutra, em um cerimonial religioso, entre outras situações), o falante possui apenas um item lexical para expressar o que deseja. Neste sentido, “independente de estarmos lidando com problemas de variação, temos evidência de que é necessária a inclusão de fatores não-estruturais nas descrições gramaticais” (Oliveira, 1987: 24).

Mas o que dizer nos casos em que os resultados estatísticos apontam condicionamentos diferentes para cada uma das variantes? É o caso das pronúncias alternativas da vocalização do /lh/, por exemplo: [palha~paia], investigado por Oliveira. Conforme o autor, a distribuição, nos grupos sociais, revelou-se muito acentuada. Na classe baixa, o fenômeno atingia um percentual próximo de 35%, já em outras camadas sociais, as porcentagens chegavam próximas de zero, indicando uma descida brusca, ao invés de mostrar uma linha inclinada evidenciando a gradação do fenômeno estudado. De acordo com a análise de Oliveira, esses resultados revelam formas subjacentes diferentes, ou seja, o falante que diz /paial/, provavelmente, só diz /paial/, pois só conhece este som e, portanto, não há variação fonética.

O problema configurado acima evidencia casos cujo comportamento dos elementos lingüísticos não é competitivo. Formas subjacentes diferentes estão, na verdade, em *distribuição complementar*. Isto quer dizer que cada uma das variantes pode estar sendo selecionada por tipos diferentes de estruturação discursiva, como, por exemplo: *topicidade, tematicidade, transitividade etc.* Oliveira questiona quais fatores não-estruturais têm o poder de decisão, pois eles podem deixar de ser condicionantes e passarem a ser determinantes na seleção de formas, revelando *distribuição complementar* sobre um dado fenômeno lingüístico.

No entanto, isto não quer dizer que outros elementos lingüísticos não estejam variando dentro do sistema, e uma vez detectada a variação ela pode ser sistematizada através da seleção da regra variável. Embora Oliveira diga que na língua haja sempre casos de variação,

segundo o autor, ela, com o passar do tempo, é resolvida, permanecendo na língua *em uso* apenas uma das formas, gerando estabilidade. Nas palavras do autor, “os sistemas lingüísticos conspiram contra as variações” (Oliveira, 1987: 32-33).

Esta perspectiva adotada por Oliveira parece descrever o que de fato acontece no sistema lingüístico. Os trabalhos sociolingüísticos ao detectarem variação ou mudança na língua descrevem de maneira sistemática se formas variáveis permanecem em competição ou se, na verdade, deixaram de competir, provocando mudança. Nesse caso, há a extinção de uma expressão, como aconteceu com o pronome *vós*, prevalecendo no paradigma pronominal do PB a forma pronominal *vocês*. Muitas vezes, as formas lingüísticas podem conter significados distintos, como por exemplo: *lporçãool* e *lporçãool*²⁸. No primeiro caso, *lporçãool* significa quantidade, parte de: “me dá uma *porção* de doces”; já no segundo, o conteúdo parece não estar delimitado: “comi uma *lporçãool* de doce na festa!”, não havendo, desse modo, variação entre ambas as expressões, pois a manutenção do mesmo valor de verdade é prejudicado, violando o princípio geral de regra variável.

Outra questão levantada por Oliveira (1987) é: até que ponto o contexto deve ser explorado? Conforme o autor (p.22), “a alusão ao contexto é essencial para que a variação lingüística não seja qualquer seleção de variantes, ou seja, o objeto de estudo deve ser bem delimitado para ser considerado uma variável lingüística.” Neste sentido, o que dizer dos casos em que há variação na sintaxe? O que é dizer a mesma coisa com *o mesmo valor de verdade* nestes casos? Seria considerar a sinonímia?

Weiner & Labov (1983), ao estudarem os contrastes sobre *as passivas sem agente* e *as ativas com sujeito genérico*, abrem o leque de variação para o âmbito da sintaxe ao considerarem as duas estruturas como *variantes de uma mesma variável*. Para isso, a dupla objetivou investigar, a partir de análises quantitativas: a) fatores que determinam a preferência de uso de *passivas sem agente* em detrimento das *ativas com sujeito genérico*, e b) que tipos de traços sintáticos (paralelismo estrutural) e semânticos (preservação ou não do referente) atuam como condicionadores da escolha entre passivas e ativas. A hipótese central de Weiner e Labov é que o paralelismo estrutural provoca a manutenção *do mesmo significado referencial*, ou seja, veicula o *mesmo estado de coisas* ou a *mesma condição de verdade*.

Os autores reconhecem diferenças nestas estruturas, como: *foco* ou *ênfase*, que, na verdade, são propriedades da reorganização dos elementos dentro da sentença, admitindo que

²⁸ Exemplos fornecidos por Callou, Omena e Paredes da Silva (1991: 17, *apud*, COAN, M. (2003: 66).

não há sinonímia perfeita, porém isto não prejudica a interpretação *do mesmo estado de coisas* (cf. Weiner & Labov, 1983). Deste modo, os autores observam a alternância entre passivas e ativas na fala espontânea e exemplificam com as seguintes sentenças:

- (25) The liquor closet got broken into (passiva sem agente)
 (26) *Somebody* broke into the liquor closet (ativa com sujeito genérico)
 (26') *They* broke into the liquor closet (ativa com sujeito genérico)

O pronome *they* é semanticamente limitado e, portanto, exclui a 1^a e a 2^a pessoas e *somebody/they* excluem o falante da classe dos referentes possíveis. Os autores observam que a alternância entre esses *pronomes generalizadores*, no inglês, é uma característica de todos os níveis sociais. Outro ponto observado pela dupla de pesquisadores é o comportamento desses pronomes é equivalente ao *on*, do francês, e ao *man*, do alemão. É neste sentido indeterminador que se enquadra também o pronome **a gente**, pois, dependendo do significado que o falante quer veicular, esta forma pronominal pode generalizar *um grupo de pessoas, parte dele* etc.

Da mesma forma, Cameron, citado por Labov (1994: 597), estudou a função do pronome *tu* e a inevitável perda do /s/ final nos verbos de segunda pessoa. A pesquisa detectou uma alta frequência do apagamento da flexão verbal, acarretando cada vez mais o emprego de pronomes, como aconteceu com o francês moderno, por exemplo, em que a presença de pronomes é praticamente obrigatória²⁹. Para Labov, nestes casos, o mais importante é *preservar a informação*, seja como pessoa específica *tu* ou como *tu* não-específico, generalizado.

Weiner e Labov (1983) estipulam critérios para identificar pronomes-sujeito genéricos, como: *they, somebody, someone, people* como [-definido], pois o referente não é conhecido do ouvinte e [-específico] porque o referente não está na mente do falante. Outro critério foi isolar construções com verbos transitivos com objeto dos verbos intransitivos e outros tipos de verbos que não possuem objeto. Desta maneira, a dupla delimitou *o envelope da variação*, recorte essencial para a definição de qualquer regra variável.

²⁹ No inglês moderno, por exemplo, via de regra, duas formas verbais obrigam os usuários a explicitar sintaticamente os sujeitos através do uso de pronomes pessoais e expletivos (*I, you, we, she, it* ...).

Com a adoção desses critérios, a estrutura *passiva sem agente* pode ser intercambiada por uma estrutura *ativa com sujeito genérico*, e, portanto, ambas consideradas variantes por veicularem *o mesmo estado de coisas*. As variantes sintáticas em questão, de acordo com os resultados dos autores, são empregadas por todos os falantes do inglês, independente do seu nível social, como dois caminhos alternativos para se dizer a mesma coisa (cf. Weiner & Labov, 1983).

A conclusão da pesquisa sobre a variação entre *passivas* e *ativas* é de que ambas as estruturas sintáticas são semanticamente equivalentes e socialmente não significativas. Em outras palavras, os fatores sociais que condicionavam as formas alternantes nos primeiros estudos sociolinguísticos “explicavam”, em termos *descritivos* e *quantitativos*, a variação, principalmente no âmbito fonológico. Por outro lado, no âmbito da sintaxe, o que motiva “a escolha”³⁰ de uma ou de outra estrutura são pressões internas à língua, como, neste caso, a tendência mecânica de preservação do *paralelismo estrutural*³⁴ provoca a *manutenção do mesmo referente* em detrimento do condicionador funcional de *informação nova e dada*.

Mas o que dizer da diferença de foco evidenciada nas sentenças (24) e (25)? Para Weiner e Labov a importância desse estudo entre passivas e ativas está na sistematização de duas estruturas sintáticas diferentes como variantes da mesma variável, *mantendo o mesmo estado de coisas* ou *o mesmo significado referencial*.

Em contrapartida, Lavandera (1977) não aceita a noção estrita de significado lançada por Weiner e Labov e tenta mostrar a inadequação de expandir a noção de variável sociolinguística a outros níveis de análise. Suas críticas ao estudo sobre *as passivas sem agente* referem-se às primeiras pesquisas sociolinguísticas em que uma das propriedades de uma regra variável é a *estratificação social* associada a *diferentes níveis estilísticos*, caso contrário, segundo a autora, não se trata de *pesquisa variacionista*.

Lavandera critica também, no estudo das passivas, o fato de o *significado referencial* ser idêntico, já que se tratam de diferentes estruturas sintáticas. Para a autora, Labov não

³⁰ O termo *escolha* de formas variáveis parece não ser adequado para indicar a disponibilidade de elementos variantes na língua. Para mim, as formas *em variação* estão disponíveis na língua para que o falante as utilize conforme sua necessidade de uso, podendo envolver diferenças *estilísticas* e *sociais*. Nesse sentido, o falante não escolhe “conscientemente” uma das formas variantes, isto é, ele não pensa primeiramente numa “lista de palavras prontas” e seleciona a variante de sua preferência para expressar o conteúdo que deseja ... Os itens lexicais, por exemplo, estão disponíveis em sua gramática para serem empregados da forma mais adequada à situação vivida pelo falante. Como salienta Labov (1972), fatores estilísticos podem influenciar no emprego de uma ou de outra forma. Em linhas gerais, “a fala cuidada” propicia o uso de elementos linguísticos formais, já “a fala não-cuidada” favorece o emprego de formas menos formais pelo fato de o falante utilizar, de maneira mais à vontade, a sua fala vernácula.

³⁴ Por paralelismo estrutural está se entendendo *a repetição de estruturas paralelas*.

distingue *variável sociolingüística* de *variável lingüística*, e conclui que a noção de *mesmo significado* seja ampliada para *comparabilidade funcional* e, principalmente, que as estruturas sintáticas analisadas como variantes veiculem *informação não-referencial* e que possuam *significado social e estilístico*.

Com base em Silva (1992: 35), exemplificamos a seguinte situação:

(27)

<ul style="list-style-type: none"> - Ahh que calor!!! - Vamos tomar um sorvete? - Ahh não!! Liga o ventilador. 	<p>Conforme Lavandera, estas formas sintáticas, apesar de diferentes, mantêm a mesma informação não-referencial: <i>o calor</i>. Portanto, enquadram-se no que ela denominou de <i>comparabilidade funcional</i>.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Neste sentido, até a intenção comunicativa do falante seria variação? Qual o lugar da variação?

Labov (1978: 1) respondeu às críticas de Lavandera postulando que *regras variáveis* são métodos, ou melhor, são *mecanismos heurísticos* que servem para descrever a gramática de uma determinada língua *em uso*. Assim, nem sempre fatores *sociais* e *estilísticos* são fundamentais, o mais relevante é descrever *a gramática da língua*³¹ e *a competência lingüística*³² dos falantes que operam e dominam regras variáveis. Se o objetivo maior é descrever a gramática da língua *em uso*, como descrevê-la analisando somente o âmbito fonológico como sugere Lavandera?

Ao investigar “as escolhas” de construções sintáticas distintas, Labov propõe que elas devem veicular *o mesmo estado de coisas*, com *a mesma condição de verdade dentro de um mesmo contexto*. Para isto, uma variável deve exercer três funções, em planos distintos: a) significado representacional (significado referencial); b) identificação do falante (identidade) e c) acomodação ao ouvinte (estilo mais ou menos formal).

³¹ *Gramática da língua* está sendo entendida como *a língua em uso*, dentro de uma comunidade de fala, diferentemente da proposta gerativa.

³² O que é *competência lingüística* para Chomsky e Labov? A grosso modo, para Chomsky, a competência lingüística é a *capacidade inata* que todo falante tem *para adquirir linguagem*. Para Labov, a competência lingüística é a capacidade que todo falante tem para *operar e dominar regras variáveis*. Como salientou Camacho (2003), em seus primeiros estudos, Labov refinou a noção de competência gerativa abrangendo *a variação de elementos lingüísticos*, observada nas situações reais de comunicação, podendo ser sistematizada através de coletas de dados de fala, em detrimento das intuições baseadas na concepção *idealizada do falante*.

O significado representacional, para Labov, é a veiculação, no âmbito da sintaxe, *do mesmo estado de coisas*, como, por exemplo: tanto [a porta foi aberta] quanto [abriram a porta] expressam o fato de que [a porta está aberta], não importa quem a abriu, não importa se há *ênfase* ou *foco* no agente ou no objeto, não importa se são estruturas sintáticas diferentes, o que importa é *a manutenção do mesmo valor de verdade*, ou seja, *o estado da coisa afetada é*: [estar aberta]. Nesse sentido, a preservação do *paralelismo estrutural* provoca *a manutenção referencial*. A identificação do falante e a acomodação do ouvinte são níveis de análise que podem ou não ser relevantes em um estudo sociolinguístico.

A acomodação ao ouvinte será fator condicionante de variantes linguísticas quando necessariamente esses condicionadores motivarem a intercambialidade entre as formas. No caso de **nós** e **a gente**, por exemplo, estudos apontam que o pronome **a gente**, desde sua inserção no paradigma pronominal do português, tem sido mais utilizado no sentido *genérico*, é o que Lopes (1993: 44-45) mostra com o grupo de fatores “eu-ampliado”, baseado em Benveniste no que diz respeito às discussões de *pessoas do discurso* e *noções de pluralização*.

Conforme os resultados da autora, há uma diferença entre **nós** com uso *restrito* e **a gente** utilizado como *genérico*. De acordo com Lopes, o falante emprega preferencialmente o pronome **nós**: a) para se referir a ele mesmo e ao interlocutor (**eu+não-eu**: eu+você, 0,66 e eu+vocês, 0,91); e b) quando faz referência ao **eu+não-pessoa** (eu+ele, 0,87 e eu+eles,0,60). No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento pela forma pronominal **a gente**, 0,65, caracterizando um maior grau de impessoalidade (**eu+você(s)+ele(s)**). A restrição referencial de **nós** e a amplitude referencial de **a gente** talvez podem ter sido motivadas por variáveis estilísticas.

Esses resultados suscitam a seguinte hipótese: se no caso uma das formas se especializasse para nomear somente *referentes específicos* e outra só *genéricos*, **nós** e **a gente** não poderiam mais ser variantes de uma mesma variável, já que seus significados seriam distintos. No entanto, estudos mais recentes apontam o avanço de **a gente** no campo da determinação, assim, essa forma atua em campos semânticos distintos (cf. Zilles, 2003 e Borges, 2004) competindo com o pronome **nós**.

Possivelmente, a variação entre as expressões de sujeito **nós** e **a gente** nos dois campos semânticos será resolvida a partir do momento em que não haverá mais distinção estilística, isto é, quando uma das formas expressar exatamente o mesmo conteúdo em todos os níveis estilísticos, *formal* e *informal*. Essa resolução linguística, que, se acontecer, se dará,

provavelmente, a longo prazo, e acarretará, por exemplo, a extinção do pronome **nós** do campo semântico genérico, prevalecendo, o **a gente**.

Com relação à identificação do falante, esta está relacionada à identidade do indivíduo. No caso de comparar pessoas com alto e baixo grau de escolaridade, por exemplo, dados de fala como *lnós fomos/* e *lnóys fumul*, *la gente fez/* e *la gente fizemol* podem ser considerados variantes de uma mesma variável, pois representam *o mesmo estado de coisas*, tendo somente diferenças quanto à estratificação social. No caso de *lnós fomos/* e *la gente fez/* seriam dados da fala estilizada de pessoas com alto nível escolar, já as outras expressões, provavelmente, teriam uma frequência de uso maior na fala de pessoas menos escolarizadas. Por serem formas desprestigiadas socialmente, normalmente caracterizam grupos socialmente *esteriotipados*, rotulando pessoas de determinada classe social ou representantes de dada classe trabalhadora, como, por exemplo, moradores de favela, caminhoneiros, empregadas domésticas, entre outros (cf. Labov, 2003)³³.

O objetivo da sociolinguística, de acordo com as discussões variacionistas, é mostrar quais condicionadores impulsionam mudanças linguísticas ou simplesmente fazem com que elementos linguísticos variem. Para isto, níveis *fonológicos*, *sintáticos*, *morfológicos*, *lexicais*, *prosódicos*, *semânticos*, *discursivos* ... podem ser submetidos a análises sistemáticas. Conforme Tavares (2003: 93), citando Schiffrin (1994:29), “o discurso é apenas uma unidade maior que a sentença, situada no topo de uma hierarquia de estruturas linguísticas, todas sujeitas ao mesmo tipo de *princípios e regras*”. Assim, a língua, tanto no âmbito discursivo quanto no fonológico, no sintático etc, pode ser descrita e analisada sistematicamente, de acordo com o recorte de regra variável estabelecida pelo pesquisador.

De acordo com Labov (1994), mesmo com as constantes mudanças na língua, há uma forte tendência do significado se manter, *o reajustamento* do sistema linguístico tende a *preservar o significado* em alguns contextos. Como o exemplo do apagamento de alguns itens linguísticos, conforme as considerações de Labov (1994: 597): em francês, a negação *ne* co-

³³ Labov (2003), ao discutir a regra variável, estabelece, no meu entender, três graus para explicar a atuação de regras variáveis no sistema linguístico. No primeiro nível, *há* regras inatas que nunca se modificam; no segundo, enquadram-se as regras que entram em choque com a norma padrão difundida nas escolas, daí surge a noção de *esteriotipos* como: “isso é fala de caminhoneiro”; no terceiro nível as regras variam de acordo com nuances estilísticas. Entendendo que regras variáveis atuem, principalmente, no segundo e no terceiro níveis, a partir de regras invariáveis do primeiro nível. Cabe salientar que essas palavras são apenas reflexões sobre a discussão de Labov (2003), maiores esclarecimentos poderão ser consultados no artigo de MARTINS, M. A. (2004) a ser publicado no *Celsul* – Florianópolis, nov/2004.

ocorre com *point, jamais, miette, gout, pas, rien* etc. Ao longo da história da língua francesa a partícula *ne* sofreu alterações no som: non>ne>n provocadas, provavelmente, pelos sons ouvidos por falantes usuários da língua francesa, assim alguns sons são realizados com *ne* e outros com o apagamento da vogal final /e/. Por outro lado, houve um aumento da utilização de *point* ou *jamais*, mantendo o significado das demais concorrentes, na medida em que esses elementos foram sendo empregados de uma geração a outra.

Retomando Labov que em 1978 responde às críticas de Lavandera, o autor propõe que o essencial de um trabalho sociolinguístico é isolar os elementos que variam em um mesmo âmbito em resposta a *um mesmo estado de coisas*. Para isto, formas que tenham funções diferentes não devem fazer parte do mesmo *envelope de variação* e outro passo importante é isolar os elementos linguísticos que tenham *comportamento categórico*.

Oliveira (1987) conclui que a meta de se delimitar o que seja *o envelope de variação* não é simples, porque, em primeiro lugar, é preciso dimensionar os casos de variação linguística e, segundo, é necessário estar atento àquilo que as variações sugerem quanto ao funcionamento dos sistemas linguísticos.

Ao falar sobre *o funcionamento do sistema linguístico*, Oliveira abre espaço para a discussão da variação em contextos mais amplos, como *os discursivos*, por exemplo, em que o envolvimento simultâneo de vários níveis não-estruturais, como *o pragmatismo comunicacional, a interlocução dos sujeitos, os efeitos de sentido dos enunciados, o conhecimento de mundo dos interlocutores*, entre outros, podem determinar se formas linguísticas são variantes ou não.

Neste sentido, o que fazer nos casos em que formas linguísticas, aparentemente variantes, assumem significados diferentes? Como definir a regra variável para *pronomes camaleões*, como é o caso de **nós/a gente** que podem designar uma série de referentes? Oliveira (1987: 32) reconhece que casos em que as variantes possuam significados diferentes “talvez sejam os mais difíceis para analisar, uma vez que implicam uma teoria semântica que permita separar pares de enunciados que dizem a mesma coisa de pares de enunciados que têm significados diferentes”.

Na próxima subseção, será discutida a regra variável das expressões de sujeito **nós e a gente** (e suas realizações *–mos* e *zero*) e sua *multiplicidade referencial*.

2.4 Pronomes camaleões – como definir a regra variável?

Recorrentes na fala como dois recursos para expressar o sujeito, os pronomes **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações: *-mos* e *zero*) são considerados, neste trabalho, como variantes da mesma variável que dentro do mesmo contexto possuem *o mesmo valor de verdade referencial*.

No entanto, as expressões **nós** e **a gente** podem designar diversos referentes, tanto específicos quanto genéricos. Vistos desse modo, os pronomes em questão infringem a definição de regra variável encontrada na literatura sociolingüística: “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade³⁵” (Tarallo, 2001: 8), por codificarem vários referentes no contexto discursivo.

A proposta que segue tem o objetivo de caracterizar os pronomes **nós** e **a gente** (e suas realizações) como intercambiáveis na posição de sujeito que remetem *ao mesmo estado de coisas*, apesar de possuírem características multirreferenciais, se observados em *um contexto mais amplo* de ocorrência, conforme mostra o exemplo abaixo:

- (28) ... então isso **nós chamamos** de linha não-invasiva, talvez uma das linhas mais importantes ... ahhh **temos** um teste que é muito importante também, que é o exame que eu faço, que é um exame que **nós estudamos** as “síncopes visuais”, (incompreensível) que são aquelas pessoas que perdem a consciência /.../ **a gente sabe** que as síncopes visuais elas podem ser causadas por n causas, né /.../ (Cardiologista, 37 anos, amostra de Blumenau).

O informante ao falar de cirurgias cardíacas utiliza o pronome **nós** para nomear a classe *cardiologistas*. Na seqüência, ao informar que a clínica na qual trabalha possui um determinado teste, o falante para nomear *os profissionais da clínica hospitalar* emprega a forma despronominalizada **-mos** e posteriormente **nós** pode designar *os cardiologistas da unidade hospitalar* ou *eu/emissor*, por exemplo, e ao mudar novamente o referente, alterna também a forma pronominal para **a gente** que nomeia a classe *cardiologistas*.

Em todas as seqüências frasais em que **nós** e **a gente** ocorreram no trecho de fala acima, estes pronomes podem ser intercambiados, mas o problema está na peculiaridade de serem pronomes multirreferenciais. Vistos dessa maneira, seriam essas formas variantes de uma mesma variável? Essa propriedade de **nós** e **a gente** de nomear uma gama de referentes comprometeria a noção de regra variável postulada pela teoria variacionista se tal

³⁵ *O mesmo valor de verdade referencial e o mesmo estado de coisas* são considerados termos equivalentes.

peculiaridade não fosse contornada com o recorte de regra variável elaborado para este trabalho, apresentado e discutido no decorrer deste capítulo.

A partir da discussão acima, as perguntas a serem levantadas são as seguintes: os pronomes **nós/a gente** podem ser considerados variantes? O que dizer dos diferentes significados que **nós/a gente** podem designar já que estas formas pronominais teriam que possuir o mesmo significado para serem consideradas variantes? Neste caso, como definir sua regra variável?

Os pronomes **nós/a gente** quando se referem à primeira pessoa do plural são *maneiras distintas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade*. No entanto, as formas em questão possuem a peculiaridade de veicular vários referentes no decorrer de um dado *evento comunicativo*³⁴, isto quer dizer que seus “significados” tendem a não permanecer os mesmos, podendo expressar *um grupo de pessoas, eu/emissor*, entre outros referentes.

Essas formas pronominais não se referem somente à primeira pessoa do plural, mas também a uma pessoa específica, *eu* (pessoa que fala). Nesses casos, seriam **nós/a gente** variantes de uma mesma variável? Ou existem várias regras variáveis atuando? Como bem postulou Bentivoglio (1987:14), “se quisermos encontrar contextos iguais na sintaxe tal como fazemos em fonologia, deveríamos renunciar antes de começar” a realizar pesquisas sociolingüísticas.

Os pronomes **nós/a gente** são formas diferentes de expressar o sujeito. O discurso é lugar privilegiado para que essas variantes sejam interpretadas já que somente essas formas pronominais não são auto-suficientes para designar seus referentes. Será preciso saber *tudo que se disse antes e tudo que se disse depois* para que o referente seja interpretado ou inferido no desenrolar do discurso, como mostrou o exemplo (28). Nesta perspectiva, como considerar as formas pronominais **nós/a gente** como variantes se elas possuem significados diferentes?

Em virtude da *multivariabilidade referencial* de **nós/a gente** (e suas realizações *–mos* e *zero*), duas alternativas serão propostas para tentar “desproblematizar” a incompatibilidade conceitual de regra variável que estabelece como princípio *a veiculação do mesmo significado referencial para duas ou mais formas intercambiáveis no mesmo contexto de atuação*.

Uma das alternativas seria restringir a lente de análise, delimitando para cada significado uma regra variável. Desse modo, várias regras estariam atuando, significando a mesma coisa dentro do mesmo contexto sintático: *na posição de sujeito*. Outra alternativa

³⁴ Todo conteúdo de uma entrevista.

seria ampliar o domínio da regra variável como uma só, aumentando o foco de análise, abrangendo todos os significados possíveis dentro de uma escala de possibilidades.

Os quadros abaixo propõem duas alternativas para a resolução do problema da multirreferencialidade dos pronomes em questão. No primeiro caso, há várias regras atuando e no segundo há uma regra variável que dentro do mesmo domínio funcional mantém o mesmo estado de coisas:

Uma regra variável para cada significado

Nós/a gente/-mos/zero=eu
Nós/a gente/-mos/zero=eu+tu
Nós/a gente/-mos/zero=eu+ele
Nós/agente/-mos/zero=eu+eles (eu+SN)
Nós/a gente/-mos/zero=eu+tu+eles
Nós/a gente/-mos/zero=genérico

Quadro (2) – contexto: *posição de sujeito*

Uma regra variável apenas

nós/a gente/-mos/zero = eu;
= eu+tu;
= eu+tu+ele(s);
= eu+ele;
=eu+eles (eu+ SN)
= genérico

Quadro (3) – contexto: *posição de sujeito*

Com base em Silva (1992: 36), a proposta para este trabalho é a do quadro 3 em que a investigação seria o processo de *(in)determinação do referente* que se manifesta através das expressões distintas de sujeito, **nós** e **a gente** (e suas realizações *-mos* e *zero*). Assim, o falante tem formas diferentes para expressar o sujeito, veiculando uma *escala* de significados, *específicos* e *genéricos*. Tanto os pronomes em questão quanto os significados devem estar dentro do mesmo *domínio funcional*³⁶, ou seja, cada vez que as expressões de sujeito **nós** e **a gente** designarem o mesmo estado de coisas preservam o mesmo referente. Há uma regra variável atuante, na posição de sujeito, para veicular o mesmo valor referencial: *as pessoas em geral, uma classe médica, eu/emissor, eu+tu*, entre outras possibilidades.

Cabe ao pesquisador eleger condicionamentos de outros níveis de análise, como os de ordem semântica, por exemplo, para investigar quais motivações favorecem o uso de uma ou outra forma pronominal nos campos da *(in)determinação referencial* (cf. capítulo 4).

³⁶ Por *domínio funcional* está se entendendo o *domínio discursivo* em que co-ocorrem as expressões de sujeito **nós** e **a gente**.

O fragmento de fala abaixo mostra a variedade de referentes que **nós/a gente** podem designar numa situação de interlocução³⁷³. Quanto à intercambialidade das formas, **a gente** pode ser substituído pelo pronome **nós**, e vice-versa, preservando o mesmo estado de coisas na posição de sujeito, como, por exemplo: *as pessoas da família da informante, eu e meus irmãos*, entre outras possibilidades referenciais, sem com isso prejudicar a definição clássica de regra variável.

(29)

<p>1Secretária – meu pai é Romeno e minha mãe é 2húngara ... e eles sempre se preocuparam com a 3profissionalização, inclusive, da mulher /.../. Então a 4gente tem que trabalhar, a gente tem que pensar, 5não é que a gente necessariamente necessitava, mas 6a gente vivia nesse espírito de que a vida é uma coisa 7de que sempre precisa realizar os seus projetos. E 8meus irmãos e eu, decidimos que nós íamos vender 9suco do lado do fruteiro da nossa casa. Fomos um 10fracasso empresarial completo, fora a família 11ninguém comprou (risos).</p>	<p>A gente tem/pensar= todas as pessoas, as pessoas da família?</p> <p>A gente necessitava/vivia= as pessoas da família.</p> <p>Decidimos que nós íamos vender=meus irmãos e eu.</p> <p>Fomos=meus irmãos e eu.</p>
<p>12/.../ Secretária – olha o João Carlos teve 13oportunidade de ver na FEBEN ... ahh nós 14lançamos essa semana passada ahhh 75 orquestras 15de crianças e jovens nas FEBENs. Por que que a 16gente lançou. Porque nós já temos 110 crianças 17como estas, chama-se projeto Guri é um projeto que 18eu já encontrei na secretaria e que nós resolvemos 19fazer crescer /.../.</p>	<p>Nós lançamos= a secretaria da cultura</p> <p>Que a gente lançou = a secretaria da cultura</p> <p>Nós já temos= a secretaria da cultura</p> <p>E que nós resolvemos fazer crescer= a secretaria da cultura.</p>

Não importa qual das duas formas pronominais (e suas realizações: *-mos* e *zero*) seja empregada pelo falante, pois os referentes permanecem os mesmos na posição de sujeito. Cabe ressaltar, novamente, a importância de se analisar as informações prévias e posteriores aos pronomes **nós/a gente** devido à sua peculiaridade *multirreferencial*, interpretável somente dentro do contexto discursivo em andamento. Obviamente que outras pistas contextuais

³⁷ Entrevista com a secretária da cultura do estado de SP, exibida, em dez/2003, no programa do Jô. Os pontos de interrogação no *box* da entrevista servem para sinalizar outras possíveis interpretações.

facilitam a interpretação do referente, como por exemplo, *o tempo verbal* (cf. Menon, 1994), como mostrou um dos seguintes trechos de fala exposto acima:

(30) “/.../ não é que **a gente necessariamente necessitava**, mas **a gente vivia** nesse espírito /.../”.

Não há dúvidas, no fragmento de fala acima, que a informante se referia aos membros de sua família³⁶, parece que o tempo verbal restringe o referente nesse caso.

De acordo com essa perspectiva, **nós** e **a gente** são *pronomes camaleões* que mudam de cor na proporção em que o discurso prossegue, permitindo que designem uma escala de possíveis referentes.

Como as estratégias de repetição de **nós** e **a gente** estão sujeitas a uma plasticidade de predicções, como foi exemplificado, a referência estabelecida pode suscitar mais de uma interpretação. Deste modo, como o ouvinte/leitor consegue interpretar o(s) referente(s) se só as formas pronominais **nós/a gente** não são auto-referências? As informações, ao que tudo indica, não estão explícitas lingüisticamente, e devem ser inferidas preferencialmente por fatores não-estruturais. De acordo com Koch & Marcurschi (1998: 174), “no contexto do discurso, todos os referentes são evolutivos, já que sempre haverá uma mudança, ou seja, os referentes modificam-se à medida que o discurso se desenrola”.

A partir das considerações acima, a identificação do referente está muito mais ligada ao contexto discursivo do que à *forma pronominal em si*, assim dependerá do *conteúdo das informações* (precedentes e posteriores às formas) para que os pronomes **nós/a gente** contenham o *eu* incluso ou não, por exemplo (cf. capítulo 1). No desenrolar das atividades comunicativas, os pronomes em questão têm a possibilidade de alternar suas *cores* como *dois camaleões* que se “adaptam” ao ambiente, modificando, assim, seus referentes.

Cabe ressaltar que esta gama referencial não prejudica a premissa inicial de regra variável: “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa no mesmo contexto com o mesmo valor de verdade”, pois as formas pronominais **nós** e **a gente** são intercambiáveis na posição de sujeito, mantendo, assim, *o mesmo estado de coisas*.

³⁶ Tempo verbal será analisado no capítulo *Metodologia*, se o pacote estatístico Varbrul o selecionar como grupo de fator significativo.

É nesse sentido que, no fragmento de fala abaixo, as variantes **nós** e **a gente** designam, na posição de sujeito, sempre o mesmo conteúdo referencial, seja ele genérico, determinado ou opaco³⁷.

(31)

<p>1(jornalista) – quais os benefícios que a (clínica Y) 2trouxe nesses dez anos pra comunidade 3blumenauense e região? 4(cardiologista) – bom, nós tratamos de arritmias aqui 5no hospital desde 1994. Foi quando eu vim pra cá /.../ 5no instituto do coração e lá eu fazia a parte da 6eletrocirurgia invasiva /.../, cauterizar esses focos e 7tratamentos específicos que a gente chama de (nome 8do procedimento/incompreensível) e o Dr. (X) que é 9médico aqui e ajudou a desenvolver a (clínica Y) /.../, 10ele foi o meu colega de residência lá e me convidou 11para vir pra cá e desenvolver essa parte, né.</p>	<p>nós=médicos do hospital; dois amigos médicos ou o hospital a gente chama=médicos em geral</p>
<p>12Então, na verdade, a gente já faz isso a bastante 13tempo, né, a gente faz um serviço há ... é que nós 14somos no estado os pioneiros nesse tipo de 15tratamento.</p>	<p>a gente faz=nós dois (amigos) a gente faz=nós dois (amigos) nós somos=nós dois (amigos); a clínica?</p>

A ilustração acima mostra a variação entre os pronomes **nós** e **a gente** que, na posição de sujeito, veiculam *o mesmo estado de coisas*. No entanto, cabe ressaltar que dentro de *um evento comunicativo*, as formas pronominais em questão tendem a se repetir constantemente. Dessa maneira, como pode ser observado no final da entrevista, **a gente** é repetida e mantém o referente *dois amigos*, mas o falante ao trocar de conteúdo referencial também alterna a forma lexical para **nós**, gerando, nesse caso, dúvidas quanto à identidade referencial da entidade estabelecida no discurso. Conforme será discutido no capítulo 4 deste trabalho, a partir de resultados estatísticos, a hipótese de que a mesma forma pronominal antecedente à forma subsequente condiciona a preservação do referente poderá ser comprovada.

³⁷ Por *opacidade* está se entendendo a veiculação de referentes duvidosos no desenrolar de atividades discursivas quanto à *identidade referencial* estabelecida no discurso, ou seja, durante as práticas discursivas nem todos os referentes são suficientemente claros quanto à identificação referencial, suscitando dúvidas no analista das entrevistas que as estudou em outro momento de interação (cf. exemplos de fala 29 e 31 desta seção).

De acordo com que mostraram alguns dos fragmentos de fala apresentados neste capítulo, a interpretação do(s) referente(s), ao que tudo indica, não está nas formas e sim em pistas co(n)textuais. Na interação face a face, praticamente não ocorrem dúvidas no ouvinte quanto às referências estabelecidas no discurso. Se dúvidas referenciais ocorressem, provavelmente, a interlocução seria interrompida.³⁸

Segundo Albán & Freitas (1991: 35), essas categorias abrangentes das formas pronominais “não apresentam marcas formais que as distingam, sendo evidenciadas apenas a partir do contexto mais amplo, do enunciado, ou mesmo do discurso”. Como mostrado nos fragmentos de fala acima, **nós/a gente** podem veicular referentes diferentes no decorrer de um diálogo. Os referentes tanto podem ser *específicos* ou *genéricos*, ou seja, os pronomes podem conter significado referencial ou não-referencial, conforme os critérios de Zilles (2003)³⁹, apresentados abaixo:

- a) **referência genérica:** qualquer pessoa, as pessoas em geral (não-referencial);
- b) **referência exclusiva:** é aquela que exclui o interlocutor, fazendo referência apenas ao emissor + SN (falante/emissor+família, por exemplo);
- c) **referência inclusiva:** eu+tu (emissor+interlocutor);
- d) **referência à 1ª pessoa do singular:** os pronomes **nós/a gente** utilizados para se referir à 1ª pessoa do singular, como por exemplo: “a gente anda muito cansado”, sendo então um homem a enunciar tal estado, marcando o adjetivo no masculino.

Esses critérios enquadram-se na proposta desta dissertação de que as formas pronominais **nós** e **a gente** (e suas realizações) são, na verdade, *uma regra variável* que, na posição de sujeito, veicula o mesmo estado de coisas. Esses pronomes vistos a partir do âmbito *discursivo* se referem a uma escala de possibilidades referenciais, sejam elas *genéricas* ou *específicas*.

Apesar de as variantes **nós** e **a gente** serem *multirreferenciais*, vale ressaltar que, a partir da definição de regra variável já apresentada, essas formas de expressão de sujeito são consideradas *variantes da mesma variável* pois são *intercambiáveis*, veiculando o mesmo estado de coisas no mesmo contexto, ou seja, possuem *o mesmo valor de verdade referencial*.

³⁸ Cabe salientar que outros possíveis referentes poderiam ser cogitados a partir da análise das entrevistas transcritas, sendo outro momento de interação, gerando certas dúvidas quanto ao reconhecimento do(s) referente(s). De alguma forma ou de outra *a referência* se estabelece no discurso não permitindo que o ouvinte tenha dúvidas quanto à identificação referencial.

³⁹ Artigo apresentado na Filadélfia (EUA) em outubro 2003.

Quanto *ao envelope de variação*, é válido frisar quais as formas consideradas *variantes* neste trabalho. As variáveis são: **nós**, **a gente** e suas realizações *–mos* e *zero* [Ø], na posição de sujeito. Este recorte foi estabelecido porque um dos objetivos desta pesquisa foi o de analisar a multivariabilidade referencial das expressões de sujeito em questão. É importante acrescentar que não é em todos os contextos sintáticos que o pronome **a gente** está em variação com o pronome **nós**. Assim, outras posições sintáticas foram isoladas do presente estudo porque a) apresentam categoricidade em algumas funções e b) ocorrem em outros contextos de análise, sendo, portanto, excluídas *do presente envelope de variação*.

De acordo com Omena (1988: 288), o uso de **a gente** avançou em alguns contextos, mas em outros não. Há predominância de **a gente** na função de *adjunto adverbial*. O uso chega a ser categórico em crianças: *com a gente*, em detrimento da forma canônica *conosco*. Como função de *complemento*, há predominância de uso do adjunto adnominal *nosso(a)*, sendo menos freqüente a variante *da gente* entre crianças e adultos.

A autora ressalta ainda que o pronome **a gente** não é modificado por determinantes, como: *todos nós*, *nós dois* etc. Isto quer dizer que construções com indefinidos limitam-se ao pronome **nós**: *todos nós*⁴⁰, *alguns de nós*, *uns de nós*, *nenhum de nós*, *nós dois* etc. Nestes contextos não há possibilidade de variação (cf. Omena, 2003: 65), bem como em expressões, como: “*digamos assim*”, “*vamos dizer*”, “*vamos supor*”.

Com relação à definição do envelope de variação, tomando por base as considerações de Oliveira (1987), o pesquisador deverá estabelecer limites para que o fenômeno estudado por ele se “enquadre” como *variável*. Por exemplo, os pronomes *tu* e *você* são classificados como de *segunda pessoa* do singular e tanto um quanto o outro são formas intercambiáveis sem alterar o significado referencial. Mas como proceder com estes mesmos pronomes quando há interpretação genérica? E neste caso os pronomes *tu/você* genéricos poderão ainda ser classificados como de *segunda pessoa* do singular?

Os pronomes *tu/você* em ambiente genérico estão no campo da indeterminação. Isto quer dizer que ambos estão competindo por espaço com outras formas indeterminadoras de sujeito, como, por exemplo: *nós/a gente*, *eles/os caras/o sujeito/o camarada*, *eles*, *se* ... (cf. Milanez, 1982; Rollemberb *at al.*, 1991; Menon, 1994; Setti, 1997).

⁴⁰ Na fala, em alguns contextos, o problema da quantificação é resolvido da seguinte maneira: “**a gente** tudo foi passear”; “**nóys** tudo fumu passear”, assim há a possibilidade de variação pronominal.

Dependendo do recorte variável, as formas pronominais *tu/você* quando identificadas como *genéricas* são variantes de uma mesma variável, mas se identificadas como *pronomes de segunda pessoa do singular*, já não fazem parte do fenômeno de indeterminar o sujeito, logo, não podem ser consideradas variáveis por não possuírem *o mesmo significado referencial*, ou melhor, devem ser excluídas do *envelope de variação*, caso o objetivo do estudo seja a investigação de formas que designem somente referenciais genéricos. O que não se aplica ao recorte de regra variável aqui proposto para o estudo dos pronomes **nós** e **a gente**. Como já mencionado, essas variantes designam no desenrolar de práticas discursivas referentes (in)determinados.

Da mesma maneira, os pronomes *tu/você*, *o senhor* e *verbos de ação no infinitivo*, como, por exemplo, *colocar*, *mexer*, *cozinhar* etc, possuem referentes distintos, como mostram as seguintes ilustrações:

- (32) *Põe* na panela e *mexe* até ficar no ponto;
- (33) *Tu/você* coloca na panela e *mexe* até ficar no ponto;
- (34) *O senhor* despeja na panela e *mexe* até ficar no ponto.

Essas formas pronominais e verbos no infinitivo não são variantes, pois como mencionado veiculam referenciais distintos. As duas primeiras sentenças estão no campo da indeterminação. Isto quer dizer que os pronomes *tu/você* e *formas verbais infinitivas*, por exemplo, se referem a *qualquer pessoa* que queira seguir a respectiva receita. No entanto, *o senhor* é *pronome de segunda pessoa*, utilizado como forma de respeito para se dirigir ao interlocutor, geralmente mais velho e/ou desconhecido do emissor. Em sentenças como: “*o senhor tá com pressa?*” e “*ahh a senhora falou isso antes?*”, os pronomes *o senhor* e *a senhora* parecem não ocorrer em ambientes genéricos, visto que seu *significado referencial* é *a segunda pessoa/ouvinte*.

2.5 Considerações finais do capítulo

Em virtude de o objeto de estudo escolhido necessitar de níveis de análise⁴¹ mais amplos, como *os discursivos*, por exemplo, envolvendo fatores não-estruturais como:

³⁹³⁹⁴¹ Por níveis de análise está se entendendo os componentes da língua como: *distinções fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, discursivas* ...

conhecimento de mundo, compartilhamento de informações, situação discursiva, entre outros aspectos que permitem *a inferência, a construção e a negociação* de referentes durante as atividades discursivas (cf. Marcuschi, 1996, 2000, 2001 a b, 2003, 2004), a adoção de uma postura eclética foi necessária para considerar as formas **nós/a gente** (*objetos multirreferenciais*) como variantes de uma mesma variável.

Conforme sugere Bentivoglio (1987), e nem por isso livre do rigor metodológico, para este presente trabalho, a definição de *uma regra variável* atuante dentro do mesmo domínio funcional se fez imprescindível para determinar *o envelope de variação*. Dada a peculiaridade das formas **nós** e **a gente** serem multirreferenciais, duas propostas foram apresentadas para que *o envelope de variação* pudesse ser constituído pelas expressões de sujeito em questão: (i) a atuação de várias regras variáveis, cada uma se referindo a um mesmo estado referencial e (ii) a atuação de uma regra variável que possibilita a veiculação de referentes (in)determinados dentro do mesmo domínio funcional. Há, desse modo, uma regra variável que atua, na posição de sujeito, e que veicula, dentro de uma escala de significações, específicas e genéricas, o mesmo estado referencial.

Vale ressaltar que as formas pronominais em questão são *maneiras diferentes de se dizer a mesma coisa dentro do mesmo contexto com o mesmo valor de verdade*. As expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero*), nesta perspectiva, são variantes que dentro do mesmo domínio funcional veiculam o mesmo estado referencial de coisas, sejam elas do campo específico ou genérico, como, por exemplo: *as pessoas em geral, eu/emissor, eu+tu*, entre outras possibilidades referenciais.

Outro ponto relevante discutido neste capítulo foi a variação estilística que está relacionada às adaptações que o falante adota ao estar em ambientes (+/-formais). Fatores como esses, de acordo com Labov (1972), fornecem ao falante formas alternantes de dizer a mesma coisa, embora variantes como as apresentadas nesta seção (*nós fomos~nós fumu*) sejam idênticas referencialmente, mas opostas em sua significância social e estilística. As variações estilísticas entre **nós** e **a gente**, provavelmente, mantêm essas formas em competição, mas, caso essas distinções de ordem estilística se resolvam, não há mais razão para que haja a co-ocorrência desses elementos variáveis.

No próximo capítulo, *os processos de referenciação* serão abordados com base em Apothéloz (1995/2003); Mondada e Dubois (1995/2003); Milner (1995/2003); Koch e

Marcuschi (1998), Marcuschi (2000, 2003, 2004), entre outros autores, para discutir a peculiaridade *multirreferencial* dos pronomes **nós** e **a gente** em contextos orais.

Capítulo 3

3. DAS PESSOAS DA ENUNCIÇÃO AOS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

3.1 Introdução

Pesquisas mostram que pronomes pessoais **nós** e **a gente** nem sempre se referem à primeira pessoa do plural [eu+meus irmãos], mas podem designar referentes *específicos*, como *eu/emissor* e genéricos [**a gente** aqui no sul] ...”. Devido a essas peculiaridades detectadas na fala, noções importantes postuladas por Benveniste (1988, 1989) como a inserção da referência no *funcionamento da língua*, as distinções entre as pessoas do discurso, *eu/tu*, e a não-pessoa, *ele/a*, a subjetividade e a unicidade do *eu*, a noção de pluralização do pronome **nós** serão abordadas e discutidas nas primeiras subseções deste capítulo.

“A linguagem se dá como interlocução situada e se oferece como conhecimento para o outro. Dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não estática e permite que os indivíduos a sigam. Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada” (Marcuschi, L.A.2001: 41)..

Na seqüência, sob a perspectiva de teorias lingüísticas e cognitivas, os processos de *referenciação*,⁴⁰ *categorização* e *inferenciação* serão apresentados e discutidos para fundamentar a característica multirreferencial dos pronomes **nós/a gente**. Isto é, essas formas pronominais podem abarcar inúmeros referentes no desenrolar das práticas discursivas e por esse motivo são consideradas *estratégias de designar referentes*. *Referentes discursivos* ou *objetos de discurso* evoluem durante as atividades discursivas e são motivados por diversos fatores, sejam eles de ordem estrutural ou não-estrutural.

Em virtude dessa plasticidade referencial dos pronomes em questão, é que seus respectivos objetos (do discurso) não são encarados como *únicos* e *singulares*, calcados em um *eu subjetivo*, e sim concebidos como *evolutivos* devido ao caráter intersubjetivo das práticas discursivas (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003). A partir da concepção de língua(gem) como *atividade situada*, o sujeito sócio-histórico *diz* o mundo ao seu semelhante, introduzindo e transformando referentes durante seus atos comunicativos. Daí a visão evolutiva de referentes ou de objetos de discurso que são construídos e negociados durante as atividades discursivas (cf. Marcuschi, 2003, 2004).

⁴⁰ Agradeço a amigos e colegas, como: Marco Antônio e Joana, Gesyka e Marineide (VARSUL), Valéria e Leilane (UFPB) por participarem das discussões de textos como os de Mondada e Dubois (1995/2003), Milner (1995/2003), Labov (2003), Kroch (1994, 2001), Cerqueira (1993), entre outros que auxiliaram, tanto graduandos e pós-graduandos a avançarem em suas pesquisas. Agradeço também à mentora desse grupo de estudos, Profa. Dra. Izete L. Coelho, por proporcionar e incentivar esses encontros.

As transformações referenciais ou os processos de referenciação, em alguns casos, propiciam *gradações de sentido* devido a certas predicções que podem gerar contextos *opacos*. No entanto, de uma maneira ou de outra, o sujeito discretiza⁴¹ o referente ou pelo menos age como se soubesse a identidade referencial estabelecida no domínio discursivo (cf. Mondada e Dubois (1995/2003); Koch e Marcuschi (1998); Marcuschi (2000)). Estas, entre outras peculiaridades observadas na fala, serão abordadas ao longo deste capítulo com base nos autores citados, entre outros.

3.2 A noção de unicidade das pessoas do discurso

Para discutir as oposições entre as pessoas do discurso e a não-pessoa, Benveniste (1946/1988) parte das descrições feitas pelos gramáticos árabes. A primeira pessoa (al-mutakallimu) é *aquela que fala*; a segunda (al-muhâtabu) é *aquela a quem se fala*, mas a terceira (al-yâ'ibu) é *aquela que está ausente* do eixo da interlocução. Assim, de acordo com o autor, encontra-se uma noção justa das relações entre as pessoas do discurso; principalmente por mostrar as diferenças entre as primeiras pessoas, *eu* e *não-eu*, e a terceira, *ele/ela*.

Conforme Benveniste, a ligação que se estabelece entre o emissor – *eu* – e o receptor – *tu/você* – é o *enunciado*, eixo comunicativo composto somente pelas primeiras pessoas do discurso: o *eu* e o *não-eu*. O autor esclarece da seguinte maneira os papéis das duas pessoas no domínio discursivo:

“Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo “eu”, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por “eu” e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, “eu” enuncia algo como um predicado de “tu”” (Benveniste, 1946/1988: 250).

A *terceira pessoa*, que pode ser humana ou não, é a *não-pessoa*. Um predicado sobre a *terceira pessoa* ocorre somente fora do eixo comunicativo *eu/tu*, desse modo, a *não-pessoa* não se refere a uma pessoa específica⁴², isto é, o objeto⁴³ de que se fala está ausente da interlocução.

⁴¹ Os termos discretizar, identificar e reconhecer são utilizados como equivalentes neste trabalho.

⁴² *Específica* no sentido de presença da pessoa do discurso, *eu*, e o receptor, *tu*. A não-pessoa, *ele/a*, por não fazer parte do eixo de interlocução, não possui marca de pessoa, por isso *não-específica*.

Segundo a proposta do autor, em línguas como *semítico*, *turco*, *georgiano*, *esquimó*, entre outras, em que o verbo apresenta desinências ou prefixos pessoais, estas marcas faltam na *terceira pessoa*, evidenciando assim que a classificação prescrita em gramáticas tradicionais⁴⁴ não condiz com aquilo que realmente acontece na interlocução. A não-pessoa (*ele/a*) não está no mesmo plano que as duas primeiras pessoas do singular (*eu/tu*), ela é sempre tratada de modo diferenciado pela falta de oposição, ou seja, pela *ausência de marca pessoal*. “A *terceira pessoa* é, em virtude da sua própria estrutura, a forma *não pessoal* da flexão verbal” (Benveniste, 1946/1988: 252).

A distinção entre *emissor/receptor* e *não-pessoa* está relacionada com a pessoalidade marcada e a não-marcada, respectivamente. A impessoalidade do *ele/ela* fica nítida segundo Benveniste em diversas línguas porque a 3ª pessoa do singular leva marca zero. Neste sentido, conforme salienta Lopes (1993:11):

“a primeira e segunda pessoas apresentam sistematicamente desinências verbais e, por essa razão, a elipse do sujeito pronominal é um fenômeno freqüente em línguas como português e espanhol, uma vez que as marcas verbais são suficientes para a indicação da pessoa a qual o predicado se refere.”

No entanto, Lopes não menciona se a elipse a qual ela se refere é da língua oral ou escrita. Na escrita, principalmente, em textos em que há a exigência do emprego da norma padrão, as elipses são freqüentemente utilizadas. Mas, na fala, se regiões onde o pronome *tu*, assim como outros pronomes: *você*, *a gente*, *ele(a)*, *o senhor(a)*, é largamente empregado, como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul forem consideradas, a flexão verbal é não-marcada *morfologicamente*, ou seja, o verbo não possui marca desinencial, acarretando a utilização cada vez maior do preenchimento do sujeito⁴⁵, mesmo com os pronomes *tu*, *nós*, *eu* que possuem marca morfológica.

⁴³ *Objeto* no sentido de algo a que se faz referência, como por exemplo: seres humanos, animais, plantas, riachos etc.

⁴⁴ Diferentemente da tradição gramatical, Bechara (2001:162-163) aborda em sua gramática a concepção *das pessoas do discurso* e *da não-pessoa* de acordo com os postulados benvenisteanos.

⁴⁵ O sujeito gramatical sobre o qual o emissor se refere fica expresso, desfazendo possíveis ambigüidades, já que todas essas formas pronominais levam marca desinencial *zero*. Menon (2000: 157) cita autores, como Kato, 1976; Tarallo, 1985; Lira, 1988; Duarte, 1993, entre outros, que, ao discutirem se o português é ou não uma língua de *sujeito nulo*, postulam que a morfologia verbal é suficientemente rica para o não uso pronominal diante de verbos. Segundo a autora, formas verbais marcadas não constituem impedimento para o uso pronominal junto ao verbo. Ela cita como exemplos, *o alemão* e *o holandês* que, apesar de terem morfologia marcada em todas as pessoas gramaticais, têm como obrigatória a presença pronominal. Outro ponto levantado pela autora é que essas

Retomando as distinções postuladas por Benveniste, os opositores *eu* e *tu* merecem discussão. A *subjetividade* mediada pelo caráter dinâmico do diálogo, ou melhor, o *eu* que se opõe ao *não-eu*, na medida em que essas duas pessoas discursivas invertem seus papéis de *emissor subjetivo* para *receptor não-subjetivo* e vice-versa, é sempre singular. Desse modo, o *eu* e o *tu* são os únicos pronomes que designam as pessoas do discurso, isto é, são caracterizados pela sua *unicidade específica*: o *eu/emissor* e o *tu/receptor*, são, a cada atualização de pessoas, únicos, específicos dentro da alternância de papéis como locutores.

O *eu* que falah inverte-se em *tu*, e o *tu* se torna *eu*. A primeira pessoa é *subjetiva*, é *interior* ao enunciado e *exterior* a *tu*, esta concebida, de acordo com o autor, como *pessoa não-subjetiva*. Essas duas pessoas se oporão à não-pessoa, *ele*⁴⁶. Esta, por outro lado, aceita uma infinidade de sujeitos ou nenhum, *ele* em si não designa especificamente nada nem ninguém por estar fora da interlocução e por isso nunca será considerada *pessoa discursiva*. Segundo o autor, “tudo o que está fora da pessoa estrita, isto é, fora do *eu/tu*, recebe como predicado uma forma verbal da terceira pessoa e não pode receber nenhuma outra” (cf. Benveniste, 1946/1988: 253-254).

A ausência de pessoa foi assim constituída porque *a terceira pessoa* não tem uma primeira pessoa para se opor. Conforme essa perspectiva, há uma oposição entre os membros ou uma *correlação de personalidade*⁴⁷, ou seja, enquanto *eu* e *tu* possuem marca pessoal, a não-pessoa não a possui.

Abaixo estão resumidos por tópicos o que Benveniste (1946/1988: 252-259) estabelece como aspectos centrais *das duas pessoas do discurso, eu e tu, e da não-pessoa, ele/a*:

- a) *eu/tu* são caracterizados pela *unicidade específica*, são, portanto, cada vez únicos;
- b) *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum;

pesquisas basearam-se em fontes de língua escrita e não em fontes orais para postular uma mudança de estatuto “pro-drop” para não “pro-drop”.

⁴⁶ Marcuschi, ao citar Kleiber (1994:143), afirma que *os mecanismos de referenciais* do pronome *ele* são enigmáticos, pois enquanto mecanismos de designadores como *descrições definidas, demonstrativos, pronomes de 1ª e 2ª pessoas, nomes próprios* etc, são bem conhecidos, “o pronome *ele* não descreve nada, não tem estatuto semântico estável e no entanto designa referentes particulares, definidos e ao mesmo tempo pode ser opaco e designar até o que não existe” (como mostra o exemplo, em francês, fornecido pelo autor: *Il est dangereux – il* não designa nada como existente, mas uma situação/*Isso é perigoso – demonstrativo genérico*), o mesmo não ocorre com *eu/tu* (cf: Marcuschi, 2000: 193).

⁴⁷ *Por correlação* está sendo entendido relação mútua entre dois termos, como, por exemplo, *eu* e *tu*, a cada troca de locutor se instaura um novo *eu* que se atualiza na instância discursiva, é o que Benveniste (1988: 254-255) chama de *correlação de subjetividade*. Já *a correlação de personalidade* é caracterizada pela presença (*eu/tu* (+) pessoa) e ausência (*ele/a* (-) pessoa) da marca de pessoa.

- c) *eu/tu* são *inversíveis*, ou seja, o *eu* se torna *tu* e o *tu* se torna *eu*;
- d) *ele* não designa nada nem ninguém especificamente; por isso apta a se *despersonalizar* pois não possui marca de pessoa verbal; a *terceira pessoa* é única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente;
- e) *eu* e *tu* se opõem como membros de uma *correlação de personalidade*, isto é, *eu* e *tu* possuem marca de pessoa e *ele* é privado dela;
- f) a *pessoa-eu* se opõe à *pessoa não-eu* que se estabelece particularmente em uma *correlação de subjetividade*; *eu*, concebido como interior ao enunciado e exterior a *tu*.

3.3 A noção de pluralização

Pontos centrais das pessoas do discurso, *eu* e *tu*, e não-pessoa, *ele*, foram abordados na subseção anterior. Cabe discutir agora a noção de pluralização do pronome **nós**. De acordo com os postulados de Benveniste (1946/1988: 256), “a unicidade e a subjetividade inerentes a *eu* contradizem a possibilidade de uma pluralização”, pois como o autor constatou em inúmeras línguas, há uma diferenciação no que concerne à primeira pessoa do plural, **nós**, vista sob dois aspectos distintos: *o inclusivo* e *o exclusivo*.

A *unicidade específica*, característica das duas *primeiras pessoas*, não permite que elas se multipliquem como prescreve a tradição gramatical, mas que se *ampliem*. Isto quer dizer que o pronome **nós** exprime uma pessoa amplificada, podendo ser constituída por *eu+tu+ele(s)*. A esta globalização indistinta de outras pessoas [*nós* anexo ao *eu*] Benveniste chamou de *eu-ampliado*. A pluralização acontece somente com a *não-pessoa*⁴⁸ por não estar marcada pela *unicidade específica* das primeiras pessoas, *eu/tu*.

Com base em Benveniste, Monteiro (1994)⁴⁹ faz a distinção entre o *nós inclusivo* e *exclusivo*. O primeiro aspecto *inclui*, no pronome **nós**, as duas pessoas do discurso podendo ainda ser acrescentada(s) a(s) não-pessoa(s): (**nós**=*eu+tu/você* ou *eu+tu/você+ele(s)*). No

⁴⁸ Cabe ressaltar a distinção entre as noções de *número* e *pessoa*. Esta está relacionada às *primeiras pessoas* do discurso em oposição à *não-pessoa*. No entanto, a *noção de número* não pode ser associada à *noção de pessoa*, simplesmente, porque, conforme Benveniste, a idéia de plural só é válida para a chamada *terceira pessoa*, ou de acordo com Monteiro (1994:38), a noção de plural não pode ser estabelecida como a simples soma de *eu+eu* e *tu+tu*, a atualização das pessoas enunciativas está diretamente ligada à singularidade. De acordo com a concepção benvenistiana, “se não pode haver vários *eu* concebidos pelo próprio *eu* que fala, é porque *nós* não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o *eu* e o *não-eu* (...). A presença do *eu* é constitutiva de *nós*” (cf. Benveniste, 1946/1988: 256).

⁴⁹ Lopes (1993), com base em Monteiro (1991), adota essa mesma classificação ao analisar o “eu-ampliado” como fator condicionante para o uso de **nós** e de **a gente** na fala de indivíduos altamente escolarizados. Da mesma forma, Zilles (2003) e Borges (2004) também utilizam a classificação de *inclusão* e *exclusão* do *tu/receptor*, ao estudarem os *graus de pessoalização* de **a gente**.

segundo aspecto, a pessoa *excluída* é *tu/você*: (**nós**=*eu*+alguém que não é o receptor). Acrescenta, ainda, o aspecto *genérico* (**nós**=nem *eu*, nem *tu*, mas qualquer pessoa) e faz menção ao plural de modéstia que faz referência a apenas uma pessoa: **nós**=*eu/emissor*.

Em relação ao *aspecto exclusivo*, no que diz respeito aos pronomes **nós/a gente**, tidos como primeira pessoa do plural, nem sempre o *genérico* inclui o *eu/emissor*, o falante pode estar se referindo às pessoas em geral, mas estar se excluindo da referência, como, por exemplo: “Aqui no Brasil, **a gente** come mal ...”. O falante pode ser uma pessoa adepta à comida saudável, ou ter mesa farta todos os dias ... e assim o emissor *se exclui* da referência, ou seja, o falante se exclui da situação não vivida por ele, mas vivida por outras pessoas. Assim, como saber quando o falante se exclui da referência?⁵⁰

Referentes, como os citados acima, precisam, necessariamente, de *âncoras contextuais* para serem identificados referencialmente. Muitas vezes, o contexto pode ir além do texto falado, como, por exemplo, o conhecimento compartilhado, fatores psicológicos, atitudes do falante, complexidade do assunto abordado, entre outros aspectos, que podem ser determinantes para a interpretação referencial. Dessa forma, os pronomes **nós** e **a gente**, por exemplo, por si só, não são auto-referenciais, são dependentes de contexto para serem interpretados.

Borges (2004) propõe *graus de pessoalização* para a forma pronominal **a gente**, que, devido ao processo de gramaticalização, passou a integrar o sistema pronominal do PB, primeiramente concorrendo com o **nós** e posteriormente com o **eu** (cf. Menon, 1995b, 1996). Baseado em Benveniste que concebe o *eu* como constitutivo do pronome **nós**, Borges reconhece a presença do *eu* como constitutiva de **a gente**⁵¹. Nas palavras do autor, “*a gente* diz respeito a um plural que deve ser interpretado como “eu” somado a uma ou mais pessoas, no qual o ouvinte pode ou não estar incluído” (Borges, 2004: 41).

Assim, com base em Benveniste e em outros autores⁵², Borges apresenta *mudanças semânticas* sofridas pelo pronome **a gente**, que no seu entender estão inseridas no processo de gramaticalização do pronome em questão e propõe *uma escala de pessoalização*, conforme mostra o quadro a seguir:

⁵⁰ Confira a discussão do capítulo 1 neste presente trabalho.

⁵¹ Milanez (1982) tem essa mesma visão, entretanto Menon (1994) refuta tal afirmação, pois nem sempre o *eu* está presente quando a forma **a gente** é utilizada (cf. capítulo 1 desta pesquisa). Koch e Marcuschi (1998: 172), ao estudarem *os processos de referenciação* na fala, advogam que “o “nós” nem sempre inclui o “eu” e também não envolve conjuntos definidos”.

⁵² Confira no decorrer deste capítulo as propostas de Monteiro (1994), Lopes (1993), baseadas em Benveniste, e Zilles (2003), citada no capítulo 2 deste trabalho.

a) genérico –	<i>a gente</i> = eu+todas as pessoas
b) plural exclusivo – baixo grau de pessoalização –	<i>a gente</i> = eu+outro(s)/ele(s)
c) plural inclusivo – médio grau de pessoalização –	<i>a gente</i> = eu+tu/você+outro(s)/ele(s)
d) plural inclusivo – alto grau de pessoalização –	<i>a gente</i> = eu+tu/você
e) singular “eu” – alto grau de pessoalização –	<i>a gente</i> = eu

Quadro 4: processo de pessoalização do pronome **a gente** – Borges (2004: 43)

Com relação ao *aspecto exclusivo*, cabe ressaltar que Benveniste (1946/1988: 257) postula uma junção das formas opostas [eu+eles], *pessoa* e *não-pessoa*, pela constituição da *correlação de pessoa*, já no *aspecto inclusivo* [eu+vocês] se efetua a *correlação de subjetividade*. Dessa forma, como visto acima, Borges atribui esses aspectos ao processo de pessoalização de **a gente**, quer dizer, em outros termos, que **a gente**, no campo da determinação, pode também designar *eu*, e, além disso, assim como todo **nós** é constitutivo do eu, a gente também possui a presença do *eu*, independente do referente que abarca.

Conforme discutido no primeiro capítulo, nem todo **nós** e nem todo **a gente** é constitutivo do *eu*. Neste presente trabalho, os critérios estipulados por Zilles (2003) e Borges (2004) serão adotados porque os dados encontrados nas amostras, aqui, investigadas se “enquadram” nesses critérios, apenas *um dado*,⁵³ como ilustrado no capítulo citado, foi encontrado para ilustrar a discussão da exclusão do *eu* no referente que **nós/a gente** podem abarcar no desenrolar das atividades discursivas (cf. Koch e Marcuschi, 1998).

No que concerne à atuação de **a gente** nos campos (in)determinados (processo de *mudança semântica* sofrida pelo pronome **a gente**), será discutida e analisada nos próximos capítulos, com base em resultados estatísticos de fatores (extra)lingüísticos que poderão estar motivando o uso *mais* ou *menos específico* da forma pronominal em questão associada ao pronome **nós**. Em outros termos, cabe ressaltar que **nós/a gente/-mos/zero** são formas alternantes empregadas, na posição de sujeito, que veiculam *o mesmo valor referencial*, conforme discussão realizada no segundo capítulo.

⁵³ Esse dado de fala não fez parte das análises estatísticas.

3.4 A “referência” na enunciação – *algumas considerações*

Por entender que a língua *se desenvolve* no funcionamento do discurso, Benveniste (1970/1989) propõe o *deslocamento da referência* do campo da significação, da proposição, para o *da enunciação*. Desse modo, as oposições radicais entre *eu/tu* e *realidade única* (“signos plenos”) são revistas pelo autor que desloca *a língua* para o *centro da interação* e, assim, insere a referência *no funcionamento do discurso*: nos eixos *eu/emissor* e *tu/receptor* e no *contexto situacional* (o momento do *aqui* e *agora*). Nesse sentido, *a enunciação* é o ato de produzir o *enunciado*, fazendo da língua um instrumento que somente tem condições de “dizer” o *mundo fenomenal* através do *sujeito* que se *apropria* da língua para “referir” as coisas da realidade.

A inserção da referência na dinamicidade dialogal, em trabalhos de Benveniste como *A estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *As relações de tempo no verbo francês* (1959) não parece ser tão clara, se comparados com obras posteriores do autor. Nesses artigos acima citados, Benveniste postula a relação entre linguagem e mundo como duas “realidades radicalmente opostas”: *a realidade subjetiva do discurso* e *a realidade objetiva do mundo fenomenal*. Para isso, o autor distingue as categorias *pessoa/não-pessoa*.⁵⁴

O par de distinções *pessoa* e *não-pessoa* diz respeito, respectivamente, aos “indicadores” (dêiticos) e aos “signos plenos”, objetos da realidade que possuem referência porque “se referem” *objetivamente*, no tempo e no espaço, ao mundo fenomenal. Este virtualmente existente na estrutura da língua, independente da ação humana de “dizer” ou não as coisas mundanas. Assim, o autor opõe *a não-pessoa* aos *dêiticos* que são dependentes da atualização de cada locutor (subjetivo), conforme seguem suas palavras abaixo:

“Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* (...) este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um novo ato, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. (...) o pronome *eu* (...) se transforma em uma designação única e produz, a cada vez,

⁵⁴ *Discurso e narrativa histórica* é outra oposição discutida por Benveniste, mas não enfocada neste presente trabalho. *A narrativa histórica* é concebida como *não-pessoal*, pois é oposta ao *discurso* pelo seu caráter impessoal, ou seja, aquele que diz *eu* não é considerado discurso pela propriedade não-pessoal de narrar o fato, ao contrário da *pessoa do discurso*, *eu*, que está diretamente relacionada com a enunciação, concebida sempre em primeira pessoa. Neste sentido, só a primeira pessoa é considerada *discurso* pelo seu caráter *único* e *subjetivo*, já a terceira pessoa não tem o mesmo valor da primeira, pois não tem opositor, por isso há a ausência de *pessoa* (cf. Benveniste, 1959/1988).

uma nova pessoa. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua” (Benveniste, 1965/1989: p. 68-69)⁵⁵.

Para Benveniste, toda instância discursiva é um ato através do qual um falante se dirige ao outro, não existindo sujeitos que não sejam afetados, de uma forma ou de outra, pela *enunciação*. Dessa maneira, o autor insere a referência no funcionamento da língua, no eixo *eu/tu*, antes concebida, conforme visto, como *realidade objetiva*, estabelecida através de “signos plenos”, portadores de referência única.

Mas o que é afinal o funcionamento da língua? De acordo com a concepção benvenistiana, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (...) Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (Benveniste, 1970/1989: 82). Nessa perspectiva, *o centro da referência* é o sujeito, uma espécie de *eu/móvel*, assumido por todo e qualquer locutor que se *apropria* da língua e a mobiliza, de acordo com suas necessidades e condições. Por isso que a língua, antes de cada ato individual, é vista como apenas “uma possibilidade de realização” (Benveniste, 1970/1989: 83).

Os “signos plenos”, de um lado, têm sempre a mesma referência, única no mundo, ou seja, *o objeto* é definível como *idêntico* e *estável* em sua significação. Apesar das atualizações entre os locutores da enunciação, os objetos não variam quanto à referência, pois são constituídos de referência única no mundo fenomenal. Os *indicadores*, por outro lado, têm referência “móvel” porque são dependentes de cada instância enunciativa que se alternam entre *eu* e *tu*. Assim, por atribuir referência somente aos nomes, os “signos plenos” têm função representacional, simbólica; são dotados de *representação objetivamente única* em oposição às duas primeiras pessoas que cumprem, por excelência, função discursiva.

Benveniste, antes da década de 70, em seus artigos já citados, deixa transparecer que a dinamicidade da língua é a atualização de cada *eu* no eixo discursivo. Isto é, o *eu* que se reverte em *tu* e vice-versa. “O que fundamenta o discurso individual” é “que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” (Benveniste, 1956/1988: 281). Em trabalhos posteriores, o autor mantém as oposições entre *as pessoas do discurso*, mas insere a *referência* na enunciação, conforme esclarece o próprio autor a seguir:

“Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da

⁵⁵ Qualquer estranheza quanto à construção das sentenças, deva-se, talvez, ao fato de a obra citada ser traduzida.

língua, é, para o outro, a possibilidade de co-referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação” (Benveniste, 1970/ 1989: 84).

Segundo o autor, o mecanismo da referência é regido pelas condições do processo de enunciação. Desse modo, o que Benveniste chama de “um centro de referência interno” (cf. Cardoso, 2003) é o próprio jogo de formas específicas que a cada instância discursiva se constitui, ou seja, cada *eu* que se *apropria da língua* para “dizer” a realidade, constituída de referência sempre única.

“Os signos plenos” parecem ter relação direta com a noção de *não-pessoa*. Dentro dessa linha de raciocínio, serão os “signos plenos” sempre dotados de representação objetiva e única? O quadro abaixo⁵⁶ ilustra que “signos plenos” (objetos mundanos) podem abarcar diferentes entidades, muitas vezes, inferidas no contexto discursivo em virtude da natureza dinâmica da interlocução que influencia a construção e a identificação de referentes discursivos:

(35)

1/.../ o Amazonas é impressionante o número de frutas	
2e frutas /.../ tipo assim cajá-manga ... eles têm muita	
3coisa assim /.../ é gozado como a gente sente essa	a banana' = amazonense
4diferença ... lá lá a gente não comia fruta ... a	uma banana'' = qualquer banana
5 banana' é uma banana'' tão grande que não dá pra	
6você comer uma inteira ... o que a gente chama de	banana''' aqui = carioca
7 banana''' aqui ... a banana' deles lá é uma coisa	
8imensa ... aqui no Rio tinha uma espécie de	banana'''' = uma determinada espécie
9 banana'''' parecida ... parece que se não me engano	
10era banana-figo'''' que eles chamam aqui no Rio...	banana-figo'''' = tipo de banana

O fragmento de fala acima mostra que, embora os itens lexicais sejam os mesmos [banana] ou semelhantes [banana-figo], não se trata da mesma *banana* referencialmente. Nas palavras de Koch & Marcuschi (1998: 172), “não se trata de banana alguma e sim de um referencial discursivo para falar a respeito de uma classe ou de um objeto ou de uma entidade em contexto sempre diverso”. Assim, com base nos autores citados, ora o mesmo objeto é

⁵⁶ Fragmento de fala retirado de Koch & Marcuschi (1998: 171).

considerado o mesmo, ora é diferente. Os referentes não são sempre únicos e objetivamente prontos para serem ditos, são, na realidade, objetos de discurso, negociados e inferidos na interação face a face. Nos termos de Salomão (1999: 68), “sem um sujeito que inferencie e supra todas estas informações implícitas; a enunciação seria simplesmente estranha e, na verdade, incompreensível”.

Embora Benveniste tenha deslocado *a referência* para *a enunciação*, sua noção de “referência” está calcada na concepção de *realidade única e objetiva*, e, dessa maneira, parece “complicado” conceber *a transformação da realidade* ou conceber *a língua como evolutiva*. Dito de outro modo, o *eu subjetivo* se *apropria* da *língua* como *um instrumento pronto* para “dizer” ao outro sobre *o mundo fenomenal*, este constituído de referência *sempre única*.

Ao que parece, mesmo que Benveniste tenha deslocado a referência para o eixo do discurso (anos 70), a relação entre língua(gem) e realidade se assemelha às concepções de linguagem nas quais a ligação entre linguagem e mundo se dá de forma direta, excluindo o sujeito do fenômeno da “significação”. A mudança proposta por Benveniste sugere a inserção do sujeito como *centro da referência*, isto é, como mediador da relação entre língua(gem) e mundo. A língua, nesse sentido, passa a ser somente uma possibilidade de realização, já que é materializada através do ato discursivo sempre subjetivo e singular, instância em que objetos mundanos, dotados de única referência, são “referidos” (cf. Cardoso, 2003).

Assim, vale retomar as duas perspectivas propostas por Benveniste:

- num primeiro momento, o discurso é *subjetivo*, refere-se a si mesmo com o uso de indicadores (pessoal *eu/tu*, temporal *aqui/agora*) e a referência é calcada na realidade, nos “signos plenos” *estabilizados*⁵⁷;
- num segundo momento, *a referência é parte integrante da enunciação*. A língua é posta em funcionamento porque é apropriada e mobilizada pelo sujeito que, em virtude de suas condições de enunciação, é considerado *um centro de referência interno*.

A noção radical de *pessoas do discurso* e *da não-pessoa*, concebidas como duas realidades opostas por Benveniste, traz à baila as seguintes reflexões:

- Se por representação objetiva Benveniste entende os “signos plenos” como dotados de referência única, *a não-pessoa* (ela/banana) dos exemplos acima parece não se “enquadrar” nessa noção auto-suficiente do mundo fenomenológico. Não se trata de negar a existência do

⁵⁷ Essa noção de referência estável, simbólica e representacional que Benveniste atribui aos “signos plenos” provém da concepção clássica de referência – *representação objetiva da realidade* (cf. Cardoso, 2003:79).

mundo real (riachos, estrelas, seres humanos ...), mas de tratar objetos “aparentemente” mundanos como entidades *construídas/negociadas/inferíveis* discursivamente.

- Se referentes são construídos discursivamente, como tratar a pessoa do discurso, *eu*, como subjetiva, se na subjetividade do *eu* a singularidade/unicidade das “significações” são tidas como fundamentais na concepção benvenistiana? Assim, como lidar com o fato de a língua ser concebida como dinâmica e evolutiva, se a noção de evolução lingüística está atrelada na subjetividade do *eu/móvel* e em uma realidade constituída de referência sempre única?
- Como conceber a passagem de referentes mundanos para referentes da língua em funcionamento, se a referência está calcada em *um centro de referência interno, individual*?
- Segundo Benveniste, o sujeito se *apropria* da língua para referir o mundo fenomenal através dos atos de enunciação, desse modo, o autor parece conceber *a língua* como um instrumento transmissor de referência já discretizada. Todavia, como o sujeito pode se *apropriar* de um “produto/língua” que não está pronto para ser utilizado?

Parece problemático conceber a língua(gem) como *evolutiva* se esta está atrelada a atos enunciativos *singulares* e *subjetivos*, que enunciam experiências (do e no mundo) para o *outro/receptor*.

Com base em Benveniste, no que concerne às discussões sobre *as pessoas do discurso* e a *não-pessoa*, a proposta que segue aborda *os processos de referenciação* e *as categorias lingüísticas* conforme as considerações de Mondada e Dubois (1995/2003), Marsusch (2000, 2001a,b, 2003, 2004)⁵⁸, entre outros autores, que concebem o caráter heterogêneo da língua calcado na intersubjetividade do sujeito sócio-cognitivo, situado culturalmente em seu meio, sendo, assim, *transformador da realidade* através de suas práticas discursivas diárias.

3.5 Processos de referenciação

3.5.1 Algumas concepções teóricas

A partir de abordagens lingüísticas e cognitivas, a relação entre *linguagem/mundo/sujeito* e *a questão da referência* será discutida sob a concepção de linguagem como *atividade* sócio-histórica e cognitiva, sujeita a evoluir e a se transformar a partir das ações humanas de dizer a realidade a sua volta. A língua(gem) é *atividade*, realizada

⁵⁸ Conforme Marcuschi (2001b, 2003, 2004), a noção de correspondência, ou melhor, a noção de verdade postulada pelas *teorias verifuncionais* (Filosofia da Linguagem) é irrelevante para *os processos de referenciação*. Para *os processos de referenciação*, a relação que se estabelece entre linguagem e mundo é de modo *indireto*, isto é, a realidade é transformada pela *ação* humana de “dizer” o mundo. Vale mencionar que as teorias sócio-cognitivistas por mim utilizadas não citam Benveniste, a adoção dos postulados benvenistianos foram necessários, como já dito, por discutir noções consideradas importantes para este presente trabalho, como *as distinções das pessoas do discurso, eu/tu e ele/a, a subjetividade e a unicidade do eu e as questões relacionadas à referência*. Por entender que sob uma perspectiva *subjetiva* “a língua” fica restrita a *singularidades do eu*, adotei para as análises dos dados de fala deste trabalho a postura das teorias sócio-cognitivas por compreender *o sujeito/falante* como *um centro de referenciação*, assim, os pronomes **nós** e **a gente**, por exemplo, nomeiam, no desenrolar das atividades comunicativas, referentes evolutivos, mantendo na estrutura discursiva coesão, coerência, continuidade tópica ... entre outros aspectos detectados na fala.

por indivíduos *no ato de dizer* as coisas do mundo. Nessa perspectiva, os *processos de referenciação e categorização* são responsáveis pela construção de referentes como objetos do discurso (objetos do saber humano), encarados como *evolutivos* no desenrolar das ações interativas e colaborativas entre falantes. Isto quer dizer que é na interação com o outro que se constróem referentes, não mais concebidos como preexistentes ao discurso. *Os processos de referenciação, categorização e inferenciação* são “mecanismos”, “formas”, pelas quais os sujeitos “dizem” o mundo, *aparentemente*, elaborado, discretizado e estabilizado.

O sujeito, na medida em que efetua suas práticas discursivas e cognitivas, constrói versões públicas sobre a realidade que o circunda. Assim, os objetos de discurso e as categorias⁵⁹ são transformados, tanto na oralidade quanto na escrita, sejam essas modalidades faladas e escritas de cunho científico ou cotidiano (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003; Marcuschi, 2003, 2004).

Mondada e Dubois (1995/2003) propõem que os objetos podem ser modificados no processo colaborativo interacional, gerando *instabilidades e decategorizações* que não são somente casos de *variação individual* ou *subjetiva*, mas processos ligados a domínios *intersubjetivos* das ações discursivas e cognitivas.

Parte-se assim de uma concepção de construção de referentes que se elaboram no desenrolar de práticas discursivas e que são interpretados levando em consideração uma noção mais ampla de contexto, não só restrita à sintaxe e a formas lexicais, mas às práticas discursivas como um todo: *o próprio discurso, o conhecimento de mundo, gestos, pressuposições, conhecimento compartilhado, cultura ...* Ou seja, fatores não-estruturais, muitas vezes, são determinantes para a interpretação referencial. O sujeito, nessa linha de pensamento, é o centro do processo de elaboração de referentes e categorias, pois, na interlocução com o outro sua ação de dizer as coisas do/no mundo provoca transformações referenciais.

⁵⁹ A noção dos estudos sobre categorização de objetos, concretos e abstratos, partiu de pressupostos teóricos clássicos. A idéia central desses estudos foi testar *empiricamente* (Rosch, 1975) e comprovar como o sujeito organizava/categorizava suas experiências. Partiu daí a noção de que entidades poderiam ser classificadas/categorizadas, pelos indivíduos, por possuírem propriedades comuns, regra *necessária e suficiente* para que fizessem parte de uma mesma classificação categorial. Assim, nas teorias clássicas, a categoria *ave*, por exemplo, teria que ter como propriedade *necessária penas*, já que a característica de *voar* não era *suficiente* para tal classificação, tendo como exemplo *o avestruz* que possui *penas*, mas não *voa*. Desse modo, as características gerais e específicas de um objeto permitem que o sujeito o reconheça e o classifique diferentemente de outros, isto é, o sujeito é capaz de discernir uma entidade de outra através de suas propriedades que definem a sua essência e, por conseqüência, é classificada em uma ou outra categoria (cf. Lakoff, 1987).

Mondada e Dubois (1995/2003) fundamentam sua abordagem sobre *os processos de referenciação e categorização* com base em teorias lingüísticas e cognitivas. Segundo as autoras, essas duas vertentes teóricas têm em comum a concepção da *intersubjetividade das práticas discursivas e cognitivas* que, entre outros fatores de ordem não-estrutural, são responsáveis pela falsa percepção de um mundo real, pronto e discretizado.

A proposta dessa abordagem se respalda nas práticas discursivas, tanto nas faladas como nas escritas, em que o sujeito *sócio-cognitivo*, concebido como um ator social situado⁶⁰, discretiza as entidades transformando-as em objetos de discurso e categorias. As entidades ou os objetos da realidade, aparentemente prontos, dão significação às duas dimensões, mental e extramental, construídas, no meio social e cultural, a partir do individual e da interação com o outro.

Segundo Marcuschi (2003: 243), “não se trata de negar que os fenômenos de nossa percepção sejam reais, ou de afirmar que não tenham uma existência extramental, mas se trata de não aceitar que sejam identificáveis como unidades naturais, ou que sejam apenas representações mentais”. Nessa perspectiva, Marcuschi (2001b: 37-38) afirma que “a noção de verdade como correspondência é irrelevante para o processo referencial” ou para “a determinação da referência”. Isto porque “as teorias não são um espelho da realidade, mas uma proposta metodológica de construção e ordenação epistemológica da realidade” (Marcuschi, 2003: 244).

Em outras palavras, a visão especular de conceber a linguagem e o mundo, e de que as palavras refletem a realidade de objetos já elaborados, independente da ação humana de se “referir” a eles ou não, não se ajusta a essa proposta mais dinâmica de conceber a língua como não preexistente e por isso emergente nas situações *concretas de uso*.

A realidade extramental, constituída de objetos preexistentes ao discurso, concebidos como discretos e segmentados, está calcada na idéia de que a significação rígida é dada de maneira cartográfica. Isto é, os objetos do mundo real são cartografados porque possuem referência *única e discreta*, como se a linguagem, materializada por meio da codificação verbal, precisasse mapear objetos prontos e já discretizados, contendo propriedades *suficientes e necessárias* para poderem ser classificados dentro de uma categoria prototípica. No entanto, tal concepção não leva em conta que as categorias “são particularmente sensíveis

⁶⁰ Culturalmente e socialmente em uma determinada comunidade.

às formações culturais” (Marcuschi, 2003: 255), dependendo do ponto de vista do sujeito sócio-histórico, culturalmente situado em seu meio.

Partindo da concepção de língua(gem) como *atividade situada*, não há como conceber uma ligação entre língua e mundo de forma rígida e direta. A heterogeneidade lingüística, dentro dessa perspectiva, é observável no desenrolar das ações interativas entre sujeitos sócio-históricos que “dizem” a realidade mundana. Nesse sentido, a questão é: em que consistiria a realidade? Seria constituída de somente objetos naturais?

Segundo Marcuschi (2003: 248), “o saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada (mediante atividades coletivas) e lingüisticamente comunicada (com mecanismos textuais estabilizados em instrumentos semiológicos supra-individuais)”. De acordo com essa linha de raciocínio, o modo como o *emissor* diz ao outro suas experiências é consequência de realidades construídas historicamente, ditas lingüisticamente sobre o mundo no qual o sujeito interage com o outro, construindo e elaborando referentes e categorias que descrevem realidades.

As categorias se transformam dependendo dos fatos culturais e históricos de cada comunidade. A visão que cada indivíduo tem das coisas do mundo pode ser dita de maneira diversa por outro sujeito inserido em um contexto cultural diferente do seu semelhante. O modo como o sujeito conhece o mundo “se dá como fruto de inferenciações produzidas em inserções contextuais coletivamente organizadas” (Marcuschi, 2003: 250).

Vale salientar que as categorias prototípicas, testadas empiricamente por Rosch e, conseqüentemente reelaboradas por outros pesquisadores, como Lakoff (1998), que verificaram *efeitos prototípicos* e *graus de prototipicidade* que dariam uma certa estabilidade às invariâncias interpretativas que o homem faz do mundo onde vive. A teoria de protótipos, em linhas gerais, advoga que o membro prototípico de uma categoria, na verdade, é o elemento que mais se destaca, ou melhor, é o membro mais representativo de sua categoria ou aquele que é lembrado em primeiro plano quando o sujeito categoriza algum objeto. Em contrapartida, os efeitos prototípicos, de algum nome, por exemplo, de acordo com as atuais abordagens teóricas, pode se tornar estável, transformando-se em esteriótipos⁶¹ sociais, e

⁶¹ Através da comunicação humana, os nomes são compartilhados entre vários sujeitos e tornam-se, desse modo, objetos sociais, distribuídos e estabilizados dentro de uma determinada comunidade lingüística. Assim, os membros prototípicos evoluem “para uma representação coletiva chamada geralmente de esteriótipo” (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003: 42), ou seja, o objeto é rotulado de acordo com os julgamentos, em comum, de um determinado grupo social.

sofrer modificações no curso de diferentes processos contextuais que garantem a sua invariância (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003).

Na verdade, o objeto, “aparentemente” pronto, torna-se objeto de discurso e, assim, se modifica de acordo com as necessidades comunicativas do falante, o sujeito constrói *o objeto* mesmo que, em muitos casos, o referente não esteja explícito no contexto, mas pode ser identificado através de pistas contextuais, como por exemplo, o uso de expressões dêiticas: *isto, aqui, neste momento*, entre outras, como a utilização de *demonstrativos* que tem a função de evocar a referência no próprio texto (cf. Apothéloz, 1995/2003: 70).

De um lado, essas modificações referenciais observáveis no discurso se estabelecem com a elaboração de objetos e de categorias, “marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação” (Mondada e Dubois, 1995/2003: 17). Por outro lado, as autoras mostram que, para fixar a referência no discurso, a sedimentação das categorias, por exemplo, como nas práticas cotidianas, podem exercer um efeito estabilizador, observável na enunciação, seja falada ou escrita.

Os objetos do discurso são construídos e reelaborados no desenrolar das práticas discursivas diárias, adequando-se às necessidades comunicativas dos falantes. Na verdade, os processos de referenciação podem contrastar entre duas denominações em que a primeira, nome canônico, é corrigida pela nomeação de um nome mais apropriado à situação. É o que mostram os exemplos abaixo fornecidos pelas autoras:

- (36) ... falarei da série de provocações que me foram necessárias para encontrar *um quarto* ..., não, *uma toca* no Grande Albergue da Europa ...
- (37) *Palácios* em mármore branco! ... Eu via somente *velhas construções* enfileiradas uma após as outras ...

Segundo a análise das autoras, esses efeitos de precisão progressiva tentam afirmar a referência. O locutor parece enumerar as nomeações, buscando uma melhor adequação para relacionar o que ele tenta dizer sobre o referente e a situação em que vive. Assim, o objeto discursivo não está disponível, pronto no mundo como se fosse único para ser utilizado. Os objetos do discurso são construídos no decorrer das atividades comunicativas.

O que se observa na fala, é que o sujeito não busca a palavra adequada dentro de um estoque lexical pronto, os objetos emergem se ajustando constantemente às seleções lexicais,

a um modo contínuo em que as entidades são discretizadas ao longo da enunciação em que fazem referência. “O ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas do mundo adequadas a este contexto” (Mondada e Dubois, 1995/2003: 34).

Dentro dessa perspectiva, as teorias lingüísticas e sócio-cognitivas colocam as atividades humanas no centro dos processos de referenciação e de categorização dos objetos de discurso, rompendo com a concepção de mundo elaborado previamente ao discurso. A *língua em uso* é constituída de processos de discretização, considerando a instabilidade como constitutiva das categorias *lingüísticas* e *cognitivas*, bem como seus processos e efeitos de *estabilização*. Assim:

“É impossível não inferir quando se quer produzir significações (...) o conhecimento pode ser tido como uma construção sociodiscursiva. Isto daria conta da instabilidade lingüística e conceitual, de modo que a estabilidade lingüística seria produzida discursivamente” (Marcuschi, 2003: 245).

A questão primordial não é mais discutir o estado do mundo representado adequadamente por códigos lingüísticos perfeitos e encaixes lógicos, mas sim como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas, a partir do contexto social e cultural, que estruturam a realidade e seus sentidos (cf. Marcuschi, 2003). A relação agora se dá indiretamente entre duas dimensões: *lingüística* e *não-lingüística* em que o discurso é produzido e interpretado. A geração de *instabilidades* e *estabilidades categoriais* são consideradas como inerentes de todo o processo lingüístico e cognitivo, transformadas pelo sujeito que *diz* o mundo ao outro, sujeitos históricos inseridos na complexidade social (cf. Marcuschi, 2004).

As mudanças e as instabilidades de objetos do discurso e de categorias não são vistas como problemas, mas como inerentes às atividades discursivas e cognitivas. Ou seja, são concebidas como recursos lingüísticos, discursivos e cognitivos necessários para tratar eficazmente dos processos de referenciação, categorização e inferenciação, bem como da estabilidade (referencial e categorial) que cria efeitos de objetividade da realidade. No entanto, esses efeitos não podem ser considerados nem como dados nem como preexistentes, mas resultantes de processos simbólicos complexos, construídos interativamente entre os sujeitos (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003).

A língua(gem) concebida como *atividade situada* suscita o seguinte questionamento: o que determinaria a *significação/a referenciação* das “coisas” no discurso? As práticas lingüísticas e não-lingüísticas não estão relacionadas a um sujeito ideal, subjetivo e isolado, mas ligadas à construção de objetos cognitivos e discursivos, elaborados *na intersubjetividade das negociações interativas*, que podem levar às modificações e à validação de concepções individuais do mundo. É nesse complexo interativo de interlocução que está a *determinação da referência*. É no processo de interlocução que os referentes se constroem, evolutivamente, e se tornam objetos de discurso.

Essa visão dinâmica de linguagem implica a concepção de um sujeito sócio-cognitivo cuja relação se dá de modo indireto entre a linguagem e o mundo. A *significação/referenciação* das coisas se estabelece nas práticas comunicativas, situadas no contexto social-histórico. Ao exercer suas atividades sociais, o sujeito constrói o mundo e o torna estável na medida em que, através do tempo, os objetos são corrigidos e convencionalizados de acordo com os usos categoriais cotidianos, fixando-se nas práticas discursivas diárias e científicas (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003; Marcuschi, 2001b, 2003, 2004).

Na enunciação, seja falada ou escrita, a referenci(ação) é uma *atividade colaborativa* em que os processos referenciais se estabelecem de forma interativa. Os referentes são negociados para “dizer” da melhor maneira possível a realidade. Nesse sentido, o sujeito é um ator social que constrói referentes em suas relações interpessoais. Como ilustram Mondada e Dubois (1995/2003: 23), de um ponto de vista sincrônico e ideológico, há várias formas lingüísticas para categorizar indivíduos, ou seja, uma pessoa pode ser tratada como *antieuropéia* ou *nacionalista*, com o passar do tempo, numa perspectiva diacrônica, esta mesma pessoa pode ser considerada *uma traidora* ou *uma heroína*. Um exemplo mais próximo seria “o retrato” do nosso país. Para algumas nações, o Brasil é lembrado como “o país do futebol”, “do carnaval”, “das discrepâncias sociais”, “da corrupção”, entre outras formas de categorizar o mesmo objeto.

Essa perspectiva de analisar a língua, constituída de objetos do discurso, tem o objetivo de descrever como o sujeito, situado historicamente, diz o mundo ao outro, ou melhor, como ele categoriza o outro dentro de um dado *contexto*. Trata-se, portanto, de observar detalhadamente os processos de referenciação nas práticas discursivas, isto é, “trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção

geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas do sujeito” (Mondada e Dubois, 1995/2003: 23).

Em textos científicos, em documentos oficiais ou por decisões políticas, por exemplo, são observáveis ocorrências de instabilidades categoriais. Objetos naturais, por exemplo, sofrem transformações e se desestabilizam no decorrer de acontecimentos históricos, políticos ou tratados internacionais. Conforme exemplificado por Mondada e Dubois, *a cenoura*, exportada como compota para a Europa, transformou-se de raiz/legume à fruta, pois compota, para a Comunidade Européia, é uma conserva açucarada de frutas.

O que se observa nas ações interativas entre os sujeitos é que há uma adaptação dos sistemas cognitivos quanto à construção de categorias e objetos do discurso que vão se adequando a maleabilidade de cada ocasião ou se transformam de acordo com as necessidades dos sujeitos. “Em suma, as variações categoriais, consideradas aqui como categorias evolutivas, podem ser vistas como recursos que asseguram uma plasticidade lingüística e cognitiva e uma garantia de adequação contextual e adaptativa” (Mondada e Dubois, 1995/2003: 25). Não há percepções objetivas e precisas da realidade pronta, há plasticidade, sem ela, nas palavras de Marcuschi (2003: 251), “tudo seria rigidez. Mas com plasticidade, tudo é impreciso”.

Da imprecisão parte-se para a necessidade de estabilizar as “coisas”. A estabilidade parece vir da recorrência de fatos, descrições de situações etc. Geralmente, a instabilidade categorial é gerada das e nas práticas discursivas, nas atividades rotineiras praticadas para entender, descrever e compreender a realidade.

Conforme exposto, o sujeito é um ser sócio-cognitivo inserido em um contexto cultural. Em virtude de suas percepções sobre realidade, categorias e objetos se transformam na medida em que essa realidade é modificada durante *o ato comunicativo*. Desse modo, seria “complicado” tratar de plasticidade referencial sob um olhar formal cuja identidade referencial está ligada à noção estrita de correferencialidade, por exemplo. Na sentença abaixo, o pronome *ele* estabelece uma relação de identidade referencial com o SN anterior:

(38) O leão ^t come carne. Ele

A relação de correferencialidade ^t se estabelece porque o elemento B retoma totalmente o elemento A. *Anáforas diretas* retomam referentes introduzidos previamente, isto é,

estabelecem uma relação de correferência entre o elemento *anaforizado* e *anaforizante*⁶². “Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado (...) com base na noção de que a anáfora é um processo de *reativação de referentes prévios*” (cf. Marcuschi, 2001a: 219). Anáforas vistas somente sob essa perspectiva linear impossibilitam explicações de outros tipos anafóricos recorrentes na fala e na escrita que não necessitam de retomadas cotextuais imediatas (cf. Marcuschi, 2000).

As anáforas indiretas, por exemplo, estabelecem *continuidade temática* sem que haja correferencialidade, isto porque “persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão” (Marcuschi, 2001a: 218). Essa é uma estratégia de *ativação de referentes novos* que constitui um processo de referenciação implícita e não de *reativação de referentes* previamente estabelecidos como são os casos das anáforas diretas. É o que mostra a ilustração abaixo fornecida pelo autor:

- (39) Essa história começa com uma família que vai a *uma ilha* passar suas férias. /.../. Quando amanheceu eles foram ver como estava *o barco*, para ir embora /.../ o barco não estava mais lá.

Como pode ser observado, os sintagmas nominais (SNs) *uma ilha* e *o barco* não são correferenciais, não retomam SNs velhos e não estabelecem relação de identidade entre os elementos anterior e posterior, mas estabelecem um vínculo de *coerência e continuidade tópica*, produzido pela *anaforização indireta*, processo *inferencial e ancorado no mundo textual*, como ilustrou o exemplo acima, “para estar em a uma ilha precisa-se viajar de barco/helicóptero ...”. A *continuidade temática* introduz *referentes novos* não impedindo que sua relação seja anafórica mesmo que seja de modo indireto (cf. Marcuschi, 2001a). A *progressão referencial* ou a *continuidade referencial* não exige a retomada *dos mesmos referentes*, pois a sucessão referencial é organizada de tal maneira que dispensa a retomada de itens com a mesma identidade referencial (cf. Marcuschi, 2000).

Os “tipos” de anaforização, citados ao longo deste capítulo, mostrarão que seus mecanismos, conforme Marcuschi (2000, 2001a, 2001b) e Koch e Marcuschi (1998, 2002) exigem a *inferência* de atividades *retrospectivas* e *prospectivas* para a interpretação, por exemplo, de pronomes de caráter anafórico sem base *antecedente co-textual explícita*, ou seja, sem que haja nominalizações expressas no texto precedente (cf. Koch e Marcuschi, 2002).

⁶² Termos utilizados por Milner (1995/2003).

3.5.2 A multirreferencialidade de **nós** e **a gente**

As estratégias de designar referentes, como são os casos dos pronomes **nós** e **a gente**, são interessantes de serem observados porque abarcam *multissignificações* no desenrolar de atividades comunicativas. Na realidade, o que se observa na fala é que uma mesma forma pronominal pode abarcar uma variedade de referenciais, específicos e genéricos, elaborados nas negociações entre interlocutores, podendo designar o mesmo objeto ou, em certos casos, a entidade pode se tornar tão imprecisa que sua referência propicia inúmeras interpretações. Assim, contextos opacos podem ser encontrados em predicacões que envolvem mudanças de sentido, e, portanto, exigem cuidado na identificação referencial. É o que mostra a ilustração abaixo:

- (40) exatamente, exatamente ... tem um livro até o século XVI é recente que **nós conseguimos** em que nesse livro fala que Babilônia, se existiu, note o se, ela foi fundada com o cristianismo. Então Nabuco Donosor seria uma lenda. A Bíblia fala do rei Nabuco Donosor (Arqueologista, +50 anos, Programa do Jô).

Nesse trecho de fala, o professor de arqueologia não deixa evidências co(n)textuais para a identificação do referente, codificado pelo pronome **nós**. Essa forma tanto pode estar designando *o eu/emissor* quanto *outras pessoas* que conseguiram adquirir o livro citado. O pronome em questão pode até designar *eu*, mas, se a análise recair sobre todo *o evento comunicativo* (conteúdo total da entrevista), o pronome **nós** pode estar abarcando também outros indivíduos que trabalham com arqueologia, história ... na universidade na qual trabalha o entrevistado, acarretando, desse modo, *opacidade referencial*.

O interessante é: como saber a que o falante está se referindo, já que o referente, muitas vezes, não está explícito no cotexto? Qual a importância do contexto discursivo-pragmático, entre outros fatores de ordem não-estruturais, para a interpretação referencial já que formas pronominais como, por exemplo, **nós/a gente** são *multirreferenciais* e nem sempre o falante explicita nominalizações no texto precedente às formas pronominais utilizadas?

No fragmento de fala abaixo⁶³, a repetição dos pronomes **nós** e **a gente** mostra *continuidade tópica*, mas não necessariamente identidade referencial:

⁶³ Entrevista com a secretária de cultura do estado de SP, exibida, em dez/2003, no Programa do Jô (TV/Globo). Os pontos de interrogação servem para sinalizar outras possíveis interpretações detectadas pela pesquisadora ao analisar a entrevista transcrita.

(41)

<p>1Secretária – meu pai é Romeno e minha mãe é 2húngara ... e eles sempre se preocuparam com a 3profissionalização, inclusive, da mulher /.../. Então 4a gente tem que trabalhar, a gente tem que 5pensar, não é que a gente necessariamente 6necessitava, mas a gente vivia nesse espírito de que 7a vida é uma coisa de que sempre precisa realizar os 8seus projetos. E meus irmãos e eu, decidimos que 9nós íamos vender suco do lado do fruteiro da nossa 10casa. Fomos um fracasso empresarial completo, 11fora a família ninguém comprou (risos).</p>	<p>A gente tem que trabalhar/pensar = todas as pessoas ou as pessoas da família? A gente necessitava/vivia = as pessoas da família. Decidimos que nós íamos vender = meus irmãos e eu. Fomos=meus irmãos e eu.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O *segmento discursivo*⁶⁴ acima mostra que a repetição do mesmo segmento lingüístico (do mesmo pronome) não está atrelado à preservação da identidade referencial. Parece tratar-se, na verdade, de uma estratégia de repetição pronominal que conduz à *progressão do tópico discursivo* sem, no entanto, manter a *identidade dos mesmos referentes iniciais*. Outra curiosidade é que nas primeiras vezes em que o pronome **a gente** é mencionado (linhas 4 e 5), no enunciado, não está clara a identidade do referente. Nesse caso, o referente não está explícito no cotexto, diferente das formas pronominais subseqüentes em que a nominalização está expressa no contexto discursivo [*as pessoas da família; eu e meus irmãos*].

O mais impressionante é: como os interlocutores identificam os referentes ou pelo menos agem como se soubessem a identidade referencial estabelecida no discurso sem interromper o ato comunicativo? Provavelmente, importantes mecanismos sejam utilizados como pistas contextuais: *o tempo e o aspecto verbal, expressões indiciais* (dêiticos), *a própria nomeação referencial, o conhecimento compartilhado* ... permitindo a identificação do referente.

O trecho de fala acima mostra que os pronomes **nós** e **a gente** são duas formas distintas de expressar o sujeito podendo designar vários referentes dentro de um evento comunicativo. As formas pronominais em questão não nomeiam por si só objetos, dependem de contexto para serem interpretadas. De acordo com Koch e Marcuschi (1998:171), “[...] os itens lexicais, por mais carga semântica que tenham, não serão suficientes em todos os casos. Em outros termos, não acreditamos que o léxico seja auto-suficiente”.

⁶⁴ Entendido como parte da entrevista.

Isto quer dizer que *os processos referenciais* não se limitam ao âmbito puramente sintático ou lexical. Em muitos casos, fatores não-estruturais são essenciais para a interpretação de referente(s), como os *multirreferenciais* já comentados. É importante salientar que a riqueza referencial dos pronomes **nós** e **a gente** não está, às vezes, explícita lingüisticamente, no entanto, *o ouvinte/leitor* consegue processar a identificação referencial de alguma maneira, caso contrário, possivelmente os interlocutores não se entenderiam.

O fragmento de fala a seguir⁶⁵ mostra que a repetição do mesmo item pronominal pode ou não garantir identidade referencial:

(42)

<p>1Cônsul – /.../ Mas também hoje as operações já são 2tão fantásticas que não sabem mais /.../ é mais caro, 3mas é muito menos traumática, é muito mais rápido, 4com isso também é só em último caso a gente faz 5operações, né. No caso, preparação de pessoas, de 6médico para a medicina preventiva, mudar o sistema 7para particular. <i>Você</i> tem plano particular? 8Fotógrafo – tenho. 9Cônsul – <i>você</i> tem? 10Jornal – não. 11Cônsul – Ihh a gente pensa quando é jovem e depois meu Deus do céu, por que que <i>eu</i> não fiz antes.</p>	<p>a gente faz= qualquer pessoa que precise de cirurgias.</p> <p>a gente quando é jovem= qualquer pessoa que foi jovem.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A estratégia de repetir a forma lexical **a gente**, provavelmente, propicia *generalização referencial*, designando *qualquer pessoa/alguém*, entretanto identifica *estados diferentes* no mundo. No primeiro caso, *qualquer pessoa* que necessite de operações invasivas, no segundo, *qualquer pessoa*: quando jovem pensa de determinada maneira. Conforme mostra o fragmento de fala citado, a estratégia de repetição pronominal, nesse caso, envolve grande *maleabilidade referencial*, contribuindo para *a progressão tópica* (assunto: pessoas que necessitam de cirurgias, planos de saúde independente da idade) sem necessariamente envolver *identidade referencial* (*qualquer pessoa* que precise realizar operações ou jovem que pensa de determinado modo).

⁶⁵ Cônsul, 70 anos, amostra Blumenau/SC.

O informante utiliza o pronome **a gente** sem nomear explicitamente entidades, como exemplificado acima (pessoas de necessitam de cirurgias). Em outros termos, parece se tratar de uma anáfora que expressa *coletividade*, uma espécie de mecanismo genérico, sem especificar a identidade dos indivíduos, como especificam os dêiticos, *eu* e *tu*, por exemplo. No entanto, há como reconhecer/indentificar *estados diferentes de coisas no mundo*, como já mencionado: [alguém/qualquer pessoa: que precisa de cirurgias ou jovens que pensam de determinada maneira].

Outro caso interessante no mesmo fragmento de fala é o emprego do pronome *eu* que possui interpretação *genérica indefinida*, isto é, o referente diz respeito *a qualquer pessoa/alguém*. Esse pronome analisado isoladamente teria significação/identidade restrita, designando a primeira pessoa do discurso, *eu*: [por que que *eu* não fiz antes].

Omena (1986), ao investigar a alternância entre os pronomes **nós** e **a gente**, verifica que quando essas formas pronominais se referem *ao locutor* e *ao receptor* são, predominantemente, empregadas como *dêiticas*, mas quando nomeiam *o conjunto – o falante e outras pessoas* – são, na maioria, *anafóricas*. Para a autora, os pronomes com função anafórica, geralmente, são empregados para *manter* a coesão do discurso, enquanto a propriedade da *dêixis*, segundo Apothélox (1995/2003: 68), é que seu modo de referência se apóia num referencial (lugar, tempo ou pessoa da enunciação), e não nos significados. Ainda, de acordo com esse autor, ao citar Bosch (1983), expressões dêiticas objetivam “*deslocar* o campo de atenção para um referente”, já as anafóricas *mantêm* “o referente no campo de atenção”.

Na verdade, o que pode ser observado é que na atividade de designação referencial “há uma relação entre a manutenção de referentes e a construção de tópicos discursivos” (Koch e Marcuschi, 1998: 170). Para estes autores, o texto se organiza e progride através de dois processos essenciais: *a seqüencialidade* e *a topicidade*. O primeiro, chamado de *progressão referencial*, que, nas palavras dos autores, “diz respeito à introdução, preservação, continuidade, identificação, retomada etc de referentes textuais, tidas como *estratégias de designação de referentes*”. O segundo é visto como *progressão tópica* que está relacionado “aos assuntos ou tópicos discursivos tratados ao longo do texto”.

Nessa perspectiva, cabe esclarecer que por *progressão referencial* está sendo entendido um conjunto de estratégias que introduzem referentes, dão continuidade referencial, identificam e retomam entidades, como mostram alguns dos exemplos citados ao longo deste

capítulo. Os assuntos ou tópicos tratados no desenvolver do discurso são considerados *progressão tópica*.

Os pronomes **nós** e **a gente**, por exemplo, se caracterizam na fala pela repetição lexical, no entanto, devido ao seu caráter multirreferencial, o conteúdo referencial progride conforme o desenvolvimento temático construído no desenrolar do discurso. Assim, podem designar os mesmos ou diferentes referentes por suscitarem assuntos que se renovam ou se mantêm conforme as necessidades comunicativas do falante.

O exemplo de fala⁶⁶ abaixo mostra, em determinados trechos da entrevista, que a repetição do mesmo elemento pronominal pode apresentar linearidade referencial⁶⁷, ou melhor, manter os mesmos referentes, como ilustrado nas linhas 1 a 3. Entretanto, após a interrupção do entrevistador, a falante retoma a fala, introduz a forma **a gente** e a mantém, mas alterna referentes, como pode ser visto nas linhas 6 e 7. Já nos próximos trechos a informante alterna elementos pronominais e referenciais, conforme ilustra *o segmento discursivo* a seguir:

(43)

<p>1Cláudia – /.../ É a gente já vai tá no Rio, a gente fica 2no Rio, a gente espera ficar um tempão lá e depois a 3gente vem pra São Paulo e depois a gente vai rodar 4o Brasil. 5Jô – /.../ Do que que fala a peça? 6Cláudia – a gente fala de um casal em crise de sete 7anos, a gente costuma dizer que é crise de sete, 8dezoito, um, né. E é muito gostoso /.../ 9Jô – /.../. Agora, fala pra mim, você e o Marcelo 10brigam muito fora do palco também? 11Cláudia – brigamos. A gente briga bastante</p>	<p>A gente já vai/fica/ espera ficar/vem pra SP/vai rodar o Brasil= toda a equipe que compõe a peça teatral. A gente fala= os atores A gente costuma dizer= qualquer pessoa em geral Brigamos/ a gente briga= eu +ele (Marcelo Serrado)</p>
<p>12Jô – o bebê afunda antes de começar a se debater, 13não? 14Cláudia – /.../ depende do ... eu afundo a minha filha 15desde os seis meses ... 16Jô – pois é.</p>	

⁶⁶ Entrevista da atriz Cláudia Rodrigues exibida no Programa do Jô, no dia 28/11/2003.

⁶⁷ Os termos *linearidade referencial*, *continuísmo referencial* e *repetição* são empregados como equivalentes neste trabalho.

17Cláudia – a gente afunda , é tranqüilo, eles vieram 18da água, tavam na água lá nove meses ...	A gente afunda = eu/emissor
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------

Na seqüência, serão apresentadas ocorrências de dados de fala que podem ser consideradas como *silepses* de *número* e *gênero*. Construções semelhantes analisadas por Menon (1996: 627), por exemplo, mostram a concordância do predicativo com *o sexo* do referente: “*nós estamos cansados(as)/a gente está cansado(a)*”. A ilustração abaixo mostra este tipo de ocorrência na fala:

- (44) /.../ todas as terças-feiras, os dois grupos se revezam entre os trabalhos realizados nos hospitais. /.../ então tem que vê as duas realidades. Pois no hospital (nome X) é uma realidade e aqui é outra. Aqui os quartos são mais organizados, amplos, lá tem dia **que a gente fica sufocado**, pois é tanta gente dentro do quarto, é mãe, crianças, e as janelas são muito pequeniiiiinhas (Professora universitária, 50 anos, amostra de Blumenau/SC).

Nesse trecho da entrevista, o falante informa a existência de dois grupos de trabalho que contam histórias para crianças em dois hospitais da cidade de Blumenau/SC. A entrevistada utiliza a forma pronominal **a gente** somada ao verbo *ficar* e ao predicativo *sufocado*, gênero gramatical masculino, que retoma parte do SN anterior: *dois grupos*. Assim, há a concordância com o sentido: *o grupo de contadores de história*. A concordância, neste caso, não se dá necessariamente com *o sexo do emissor*.

Outros fenômenos da língua também são identificados como casos de *anáfora por silepse*, conforme segue o exemplo de Charolles (1990, *apud* Apothéloz, 1995/2003: 74):

- (45) Na cantina, *elas* se queixaram de que era preciso raspar o forno.

De acordo com Apothéloz, a expressão *na cantina* pode ser analisada sob dois pontos de vista: como *anáfora associativa* ou por *silepse*. Se a expressão é uma metonímia para as mulheres da cantina, “há uma passagem de uma referência a uma entidade coletiva para uma referência à classe de indivíduos que cobrem esta entidade” (p.74). Na verdade, nesse caso, o que existe é uma *anáfora por silepse*. Se a expressão analisada for o lugar: *na cantina ... elas*, a *anáfora* é *associativa*, por associar o lugar às pessoas que trabalham naquele ambiente.

Assim, outras ocorrências da língua falada parecem “se ajustar” a esse tipo de análise, conforme mostra o próximo fragmento de fala de uma presidiária que foi entrevistada no dia em que foi comemorado o dia internacional da mulher, 8 de março:

(46) A gente samos muito *discriminadas*.⁶⁸

A informante ao responder à questão da jornalista que indagava sobre a situação da mulher presidiária utiliza o predicativo *discriminadas* restringindo o referente: as mulheres que vivem em penitenciárias. Isto é, a entrevistada retoma através do predicativo de número e gênero uma série de informações sobre a mulher presidiária, dadas previamente pela jornalista, constituindo, segundo Apothéloz, uma *anáfora por silepse*. Nessa perspectiva, o enunciado “**a gente** samos muito *discriminadas*”⁶⁹ diz respeito à situação das mulheres presidiárias, abrangendo, além da informante, todas as mulheres que vivem nessa situação. Essa interpretação ampla, porém específica no sentido de identificar a categoria – *mulher presidiária* –, que não é fornecida apenas pelo predicativo no feminino, mas pelo verbo no plural que parece concordar com o referente, isto é, concorda com os membros de uma determinada classe: *mulher presidiária*.

De acordo com Marcuschi (2003: 256), “as categorias são construídas pelos sujeitos em suas práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas. Assim, *as categorias não são dadas, nem naturais, mas construídas discursivamente*”⁷⁰. As categorias não representam realidade única, elas se modificam de acordo com o contexto cultural e social, como, por exemplo, *a maçã*, provavelmente, é fruta prototípica na região do planalto catarinense, mas no mesmo estado, na região do Vale do Itajaí, próxima do litoral, a fruta, certamente, mais prototípica será *a banana*, dado o seu grande cultivo para a fabricação de variados doces.

Ainda com relação à identificação de classes, quando as formas pronominais **nós** e **a gente** codificarem grupos de indivíduos, como, por exemplo: *psiquiatras*, *pediatras*, *professores* etc, serão considerados um mecanismo genérico de veicular informação de caráter

⁶⁸ Esta entrevista foi ao ar pela RBS TV/SC, no programa Jornal do Almoço, no dia 8 de março de 2004. Este dado de fala serviu apenas para ilustrar a discussão, não faz parte das duas amostras analisadas e quantificadas neste presente trabalho.

⁶⁹ Dados de fala de pessoas com pouca escolaridade serão apenas apresentados para exemplificar discussões a respeito dos fenômenos considerados relevantes para este trabalho, não fazendo parte das duas amostras de fala analisadas e quantificadas para esta pesquisa.

⁷⁰ Grifo do autor.

geral, porém são categorias identificáveis. Trata-se, na verdade, de uma “entidade coletiva especial” que, embora, não se precise exatamente a pessoa da qual se fale, a classe da qual ela (ou os demais membros) pertence é reconhecida/identificada (cf. Marcuschi, 2000).

Koch e Marcuschi (1998: 171) também identificaram este fenômeno de concordância predicativa com o referente, na fala, em que o pronome **nós** codifica *mulheres cariocas*, como mostra o exemplo que segue:

(47) /.../ nós estamos *acostumadas* aqui no Rio /.../

Nesse exemplo, está presente *o efeito catáfora*, já que a pista textual “acostumadas” identifica *mulheres* e “no Rio”, “cariocas”. Para que o referente fosse identificado como *mulheres cariocas* as informações pós-pronominais “acostumadas aqui no Rio” foram essenciais.

Do mesmo modo, a construção a seguir mostra que há concordância do predicativo *cansada* com o referente extralingüístico *professora*. O pronome **a gente**, na verdade, designa *o eu/emissor* identificado pela concordância do adjetivo, gênero gramatical feminino, com o referente a professora. Por causa desse tipo de concordância, Zilles (2003) denominou um dos graus de especificidade referencial de *referência ao falante* (reference to the speaker) por se tratar da *1ª pessoa do singular*, ou seja, o predicativo é marcado de acordo com o sexo do emissor, conforme mostra o exemplo abaixo:

(48) As mães aplaudem, **a gente fica até envergonhada**. É muito bom, é a melhor coisa que eu pude fazer na minha vida⁷¹ (Professora universitária, 50 anos, amostra Blumenau/SC).

Em outros fragmentos de fala, os referentes não estão claros no domínio discursivo, propiciando mais de uma interpretação, como é o caso do próximo *segmento discursivo*⁷²:

(49) /.../ você sabe que quando **a gente vem** aqui o pessoal da universidade manda um abraço pra você e isso aqui é um CD gravado por alunos de várias faculdades, jornalismo ééé e o segundo é um livro que o jornalista Michel São Borges escreveu sobre várias áreas: biologia, é física, arqueologia /.../ (Arqueologista, +/-55 anos, amostra Programa do Jô).

⁷¹ A informante é professora universitária e preside um grupo de contadores de história.

⁷² Parte de uma entrevista.

O falante não explicita, em sua fala, o referente que o pronome **a gente** designa, se *eu/emissor* ou outros profissionais da universidade na qual trabalha o entrevistado. Na verdade, o falante não explicita a entidade no contexto possibilitando outras interpretações referenciais ao ouvinte/leitor.

O exemplo abaixo mostra que o emissor tanto pode estar se referindo a si próprio como aos colegas de trabalho:

(50) **A gente** juntemo duas mesa⁷³.

O garçom, ao atender prontamente a um pedido de um grupo de pessoas que iria almoçar no restaurante, enuncia a construção citada acima. Mas não se sabe ao certo qual o referente que o pronome **a gente** nomeia. Esta construção frasal, de acordo com a situação na qual ocorreu, possui mais de uma interpretação: tanto pode ser *eu*, pessoa que fala, como os profissionais do restaurante, já que o verbo no plural pode estar em concordância com o referente extralingüístico: *as pessoas que trabalham no restaurante*.

Conforme Apothéloz (1995/2003: 65), que cita Quine (1960), Ducrot (1972) e Heringer (1969), “a opacidade referencial é, antes, um fenômeno gerador de ambigüidade”. Segundo o autor, *verbos de atitude proposicional* (pensar, crer, querer etc), *verbos dicendi* (contar, dizer, entre outros) e *verbos factivos* (saber que, levar em conta que etc) são considerados principais fontes de opacidade textual. Contextos favoráveis à opacidade são, na maioria das vezes, relatos de fala, crenças, opiniões ou ainda intenções de alguém, como por exemplo, quando *o emissor* ironiza um fato, possibilitando, *ao ouvinte/leitor*, mais de uma interpretação.

Um exemplo clássico de *opacidade referencial* comentado na literatura da Filosofia da Linguagem e da Lingüística é o seguinte caso:

(51) Édipo queria casar com *sua* mãe

Segundo Apothéloz (1995/2003), o contexto só é opaco se o ouvinte não conhecer a tragédia acerca do rei de Tebas, caso contrário, a leitura é *transparente*. A opacidade é

⁷³ Este dado de fala é somente uma ilustração. Não fará parte da análise quantitativa porque foi um dado de fala ouvido por acaso em um restaurante da cidade de Florianópolis/SC.

desfeita quando o pronome *seu*⁷⁴ é substituído pelo nome *Jocasta*, ou outros pronomes, conforme mostram os exemplos que seguem:

- (52) Édipo queria se casar com *Jocasta*
 (52') Édipo queria se casar com a mãe *dele*
 (52'') Édipo queria se casar com a *tua* mãe.

A questão é: a opacidade se daria, levando em conta o exemplo (52) e suas derivações, por uma ambigüidade contextual, considerando o conhecimento de mundo do ouvinte/leitor, ou pelo contexto pronominal?

Se considerarmos a noção de *valor de verdade*, a sentença “Édipo queria casar com *sua mãe*” é falsa, já que Édipo queria se casar com *Jocasta*, mulher, e não com sua mãe biológica.

Essa percepção de *veracidade* ou não do fato, nesse caso, só ocorre porque há um contexto maior, um conhecimento de mundo compartilhado que os falantes possuem. Por isso, o interlocutor sabe se a informação é falsa ou verdadeira, devido à sua experiência humana. Mas se a análise se concentrasse só na forma pronominal, a ambigüidade seria gerada em decorrência do uso pronominal e não pelo contexto frasal ou de âmbitos maiores como o conhecimento de mundo.

3.6 Considerações finais do capítulo

A teoria benvenistiana, apesar de atrelar *a transformação/evolução da língua* à realidade sempre única, concebe o dinamismo da interação entre as únicas pessoas do discurso: *eu, subjetivo*, e *tu, não-subjetivo*, em oposição à *não-pessoa* (ele/a) – “signos plenos”, realidade dotada de referência rígida. Suas discussões contribuíram para deslocar a língua(gem) do âmbito da proposição e da significação para uma concepção *dinâmica* dos atos de enunciação.

No entanto, a língua(gem), concebida como *atividade*, está sujeita *a transformações/evoluções* em virtude do sujeito “dizer” o mundo a seu semelhante. Desse modo, teorias lingüísticas e cognitivas foram abordadas por conceber a língua como evolutiva e situada em processos sócio-históricos. Assim, é através das interações comunicativas do

⁷⁴ Ver trabalho de JOARDUIN, J. (2005) sobre a variação entre os possessivos de 2ª pessoa (dissertação em andamento-UFSC).

falante que *referentes* ou *objetos do discurso* são negociados e transformados na medida em que o discurso prossegue. Como discutido anteriormente, trata-se, na verdade, de estratégias de designação referencial que propiciam, no decorrer de um dado evento comunicativo, a *progressão do tópico discursivo*, preservando, em muitos casos, as mesmas formas pronominais, como por exemplo, **nós** e **a gente**, sem com isso exigir a mesma identidade referencial dos referentes estabelecidos inicialmente no domínio discursivo.

Daí a *noção de multirreferencialidade*. O que se observa é que no desenrolar das atividades comunicativas determinados itens lingüísticos, como mostraram os exemplos apresentados neste trabalho, podem designar inúmeros referentes, identificados, em muitos casos, por fatores de ordem não-estrutural. Com base nas discussões apresentadas, as formas de expressar o sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações) são multirreferenciais, peculiaridade que motivou a criação dos seguintes grupos de fatores: *multiplicidade referencial* – grupo constituído com base em Benveniste (1988, 1989), Mondada e Dubois (1995/2003), Zilles (2003) e Borges (2004) – e o grupo *a manutenção ou não do referente* que, possivelmente, está ligado a mecanismos que podem preservar *a mesma forma lexical* atrelada à *manutenção referencial* (cf. Weiner e Labov (1983); Marcuschi (1996); Omena (1986), descritos no capítulo a seguir.

Na próxima seção, será apresentada a estruturação do *envelope de variação*, constituído das *variáveis dependentes nós* e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero* [Ø]) e das *variáveis independentes* (grupos de fatores (extra)lingüísticos) que podem estar condicionando a variação dessas formas de expressar o sujeito.

Capítulo 4

4 METODOLOGIA DO TRABALHO

4.1 Introdução

Este capítulo está estruturado em três partes. Na primeira, descrevo a constituição das duas amostras de fala analisadas neste trabalho. Na segunda, a estruturação do envelope de variação será descrita e na seqüência, a descrição das variáveis independentes será apresentada associada a discussões de pesquisas sociolingüísticas.

“É somente através da correlação entre fatores lingüísticos e não-lingüísticos que você chegará a um melhor conhecimento de como a língua é usada e de que é constituída. Cada comunidade de fala é única; cada falante é um caso individual” (Tarallo, F.,2001: 62).

4.2 Constituição das amostras de fala – um banco de dados atípico

Grande parte dos dados de fala, analisados por estudos sociolingüísticos, é obtida por gravações pertencentes a bancos de dados subsidiados por programas de pesquisas vinculados a universidades, como a UFRJ – banco de dados PEUL; as universidades da região sul, UFRGS e PUC-RS, UFSC e UFPR – banco de dados VARSUL; o projeto NURC que abrange a cidade de São Paulo entre outras capitais brasileiras; o projeto de Variação Lingüística no estado da Paraíba – VALPB, entre outros.

Para a investigação da multirreferencialidade de **nós** e **a gente**, duas amostras de fala de indivíduos com alto grau de escolaridade, constituídas *atipicamente*, serviram de *apoio empírico* para a investigação da recorrência das expressões de sujeito **nós** e **a gente**, analisadas segundo o aparato teórico abordado nos capítulos anteriores.

A primeira amostra, constituída de vinte e cinco entrevistas, foi colhida entre os anos de 2001 e 2002, na cidade de *Blumenau –SC*, por uma jornalista que, na época, trabalhava em uma agência de publicidade, localizada na mesma cidade. Com o propósito de obter informações sobre assuntos ligados à área da saúde, como, por exemplo, *câncer em crianças, doenças coronárias, ósseas* etc, uma jornalista entrevistou vários profissionais vinculados a essa unidade hospitalar (*médicos, enfermeiros, profissionais da limpeza, porteiros, coordenadores de setores ...*) para que esses “arquivos” de fala servissem como fonte de informações para a publicação de um informativo publicitário, bimensal, patrocinado por esse hospital e distribuído entre funcionários e outros profissionais ligados a essa instituição.

Para a coleta das entrevistas, a jornalista utilizou míni-gravador e bloco de notas, e sua interferência como *emissor* era a menos freqüente possível, deixando o entrevistado falar de sua experiência profissional e trabalho no hospital. Em algumas das sessões, não somente a jornalista e o entrevistado se encontravam no ambiente em que as entrevistas foram realizadas, às vezes, a presença de outros profissionais, como *fotógrafos, assistentes* etc era solicitada. Se a intervenção de um outro profissional, que não fosse da jornalista ou do entrevistado, ocorreu, essas interrupções podem ser observadas no rodapé dos exemplos de fala, utilizados, neste trabalho, para ilustrar as discussões. É importante acrescentar que como a maior parte dos entrevistados são graduados, os informantes escolhidos para a composição da amostra de Blumenau/SC são de recém-formados a profissionais com mais experiência no mercado de trabalho.

Cabe também salientar que as entrevistas foram colhidas na cidade de Blumenau, mas isso não quer dizer que os informantes sejam nativos dessa cidade, eles podem ser oriundos de outras regiões brasileiras (ou até estrangeiros). Essas informações não eram, provavelmente, importantes para a jornalista, por isso elas não constam nas entrevistas gravadas e nem no bloco de anotações utilizado pela profissional. Dados demográficos não serão levados em consideração na análise desta pesquisa. Foi possível obter a faixa etária de cada informante porque essa informação constava no cadastro de profissionais que o hospital forneceu à jornalista.

A obtenção das fitas cassetes para a escuta das vinte e cinco entrevistas e posterior transcrição das falas foi concedida, gentilmente, pela jornalista com uma única exigência: que neste trabalho *não fossem mencionados nomes tanto da jornalista e dos profissionais entrevistados quanto da unidade hospitalar, financiadora do informativo bimensal* como dito anteriormente. Por isso, nos exemplos de fala os nomes “próprios” são *fictícios*, como por exemplo: Dr. X, colega Y, clínica X etc. Das vinte e cinco entrevistas, nove foram excluídas das análises por três motivos: a) por não conter os dados investigados neste trabalho, b) o uso dos pronomes **nós** ou **a gente** era categórico, ou seja, os informantes só empregavam uma das formas e c) procurei fechar *número de células*, por isso há **16** entrevistas, **8** de homens e **8** de mulheres, distribuídas entre as faixas etárias: *de 29 a 37 anos e +47 anos*.

Por orientação da Professora Dra. Odete Menon (UFPR), que ministrou um curso intensivo de duas semanas no Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSC –, mais dados de fala foram coletados. Optei por selecionar entrevistas de programas televisivos por

serem veiculados com regularidade na mídia, facilitando a coleta desse tipo de material falado.

Exibido pela Rede Globo de Televisão, O *Programa do Jô* foi escolhido pela diversidade de personalidades que são entrevistadas. Dentre elas, foram selecionados alguns informantes que possuíam curso superior. Com relação à *faixa etária*, muitas vezes, o entrevistador perguntava a idade aos seus entrevistados, em geral, para homens. Caso contrário, a idade foi estabelecida, aproximadamente, de acordo com a aparência física dos informantes. Cabe salientar que essas entrevistas seguiram os critérios etários da amostra de Blumenau/SC. Foram coletadas vinte e duas entrevistas, no período de 2002 a 2004. Quatro delas continham dados categóricos, logo, excluídas da análise, e as outras duas, por falhas no gravador e ruídos externos às gravações, não puderam ser analisadas por comprometer a escuta das entrevistas e posterior transcrição do conteúdo falado, totalizando 16 entrevistas.

Outro ponto que merece ser esclarecido é que somente os dados de fala dos entrevistados foram analisados, as falas da jornalista e do apresentador não fizeram parte das análises por serem sempre os mesmos profissionais a entrevistarem os indivíduos.

O quadro abaixo relaciona os indivíduos, pertencentes às duas amostras de fala, e suas respectivas profissões:

Relação dos indivíduos segundo as amostras

Amostra Blumenau/SC	Amostra Jô Soares
1 Anestesiologista (M 34)	1 Arqueólogo (M+/-50)
2 Psiquiatra (M 51)	2 Pneumologista (M+/-55)
3 Psicóloga (F 50)	3 Jornalista (M +/-54)
4 Economista (F 32)	4 Político (M+/-65)
5 Administradora (F 35)	5 Ator (M 40)
6 Enfermeira (F 50)	6 Médico – impotência sexual (M +/-45)
7 Terapeuta (F 30)	7 Tenor (M 35)
8 Psicóloga (F 48)	8 Urologista (M 40)
9 Psicóloga (F 51)	9 Atriz (M 30)
10 Professora Universitária-Letras (F 50)	10 Jornalista (F 35)
11 Ciências da Computação (M 36)	11 Professora de História (F 36)
12 Cardiologista (M 37)	12 Jornalista (F 36)
13 Neurocirurgião (M 29)	13 Jornalista (M +/-65)
14 Cirurgião Cardíaco (M 53)	14 Ortodontista (F +/-55)
15 Cônsul (M 70)	15 Secretária da Cultura (F+/-55)
16 Pastor (M 65)	16 Professora de Matemática (F+/-55)

Quadro 5: relação dos indivíduos

4.3 A estruturação do envelope de variação

Conforme discutido anteriormente, as expressões variáveis de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações: a desinência *-mos* e *zero* [Ø]) podem designar, na medida em que o discurso prossegue, diversos referentes, sejam eles dos campos *específico/determinado* ou *genérico/indeterminado*. Para investigar a peculiaridade *multirreferencial* das variáveis em questão, cinco grupos de fatores (extra)lingüísticos foram elaborados para verificar quais fatores podem estar condicionando a variação entre as formas pronominais em questão. Assim, o *envelope de variação* foi constituído das variáveis dependentes **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações: a desinência *-mos* e *zero* [Ø]) e de cinco variáveis independentes, *três lingüísticas e duas sociais*.

As variáveis independentes (ou grupos de fatores (extra)lingüísticos) foram elaboradas com base no aparato teórico abordado nos capítulos anteriores e em trabalhos lingüísticos que já investigaram a alternância dos pronomes **nós** e **a gente**. Os grupos de fatores (extra)lingüísticos que podem estar condicionando a variação entre essas formas pronominais serão apresentados a seguir.

4.3.1 Variáveis lingüísticas

4.3.1.1 Multiplicidade referencial

Com base em Benveniste (1988, 1989), em Mondada e Dubois (1995/2003) e em trabalhos como os Borges (2004), esse grupo de fatores Multiplicidade referencial foi elaborado para verificar a variação de **nós** e **a gente** nos campos da (in)determinação referencial. Como discutido nos capítulos anteriores, esses pronomes são considerados uma das estratégias de designação referencial (cf. Koch e Marcuschi, 1998), podendo veicular, no desenrolar de práticas discursivas, vários referentes. Os fragmentos de fala abaixo mostram essa peculiaridade:

- (53) /.../ é um conceito de reintegrar tudo isso porque além dessa parte não-invasiva que **a gente te falou** e que já existe há algum tempo /.../ (Cardiologista, 37 anos, amostra Blumenau/SC).

O informante utiliza a forma pronominal **a gente** que codifica *o eu/emissor*. A pista contextual é dada depois que o informante emprega o pronome, assim, o pronome *te* que se

refere ao *tu/receptor* é o elemento que identifica o referente de **a gente**, opondo-se ao *te/ouvinte*, único interlocutor do *emissor* presente na sala.

Do mesmo modo específico, o exemplo de fala a seguir, ilustra a recorrência da utilização dessa forma pronominal designando *eu/emissor*:

- (54) Jô – é verdade. Ohhh voltando a falar do negócio do DOPs, quer dizer, foi difícil de entrar, apesar de tudo isso /.../ bateu o que, bateu aquela sensação de pânico, vamos dizer assim?
 Secretária – o meu coração disparou, ah as mãos ficaram geladas, ah todos tudo que é conhecido como a síndrome do pânico. E eu pensei que eu tenho que me controlar, eu não posso demonstrar com tanta força o que que tá acontecendo dentro de mim e com o tempo **a gente** administra, né?!
- Jô – você chegou a ser torturada, não foi?
 Secretária – não, eu cheguei a apanhar, é uma coisa um pouco diferente./.../ (Secretária da Cultura de SP, +/- 55 anos, amostra Programa do Jô).

O trecho de fala acima mostra que, na medida em que a informante expõe o que sentia quando visitou o lugar onde foi torturada na época da ditadura, repete três vezes seguidas o pronome *eu* e logo após o **a gente** que codifica *eu/emissor*. Não só pelas repetições do pronome *eu* que o referente de **a gente** é interpretado como *eu*, mas pelo conteúdo que o trecho de fala expõe. Nesse sentido, o pronome em questão precisa de contexto para ser interpretado como *eu*. A interpretação do referente como *eu* é inferida pelo contexto de interação entre os interlocutores.⁷⁵

No campo oposto, o próximo fragmento de fala ilustra que o pronome **nós** codifica referentes genéricos. Da mesma maneira, se a forma concorrente **a gente** fosse empregada como equivalente do pronome **nós** no mesmo segmento discursivo [“Então **a gente** é doente em potencial”] não afetaria o significado referencial, pois a intercambialidade das formas não prejudica a *veiculação do mesmo estado de coisas*:

- (55) O número de pessoas afastadas do trabalho, o custo para as famílias em termos de bem-estar, em termos financeiros hoje, é muito alto. Então, **nós somos** doentes em potencial.

⁷⁵ Talvez esse “**a gente** se acostuma” poderia ser interpretado como genérico, pois o referente seria todas as pessoas que passaram por essa situação durante a ditadura. Entretanto, a minha interpretação permanece como *eu/emissor* como significado referencial de **a gente** nesse trecho de fala.

O falante emprega o pronome **nós** que designa *todos os seres humanos*. Esse referente inclui todos os representantes da mesma classe de modo indistinto: *todos os humanos*. O referente estabelecido no domínio discursivo é indeterminado por não deixar clara a identidade referencial específica dos indivíduos, como é característica de referentes *dêiticos*, *eu* e *tu*, por exemplo.

Nessa perspectiva, os pronomes em questão por atuarem em campos semânticos distintos, possuem a peculiaridade de serem *multirreferenciais*. Por esse motivo, o nome do grupo de fatores descrito abaixo é *Multiplicidade referencial* por “representar” a dinamicidade do fenômeno investigado neste trabalho.

Grupo 1 – Multiplicidade referencial

- **nós/a gente/Ø/-mos** = eu;
- **nós/a gente/Ø/-mos** = eu+tu;
- **nós/a gente/Ø/-mos** = eu+tu+ele(s);
- **nós/a gente/Ø/-mos** = eu+ele;
- **nós/a gente/ Ø/-mos** = eu+eles (eu+meus irmãos)
- **nós/a gente/Ø/-mos** = genérico
- **opacidade referencial** = referentes ambíguos (duvidosos)

As variantes **nós**, **a gente**, **-mos** e **zero**, conforme mostra o grupo acima, podem veicular, na posição de sujeito, os referentes: *eu*, *eu+tu*, *eu+tu+ele(s)*, *eu+ele*, *eu+eles*, *referenciais genéricos* e *opacos*.

Pesquisas como as de Lopes (1993), por exemplo, mostraram que o pronome **a gente** é mais utilizado como *genérico* e a forma pronominal **nós** é empregada para codificar referenciais determinados. No entanto, pesquisas mais recentes como as de Zilles (2003) e Omena (2003) apontam uma forte tendência do emprego de **a gente** como *específico/determinado*.

Baseado em pesquisas como as citadas acima, Borges (2004) supõe que quanto maior for o *nível de especialização* de **a gente** mais *específico* será o seu emprego como pronome pessoal (especializado), como, por exemplo: *eu/emissor*. Os resultados a que chega o autor, ao investigar a fala das duas cidades gaúchas: *Jaguarão* e *Pelotas*, no que concerne aos dados de **a gente** designando [eu] e [eu+tu], ocorrências que sofreram amálgamas, não se diferenciam muito entre os dois municípios, conforme mostra a tabela de resultados abaixo:

Referência específica e genérica

Pessoalização de a gente	Jaguarão e Pelotas/RS	
<i>Eu e eu+tu</i>	0,73	0,66
<i>Eu e todo e qualquer indivíduo</i>	0,65	0,73
<i>Eu+não-pessoa (eles)</i>	0,38	0,44

Tabela (1) referenciais (in)determinados⁷⁶

Da mesma forma, esses resultados (**0,73** e **0,66**) de referenciais específicos como *eu* e *eu+tu* se comparados ao uso de **a gente** como *genérico* não são muito diferentes nas duas cidades: **0,65** e **0,73**. De acordo com esses valores, **a gente** atua nos campos (in)determinados, indicando, conforme as considerações de Borges, comportamento lingüístico semelhante na fala dos indivíduos pertencentes a municípios diferentes. Já a referência *específica exclusiva* [eu+não-pessoa (eles)] obteve probabilidades menores de ocorrer nos dois municípios, **0,38** e **0,44**. Segundo o autor, tais resultados “indicam a existência de um fato novo, por mostrar que o uso de **a gente** também é funcional nos contextos de referência inclusiva, tradicionalmente associados ao pronome nós” (Borges, 2004: 145)⁷⁷. Os valores de referência *específica exclusiva* [eu+não-pessoa], conforme as considerações do autor, mostram o não favorecimento de **a gente** nesse contexto referencial, indicando que *o curso da mudança de a gente* está, de certa forma acelerado, avançando como pronome pessoal especializado [*eu e eu+tu*].

Com base nos resultados de Borges, surge a seguinte questão: se **a gente** está cada vez mais especializado em referentes como [*eu e eu+tu*], qual a forma pronominal que substituiria o pronome **a gente** no campo indeterminado? Minha hipótese, a longo prazo, conforme discussão feita no capítulo 2, é de que a variação entre **nós** e **a gente** será resolvida no campo da indeterminação, por exemplo, quando não existirem mais diferenças estilísticas, acarretando a extinção do **nós**, possivelmente.

Os resultados de Borges (2004) servem como ponto de partida à hipótese geral desta pesquisa: de que as variáveis **nós** e **a gente** designam referenciais *específicos/determinados* e *genéricos/indeterminados*. Essa suposição poderá ser comprovada a partir de resultados estatísticos discutidos no próximo capítulo.

Dados excluindo *o eu/emissor* do referente não foram considerados nas rodadas estatísticas realizadas neste trabalho por que quase não ocorreram na fala dos indivíduos analisados. Na verdade, apenas *um dado* com essa característica *exclusiva do eu* foi

⁷⁶ Tabela adaptada com base nos resultados de Borges (2004:144).

⁷⁷ Grifo meu.

encontrado e utilizado para ilustrar as discussões a respeito no capítulo 1. Os demais dados incluem o *eu*, excluindo na maioria dos casos o *tu/receptor*, seguindo, dessa maneira, os critérios adotados por Borges (2004). Assim, **nós/a gente** podem designar *eu*, *eu+tu*, *eu+ele(s)*, *eu+tu+eles*, *referentes genéricos* e *ambíguos (duvidosos)*.

Cabe ressaltar que referentes como *eu+ele(s)*, *eu+tu+eles* e genéricos designam entidades do tipo “eu e o João”, [eu+eles] “**nós** aqui do pronto-socorro, [eu+tu+eles] “eu e o João, a Maria e a Joaquina”. Os pronomes em questão utilizados como *genérico*, neste trabalho, codificam referentes como “**nós** pediatras”, “**a gente** na área de cardiologia”, “**nós** seres humanos”, entre outros. Outro ponto que vale esclarecer é o seguinte: referentes como “**a gente** aqui no pronto-socorro”, embora compreendidos no campo da determinação referencial [eu+eles], podem ser entendidos como *um mecanismo de generalizar referentes*, comprometendo indiretamente o *emissor*, incluso na referência estabelecida no discurso.

4.3.1.2 Manutenção ou não do referente

Esse grupo de fatores foi elaborado com base em Omena (1986) que investigou a intercambialidade das formas pronominais **nós** e **a gente** associadas à manutenção do mesmo elemento pronominal antecedente ao item pronominal subsequente, mecanismo que proporciona, em dada seqüência discursiva, a *preservação referencial*.

Weiner e Labov (1983) ao estudarem a intercambialidade entre as formas sintáticas *passivas sem agente* e *ativas sem sujeito genérico* verificaram que a manutenção da mesma forma sintática propiciava preservação referencial. A partir desse estudo, outros surgiram com o objetivo de verificar se formas pronominais antecedentes iguais provocariam a manutenção referencial. Conforme pesquisas já mencionadas, como as de Omena (1986, 2003) e Lopes (1993, 1999), a hipótese de que há uma forte tendência em se repetir a mesma forma pronominal provocando o continuísmo referencial foi comprovada. Da mesma maneira, os resultados de Borges (2004: 130) reforçam a tendência de que formas antecedentes iguais propiciam repetição referencial. As probabilidades de ocorrência desse fator na fala dos indivíduos pertencentes às cidades de Jaguarão e Pelotas são de **0,73** e **0,88**, respectivamente, para a repetição da forma pronominal, **a gente**, associada à linearidade referencial⁷⁸. O paralelismo estrutural de **a gente** com referentes diferentes obteve a probabilidade de

⁷⁸ Entendida como sinônimo de repetição referencial, ou repetição de referentes.

ocorrência de **0,73** e **0,58** nas respectivas cidades. Conforme o autor, o pronome **nós** como precedente, tanto com presença como com ausência pronominal, desfavorece o uso de **a gente**.

Da mesma maneira, a realização *zero* do pronome **a gente** foi, em certa medida, condicionada pela repetição pronominal, propiciando continuísmo referencial. A tendência, nas duas cidades, foi de **0,45** e **0,58**. Já a forma *zero* com referente diferente resultou em tendências mais baixas: **0,28** e **0,34**, respectivamente.

Borges (2004: 131-132) questiona Scherre (1998) por considerar *o paralelismo estrutural* como “um fenômeno frasal de processamento paralelo em torno de formas semelhantes”. Para o autor, com base em seus resultados, o fenômeno de repetição é mais um mecanismo de “harmonia discursiva”, condicionada por outros fatores como os “referenciais”, por exemplo, que interferem na continuidade referencial.

O que Scherre (1998) propõe, por exemplo, são mecanismos de repetição estruturais, ou seja, *estruturas paralelas* como o uso do *futuro do subjuntivo* tende a provocar *futuro do subjuntivo*; outra variante do tempo-modo condicional, exemplificada pela autora, é o emprego *do presente do indicativo* tende a provocar *presente do indicativo*. Nessa perspectiva, o estudo de Weiner e Labov (1983) mostrou que *o paralelismo estrutural* (continuísmo da mesma estrutura sintática) tende a *manter o mesmo estado de coisas*. O que estes autores Weiner & Labov, e Scherre, chamam, no meu entender, de *paralelismo estrutural* é a tendência mecânica de o falante repetir a mesma forma, seja ela *morfêmica, lexical, sintática, pronominal...*, esse mecanismo repetitivo tende a propiciar “linearidade referencial”, ou seja, uma passiva tende a se repetir ... favorecendo a veiculação do *mesmo estado de coisas*.

Em virtude de “discussões conflitantes” como as apresentadas acima, o segundo grupo de fatores, descrito abaixo, foi chamado de *Manutenção ou não do referente*.

Grupo 2 – Manutenção ou não do referente

➤ 1ª referência –	a cada interrupção do jorn./apresentador
➤ forma antecedente	a gente com referência igual
➤ forma antecedente	a gente com referência diferente
➤ forma antecedente	nós com referência igual
➤ forma antecedente	nós com referência diferente
➤ forma antecedente	zero com referência igual
➤ forma antecedente	zero com referência diferente
➤ forma antecedente	-mos com referência igual
➤ forma antecedente	-mos com referência diferente

Essa peculiaridade foi investigada nas amostras de fala que constituem os dados analisados neste trabalho e, a partir dos resultados estatísticos a serem apresentados no próximo capítulo, a hipótese de ocorrer a preservação da mesma forma pronominal e do mesmo referente poderá ser confirmada. Nesse sentido, seria a preservação do mesmo referente um caso de *Paralelismo referencial*? É o que ilustra os seguintes exemplos:

- (56) Até porque **nós não temos** nenhum centro de transplante aqui, o que **nós temos** mais próximo é Curitiba, então muda todo o contexto (Psicóloga, 51 anos, amostra Blumenau/SC).

A primeira forma **nós** designa o mesmo grupo de pessoas que o segundo elemento pronominal. O falante, ao se referir a um grupo maior de pessoas, em que se inclui, utiliza o pronome **nós** e o repete para nomear o mesmo referente já mencionado anteriormente. É o que está sendo tratado nesta pesquisa como *forma antecedente nós com referência igual*. Já o próximo exemplo apresenta características diferentes:

- (57) Além disso, dentro da linha não-invasiva **a gente tem outras coisas, a gente tem** um eletrocardiograma de alta resolução que é um eletrocardiograma especial que permite ver coisas que o eletro comum não mostra pra gente, né, /.../ pequenos minúsculos potenciais elétricos que **a gente chama** de potenciais tardios, né, que nos mostram se tem cicatrizes no coração ... (Cardiologista, 37 anos, amostra Blumenau-SC).

A *manutenção do referente* já não acontece em todas as repetições da forma **a gente** neste fragmento de fala. O falante emprega a forma **a gente** e a repete para nomear o mesmo referente anterior. Na seqüência, o informante a utiliza novamente, mas o referente não é o mesmo grupo de pessoas mencionado anteriormente, é mais abrangente, refere-se à classe de cardiologistas que utiliza metalinguagem comum. Esta peculiaridade da língua de manter

formas sem preservação referencial está sendo tratada como *forma antecedente a gente* com *referência diferente*. Conforme ilustra o próximo exemplo de fala, a mesma forma pronominal não é sinônimo de linearidade referencial, ou seja, uma mesma forma lexical pode codificar, no desenrolar do discurso, diferentes referentes.

- (58) ...então **nós vamos** primeiro fazer uma avaliação com esse paciente, esses pacientes eles chegam para nós sempre encaminhados por um oftalmologista porque primeiro precisa ver se há alguma alteração ... se precisa usar o óculos... o olho é complexo demais né ... você tem vários estudos, se **a gente for falar** aqui sobre tudo que **nós fazemos, nós vamos passar** a noite inteira conversando (Ortodontista, 55 anos – amostra Programa do Jô).

Como apontou Omena (1986, 2003), a mudança de referente pode influenciar na alternância da forma subsequente. No trecho de fala acima, o falante alterna as formas pronominais e os referentes, deixando a troca de formas e de referentes bem marcada. O primeiro **nós** se refere *aos ortodontistas* que fazem certas avaliações no paciente. Já o segundo pronome, **a gente**, designa *o eu/emissor* que fala naquele exato momento, naquele espaço físico específico, no estúdio televisivo, identificado pelo índice *aqui*. Na seqüência, o falante utiliza a forma pronominal **nós** para nomear *os profissionais ortodontistas* e logo após a mesma forma pronominal se refere *aos interlocutores* [eu+tu].

A *repetição lexical* associada à *preservação ou não do referente* também foi investigada por pesquisas da área da Linguística Textual. Esses estudos mostram uma forte tendência de repetir unidades *lexicais, discursivas, prosódicas e referenciais* com bastante regularidade na língua falada devido a fatores estruturais e não-estruturais que podem propiciar ou não *linearidade referencial* (cf. Marcuschi, 1996). Desse modo, como apontou a pesquisa de Borges (2004), entre outros autores, nem sempre *a continuidade cotextual* (mesmas formas lingüísticas) corresponde *ao continuísmo referencial* (manutenção do referente).

Assim, o grupo de fatores *Manutenção ou não do referente*, apresentado anteriormente, foi elaborado da seguinte maneira, conforme os critérios de Omena (1986):

- *1ª menção* de uma ou outra forma ou *1ª entrada* de um ou outro pronome;
- Forma antecedente **a gente** com referência igual – FA **a gente** RI;
- Forma antecedente **a gente** com referência diferente – FA **a gente** RD;
- Forma antecedente **nós** com referência igual – FA **nós** RI;
- Forma antecedente **nós** com referência diferente – FA **nós** RD;
- Forma antecedente **-mos** com referência igual – FA **-mos** RI;

- Forma antecedente **–mos** com referência diferente – FA **–mos** RD;
- Forma antecedente **zero** [Ø] com referência igual – FA **zero** com RI;
- Forma antecedente **zero** [Ø] com referência diferente – FA **zero** com RD.

Cabe esclarecer que por *primeira referência*⁷⁹ está sendo entendido a primeira vez que o falante enuncia a forma **a gente**, por exemplo, numa dada seqüência discursiva. Ou seja, quando o falante começa o seu discurso e a cada interrupção da jornalista ou do entrevistador de televisão, a introdução da forma **a gente** (ou **nós**) foi considerada como sendo a primeira menção. Por *seqüência do discurso*, está se entendendo toda a *seqüência discursiva* que o falante produz até o momento de ser interrompido pelo apresentador ou pela jornalista, ao retomar o discurso o informante começa nova seqüência.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que a tendência de *manter ou não o referente* no discurso não acelera e nem retarda o processo de mudança lingüística. Esses fatores foram elaborados para verificar a *preservação* das formas pronominais **nós** e **a gente** em dada seqüência discursiva associada à *manutenção referencial*.

4.3.1.3 Referência temporal

Com base em Omena (1986) e Lopes (1993), esse grupo de fatores foi elaborado por ser um dos principais condicionadores da intercambialidade das formas **nós** e **a gente**. De acordo com os resultados de Lopes, o tempo verbal mostrou ser um grupo de fatores significativo. A autora, ao investigar os ambientes que favorecem o uso de **nós**, constatou que as maiores probabilidades de ocorrência dessa forma são com *o pretérito perfeito*, **0,90**, com *o futuro subjuntivo* **0,84**; com *o imperfeito do subjuntivo* **0,67**; com *o presente do subjuntivo* **0,58**; e com *o futuro do pretérito do indicativo* **0,61**. Esses resultados indicam o desfavorecimento do uso da forma pronominal **a gente** associada a esses tempos verbais.

Em contrapartida, com a amplitude referencial, o emprego da forma verbal *no presente* mostrou-se favorecedor ao uso de **a gente**, pelo seu caráter amplo e indefinido, segundo a análise de Lopes. Desse modo, *o presente do indicativo*, que pode ser utilizado para indicar aspectos como *habitualidade* e *momentaneidade*, é propício para o emprego do pronome **a**

⁷⁹ “A primeira entrada do *segmento discursivo* (seja lexical, discursivo, prosódico) depois de repetido é designada como Matriz (M). A M caracteriza-se por operar como base ou modelo para a projeção de outro segmento construído à sua semelhança ou identidade, chamado de repetição (R)” (Marcuschi, 1996: 97).

gente, 0,60. Conforme discutido nos capítulos 1 e 3, *o tempo e o aspecto verbal*⁸⁰ podem ser, de certa maneira, uma das estratégias para a identificação referencial, assim como *expressões dêiticas, nomeação de referentes*, entre outras. Com relação ao uso do *infinitivo* e do *gerúndio*, os resultados de Lopes indicam maior incidência no uso de **a gente 0,65 e 0,75**, respectivamente.

Com o apoio dos trabalhos aqui citados, a hipótese é de que *o tempo verbal* no *presente* possa estar condicionando a intercambialidade entre as formas **nós** e **a gente**, favorecendo o emprego de **a gente**. Já o uso do *pretérito perfeito* pelo seu caráter determinador, talvez possa estar inibindo o uso da forma pronominal **a gente**, contrário ao *imperfeito* que deve ser favorável a essa forma pronominal. A expectativa com relação ao *futuro* é que o uso de **a gente** seja desfavorecido. Segue abaixo a descrição do grupo de fatores *Referência temporal*:

Grupo 3: Referência temporal

- presente do indicativo
- presente do subjuntivo
- pretérito perfeito do indicativo
- pretérito imperfeito do indicativo
- futuro do presente do subjuntivo
- futuro do pretérito do indicativo
- pretérito imperfeito do subjuntivo
- infinitivo

4.3.2 Variáveis extralingüísticas: faixa etária e sexo

Considerando o total de 32 falantes, divididos em *16 indivíduos* em cada amostra, subdivididos em **8** falantes jovens e **8** acima de *47 anos*, *as duas faixas etárias e o sexo* seguiram a seguinte distribuição:

Grupos 4 e 5: faixa etária e sexo

⁸⁰ No que se refere ao aspecto verbal, foi elaborado um grupo de fatores chamado formas e funções verbais, mas foi excluído do trabalho por carecer de teorias que fundamentem esses fatores como condicionadores das formas pronominais estudadas.

Amostras	Faixa Etária	Sexo
<i>Blumenau</i>	De 29 a 37 anos + 47	4-homens e 4-mulheres 4-homens e 4-mulheres
<i>Programa do Jô</i>	De 29 a 37 anos + 47	4-homens e 4-mulheres 4-homens e 4-mulheres
	Apl/Total de informantes	16/32

Com base em trabalhos sociolinguísticos, apenas duas variáveis sociais foram consideradas para investigar sua influência no uso das formas pronominais **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *-mos* e *zero*). O grau de escolaridade não consta como um dos condicionadores porque o nível escolar dos informantes de 3º grau é fator categórico em todos os indivíduos.

De acordo com os postulados da sociolinguística laboviana, *a língua é inerentemente social*. Daí a importância de se investigar *os grupos de fatores sociais* associados a *fatores linguísticos* que podem ou não estar motivando *a variação* ou *a mudança de elementos intercambiáveis* em uma certa comunidade (ou amostra de fala) que representa uma parcela de certo grupo social.

A *variável sexo* pode influenciar diferenças linguísticas entre homens e mulheres (cf. Paiva, 1982). Nesse sentido, há como verificar se mulheres de determinada faixa etária utilizam com maior frequência certas formas linguísticas. Conforme os resultados de autores como Lopes (1993), Seara (2000), Zilles (2002) e Borges (2004), mulheres tendem a usar a forma inovadora **a gente**, em detrimento do emprego da forma canônica, **nós**.

Essa tendência corrobora as pesquisas elencadas por Paiva (1982) que, ao citar Labov (1966), mostram, por exemplo, a tendência de mulheres, na cidade de Nova York, liderarem a implementação da pronúncia do /r/ como uma forma socialmente prestigiada, direcionado a nova pronúncia, na época, como um novo padrão da sociedade novaiorquina. Assim:

“Quando se trata de implementar na língua uma forma considerada prestigiada, as mulheres tendem a liderar o processo de mudança. Quando, ao contrário, se trata da implementação de uma forma desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens tomam a ponta do processo de mudança.” (Paiva, 1982: 71).

Nessa direção, Paiva (p.69-70) cita trabalhos como os de Fischer (1958), Wolfran (1968), Laberg (1977) e Scherre (1985) em que mulheres valorizam socialmente formas prestigiadas: como a variação entre *-ing* e *in* em que a primeira forma é prestigiada ou que

possui mais *status social*, a pronúncia do *-d* no final de sílaba, considerada de prestígio no inglês da cidade de Detroit, as alternantes *on* e *nous* no francês de Quebec e Montreal em que a variante *nous* é encontrada com mais frequência na fala de mulheres e, do mesmo modo, essa tendência foi confirmada na pesquisa sobre a concordância nominal no português carioca.

Tais estudos confirmam o que Labov (1990, *apud*. Lopes, 1993: 60), de certa forma, sugere: nos processos de variação estável, o sexo feminino prefere e utiliza formas "padrão", ou seja, formas de maior *valor social*, evitando formas estigmatizadas. No entanto, nos processos de mudança lingüística, o fenômeno é inverso, pois, nesse caso, as mulheres são tidas como menos conservadoras, porque inovam ao introduzir variantes "não-padrão", desde que prestigiadas socialmente.

A expectativa para este trabalho é que *o sexo*, de uma forma ou de outra, possa influenciar o uso das formas **nós** e **a gente**. Cabe esclarecer que, conforme salienta Borges (2004: 152-153), *mudanças lingüísticas* seriam rapidamente mais aceitas na comunidade se introduzidas por mulheres, em virtude de seu papel como *educadora*, principalmente no cuidado da família, crianças etc.

Entretanto, Paiva sugere que o estilo de vida atual entre *homens e mulheres* mais jovens é o de compartilhar trabalho e lazer e, provavelmente, esse comportamento torna menos rígida a distribuição de responsabilidades e papéis, tidos, em época passadas, como tarefas femininas (uso de linguagem mais correta, educação dos filhos, formalismo nas situações interativas, entre outros "papéis", atribuídos ao sexo feminino que exigiam conduta "perfeita" (cf. Paiva, 1982).

Dentro dessa expectativa, o que significa *o sexo feminino* falar com mais frequência formas inovadoras se comparado ao masculino? Numa determinada comunidade em que mulheres, geralmente, são donas-de-casa, ou até estejam no mercado de trabalho, mas, em certa medida, cuidados familiares ainda são responsabilidades femininas, a possibilidade de o sexo feminino ter um papel decisivo na implementação de formas lingüísticas inovadoras e prestigiadas socialmente deve se confirmar. Em contrapartida, seria este o mesmo perfil de mulheres que vivem em grandes metrópoles? As responsabilidades familiares ainda seriam consideradas "tarefas" femininas? E, ainda, provavelmente pessoas de classe média, classe média alta, alta ... devem possuir valores e comportamentos diferenciados das de renda econômica desfavorecida e vice-versa.

Conforme Cheshire (2002: 435), baseada em pesquisas de Cameron (1996:34), estudos mostram a complexidade de se relacionar *variação lingüística* com *gênero*, pois tal relação não pode ser apenas uma pesquisa fundamentada na simples divisão entre sexos (feminino e masculino), tendo ainda que se considerar, como bem lembra Labov (1990, *apud* Lopes, 2003: 60) que o “comportamento lingüístico de homens e mulheres não é sempre o mesmo nas diferentes segmentações da sociedade, pois há de se considerar a interação entre sexo e outras categorias sociais, através de uma análise multivariacionista”.

Vale salientar que, devido ao reconhecimento de alguns estudos da complexidade social em que o falante vive, os termos *sexo* e *gênero* dizem respeito a coisas distintas. De acordo com Cheshire (2002: 423) que cita Chambers (1992, 1995), para características biológicas, como no caso a simples distinção entre os sexos, *masculino* e *feminino*, a denominação que parece ser mais apropriada é *sexo*; e para processos sociais e culturais que envolvem falantes de certa comunidade lingüística, o termo *gênero* parece ser o mais adequado para nomear inúmeros aspectos sociais. Ainda, conforme a autora, a investigação entre *gênero* e *variação lingüística* não é um simples procedimento metodológico, mas uma investigação que necessita observar o uso da língua diária individual de *homens* e *mulheres* em dada comunidade em que a construção do *gênero* e outros tipos de identidade devem ser considerados numa pesquisa que visa mostrar *a dimensão social e a variação lingüística* (cf. Cheshire, 2002).

Supostamente mulheres de centros urbanos devem apresentar comportamentos distintos de mulheres interioranas. É o que mostrou a pesquisa de Dubois & Horvath (1999, *apud* Cheshire, 2002: 431) que testou os princípios de Labov (1990)⁸¹ em uma cidade rural de Lousiana, Cajun English.

Entretanto, na cidade rural, citada acima, esse princípio não se confirmou. A pesquisa da dupla de pesquisadores mostrou com sua análise o quão significativo é estudar *a variedade dos gêneros* entre diferentes gerações. No caso dessa pesquisa, em Cajun English, três gerações foram estudadas. O estudo apontou que mudanças sócio-históricas na comunidade local afetaram regras econômicas e sociais de homens e mulheres da pequena cidade. Desse modo, em três gerações que viveram momentos históricos específicos: (i) o uso da língua inglesa pareceu ser determinante no comportamento lingüístico da geração mais velha; (ii) a industrialização local afetou o comportamento lingüístico dos indivíduos pertencentes à faixa

⁸¹ Tradução minha.

etária intermediária e (iii) a chamada “so-called” de Cajun é influenciada pela geração mais jovem da referida comunidade.

O resultado da interação entre *gênero* e uma série de transformações sócio-históricas interferiu no comportamento da variação lingüística das três gerações investigadas por Dubois e Horvath (1999). Segundo Cheshire (2002), baseada em Cameron (1996: 34), a relação entre *variação lingüística* e *gênero* não pode ser considerada como uma simples divisão biológica de *homens* e *mulheres*, como já dito anteriormente, outras interferências, como as sócio-históricas, devem ser levadas em conta para o estudo individual do comportamento lingüístico entre *os sexos*.

Vale acrescentar que seria interessante estudar a performance da comunidade de fala escolhida para uma pesquisa de sociolingüística, levando-se em conta a complexidade das práticas sociais dos falantes e de considerar conjuntamente a importância de explorar a dimensão social em que esses indivíduos estão inseridos e, para isso, além de tempo e objetivos bem definidos, como bem lembrou Cheshire (2002: 440) “aspectos de teorias sociais podem ser vantajosos se incorporados a investigações variacionistas”.⁸²

Para o estudo dos *fatores sociais* desta pesquisa, metas menores foram objetivadas, limitando a análise em verificar o comportamento lingüístico entre homens e mulheres, mas isso não quer dizer que esses objetivos são menos importantes ou menos significativos para uma pesquisa sociolingüística, apenas esta investigação se propôs verificar a tendência de *o sexo feminino* utilizar com mais freqüência a forma pronominal **a gente** do que *o sexo oposto* (cf. Lopes, 1993 e Borges, 2004).

A pesquisa de Borges (2004) constatou diferenças percentuais menores entre *homens* mais jovens da cidade de *Pelotas*, que empregam com a freqüência de 85% a forma **a gente**, os da faixa intermediária, 80% e os da terceira faixa, 60%. Em contrapartida, *mulheres mais jovens* da mesma cidade empregam o pronome **a gente** com a freqüência de uso maior, 88%, as pertencentes da faixa etária intermediária, 83%, e as da faixa com mais de 50 anos a utilizam com a freqüência de uso de 69%.

Na cidade de *Jaguarão*, *homens mais jovens* empregam a forma **a gente** com a freqüência de 83%, os da faixa intermediária, 68%, e os da terceira faixa, 46%. Mulheres mais jovens, da mesma cidade, empregam o pronome **a gente** com a freqüência de uso menor do que *os homens* da mesma faixa, 67%, da faixa etária seguinte, a freqüência é maior, 73%, e da

⁸² Tradução minha.

última faixa, 64%. Segundo a análise do autor, os valores de *Pelotas* são superiores aos de *Jaguarão*. Os percentuais das faixas etárias com menos de 50 anos em *Pelotas* são sempre superiores, daí a suposição de Borges que o processo de gramaticalização de **a gente**, nessa cidade, está mais avançado do que em *Jaguarão*.

Nessa perspectiva, para que *uma mudança* lingüística seja verificada, é importante que *faixas etárias* correlacionadas ao *sexo* dos informantes sejam analisadas num trabalho sociolingüístico para que *variação* ou *mudança lingüística*, em tempo aparente, possam mostrar, através de índices estatísticos, o estágio atual do comportamento lingüístico de determinada comunidade.

Rollemberg *et al.* (1991) investigaram dados de falantes com alto grau de escolaridade de Salvador e examinaram as variáveis *categoria de texto* e *faixa etária* do informante. As autoras observaram que o pronome *você* é o recurso mais empregado, seguido, respectivamente, por *nós*, *a gente* e *eles*. Nas situações formais há a preferência pela forma **nós**, contrariamente ao que se observa nos textos informais em que o falante prefere **a gente**. Com relação à faixa etária, as autoras concluem que *você* e *a gente* são empregados como *recursos de indeterminação do sujeito* entre falantes mais jovens, estando *nós* e *eles* na preferência da geração com idade mais elevada.

Lopes (1993) e Borges (2004), por exemplo, mostram essa mesma tendência. *Indivíduos mais jovens* utilizam com mais freqüência a forma pronominal **a gente**, e *pessoas de geração mais avançada* empregam com maior intensidade o pronome **nós**. Os resultados de Borges indicam alta probabilidade de ocorrência da forma **a gente** na fala de indivíduos pertencentes à primeira geração (*de 16 a 25 anos*), obtendo uma freqüência relativa de **0,70** e **0,71**, respectivamente nas cidade de *Jaguarão* e *Pelotas*. A faixa etária intermediária (*de 26 a 49 anos*) obteve os seguintes valores probabilísticos: **0,47** e **0,56** e na fala de informantes pertencentes à terceira faixa, indivíduos com *mais de 50 anos*, os valores relativos apontam queda de possibilidade de uso do pronome em questão: **0,27** e **0,29**, respectivamente, nos municípios de *Jaguarão* e *Pelotas*. Vale salientar no que concerne à faixa etária intermediária que quando o indivíduo passa da faixa etária mais jovem para a próxima, sua tendência é de utilizar o pronome **nós** com mais freqüência (cf. Omena, 2003). *Em tempo aparente*, esses resultados mostram uma tendência em favor do uso do pronome **a gente** por falantes mais jovens que “é compatível com um processo de mudança em curso”(Borges, 2004: 149).

Valores como os apresentados acima e reflexões como as de Paiva (1982) contribuem para o levantamento da hipótese segundo a qual *mulheres mais jovens* devem utilizar com mais frequência a forma **a gente**. O cruzamento entre os valores dos fatores *sexo* e *faixa etária*, como dito anteriormente, também serão discutidos posteriormente.

4.3.3 O uso do Pacote Estatístico Varbrul

Labov (1972) ao deslocar o estudo da língua para o seio da comunidade de fala a concebe como inerente ao contexto social, e assim institui como objeto de estudo da sociolinguística *a língua em uso*. Dessa forma, com a possibilidade de sistematização das variantes, em termos quantitativos associados aos qualitativos, a metodologia variacionista permite analisar os efeitos de condicionadores (extra)lingüísticos que podem influenciar no uso de variantes a ponto de o pesquisador dizer, no final de sua pesquisa, se as variantes em questão são um fenômeno de variação, de mudança lingüística ou se o objeto estudado está em distribuição complementar. Nesse último caso, as formas atuam em âmbitos diferentes não sendo possível dizer que há *co-ocorrência* entre variantes. Caso haja essa constatação, os itens lingüísticos analisados veiculam *diferentes estados de coisas*, conforme as discussões do capítulo 2 no que concerne às ilustrações de Oliveira (1987) e aos contextos de variação entre *tu, você, o senhor* e *formas verbais no infinitivo*, por exemplo.

Para o estudo das variantes **nós** e **a gente** (e suas realizações *–mos* e *zero*), analisadas na posição de sujeito, e das variáveis independentes, o Pacote Estatístico Varbrul – *Variable Rule Analysis* – proposto por David Sankoff, versão do ano de 1988 desenvolvida por Susan Pintzuk, foi utilizado. As *variáveis independentes* (ou os fatores (extra)lingüísticos) selecionadas por ordem de significância pelo pacote estatístico serão apresentadas e discutidas no próximo capítulo.

Cabe salientar que em nenhuma das amostras há o registro da origem dos informantes, ou seja, local de nascimento, se o entrevistado é falante nativo de Blumenau ou de outras regiões por exemplo, houve a junção das amostras de fala de *Blumenau* e do *Programa do Jô*, totalizando 864 dados de 32 informantes, 581 dados da primeira amostra e 283 da segunda, distribuídos nas seguintes faixas-etárias: de 29 a 37 anos e *acima de 47*. Esse amálgama tornou-se *o grupo de fatores amostras*, descrito no primeiro anexo, mas não foi selecionado como significativo em nenhuma das duas rodadas estatísticas. Outro detalhe importante é que o tipo de entrevista, como, por exemplo: entrevista face a face e televisiva, também não foi

considerado. Por esses motivos é que o grupo de fatores *amostras* não consta na descrição dos grupos já apresentados.

Para a primeira rodada estatística foram consideradas quatro variáveis dependentes: **nós**, **a gente**, **-mos** e **zero** [Ø]. Os fatores (extra)lingüísticos selecionados por ordem de significância pelo pacote Varbrul foram: *Manutenção ou não do referente*, *Idade*, *Multiplicidade referencial* e *Sexo*. Como houve *knockouts*, a junção de fatores foi inevitável. Assim, no grupo de fatores *Multiplicidade referencial*, a soma dos fatores foi a seguinte: *eu+tu e eu+tu+ele(s)*; *eu+ele* e *eu+eles*, de sete (7) fatores o grupo passou a ter cinco (5) possíveis condicionadores das variantes em questão. No grupo *Referência temporal*, os amálgamas foram estes: *verbos no subjuntivo*, *no infinitivo* e *no gerúndio*. De nove (9) fatores, com a junção, o grupo passou a ser constituído por cinco (5) condicionadores.

No que concerne à variação por indivíduo, os 16 informantes foram submetidos a rodadas separadas para que o gráfico “uso de **a gente** vs **nós** segundo *os indivíduos*” pudesse ser elaborado. A adoção desse procedimento fez-se necessário em virtude de o programa Varbrul não conseguir efetuar a rodada estatística com 32 informantes, sua capacidade comporta apenas *30 fatores*. Assim, o programa não aceitou o grupo de fatores Profissões como um possível grupo condicionador das formas pronominais estudadas neste trabalho, por isso o recurso disponibilizado pelo programa *makecell não se aplica* (;) foi utilizado.

Na segunda rodada estatística, as quatro variantes: **nós**, **a gente**, **-mos** e **zero** foram amalgamadas em [*nós + -mos e a gente + zero*] com o propósito de testar se os mesmos condicionadores se manteriam conforme ocorreu na primeira rodada. Com os amálgamas, os fatores condicionantes permaneceram os mesmos: *Manutenção ou não do referente*; *Idade*; *Multiplicidade referencial* e *Sexo*.

No próximo capítulo, serão discutidos os resultados estatísticos dos grupos de fatores selecionados como significativos pelo Pacote Estatístico Varbrul sob a perspectiva do aparato teórico abordado nos capítulos anteriores. Cabe esclarecer que as variáveis independentes não-significativas: *a referência temporal* e *o uso de a gente nas amostras* estão descritas no *anexo 1*.

Capítulo 5

5. DE QUEM NÓS/A GENTE ESTÁ(MOS) FALANDO AFINAL?

5.1 Introdução

Neste capítulo, serão apresentados, primeiramente, os resultados estatísticos gerais das variantes estudadas. Na seqüência, as variáveis independentes selecionadas pelo pacote Varbrul e seus respectivos resultados serão discutidos associados a rodadas estatísticas especiais que reforçam a discussão de alguns fatores (extra)lingüísticos.

“Língua e sociedade não se concebe uma sem a outra. (...) A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. (...) A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e da construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas” (Benveniste, E., 1963/1988: 31).

5.2 Breves palavras: resultados gerais

A distribuição geral da alternância entre os pronomes **nós** e **a gente** parece estar, conforme os resultados desta amostra, *estável*. O percentual obtido para a utilização da forma **a gente** foi de **51%**, para a forma **nós** o valor percentual foi de **49%**. Isto quer dizer que a variação entre as formas em questão está distribuída de maneira equilibrada. Quanto ao preenchimento e ao não-preenchimento das formas⁸³ em questão, como poderá ser visto os resultados da tabela 5, de 864 dados, **a gente** obteve **422** ocorrências, resultando a seguinte frequência de uso: **60%** de preenchimento. Dos 864 de **nós**, **287** são de preenchimento, obtendo um percentual de **40%**. Esses resultados indicam o uso cada vez mais crescente do pronome **a gente** em detrimento do emprego de **nós**.

Na seqüência, discuto os resultados dos condicionadores lingüísticos das variantes **nós** e **a gente** e rodadas especiais como as de *presença e ausência pronominal* e o grupo *dêixis vs anáfora*. Os fatores sociais selecionados significativamente pelo pacote estatístico Varbrul e rodadas especiais como o cruzamento entre *sexo e faixa etária e a variação no indivíduo* também serão discutidos.

⁸³ Na primeira rodada estatística foi feita a separação do preenchimento pronominal e do não-preenchimento pronominal. Já na segunda, houve as amálgamas das formas **a gente** e **nulo** e **nós** e **nulo (-mos)**, obtendo os mesmos grupos de fatores como significativos. Por esse motivo, considereei somente a alternância entre **nós** e **a gente** como variáveis dependentes.

5.3 Resultados e discussões das variáveis lingüísticas

5.3.1 Manutenção ou não do referente

O primeiro fator selecionado pelo pacote estatístico *Varbrul* foi a *manutenção ou não do referente*. Segundo as pesquisas já citadas (cf. Omena, 1986, 2003), uma vez que a forma **a gente**, por exemplo, tenha entrado no discurso, a tendência é que a forma se repita preservando a *continuidade referencial*. De acordo com os resultados da tabela abaixo, este mecanismo de preservação da mesma forma atua fortemente na seleção das variantes em questão:

Tabela 2

Uso de nós e a gente segundo a <i>Manutenção ou não do referente</i>			
	Apl/Total	%	P.R.
FA a gente RI	160/222	72	0,71
FA a gente RD	41/58	71	0,68
FA zero RI	10/14	71	0,64
1ª referência	149/266	56	0,52
FA nós RD	8/22	36	0,32
FA nós RI	43/180	24	0,27
FA –mos RI	27/89	30	0,34
FA –mos RD	2/10	20	0,19
Apl/Total	440/861 ⁸⁴		
Loglikelihood: -532.403 significance: 000 Input: .51			

Segundo Omena (2003:72), a primeira entrada de uma forma ou de outra não é aleatória, isso significa que a forma pronominal pela primeira vez mencionada predomina no discurso do falante, salvo algumas exceções. Assim, este fator não sofre influência de outra forma antecedente. O peso relativo de **0,52** indica tendência moderada para sua ocorrência, confirmando-se também pela frequência de uso 56%. De 266 dados, **149** são de primeira menção no discurso da forma pronominal **a gente** contra 117 ocorrências do pronome **nós**.

O que podemos constatar é que, após a entrada de uma das formas, a tendência é repeti-la não alternando o referente. De 222 ocorrências, **160** são dados da mesma forma **a gente** com manutenção referencial. O peso relativo de **0,71** indica alta tendência para a ocorrência deste mecanismo, confirmando-se na frequência de uso, 72%.

⁸⁴ Cabe salientar que foi usado não se aplica (*l*) para o fator *forma antecedente zero* [Ø] com *novo referente*, por isso os dados não foram computados. Quanto aos fatores FA zero RI, FA nós RD e FA –mos RD, é importante ressaltar sobre a ocorrência de poucos dados.

É interessante observar que o peso relativo de **0,68** para a forma antecedente **a gente** com referente diferente indica alta tendência dessa forma pronominal ser a mesma, mas designando referentes diferentes. Esse resultado mostra, conforme discutido nos capítulos anteriores, que a repetição do mesmo item lexical sem identidade referencial é um recurso recorrente na língua. De 58 ocorrências, **41** são do pronome **a gente** que diz respeito a novos referentes, confirmando-se na frequência de uso, 71%, quase a mesma porcentagem do fator anterior, mesma forma antecedente com referente igual, 72%. Isto quer dizer que, em termos de frequência de uso, o falante tanto emprega a mesma forma para nomear os mesmos referentes quanto a utiliza para designar novos referentes.

A hipótese de que a repetição do mesmo elemento pronominal propicia linearidade referencial se confirmou timidamente se comparada com os resultados do segundo fator selecionado, que atingiu o valor percentual bem próximo 71% para referentes diferentes.

Em contrapartida, é baixa a tendência de o pronome **nós** se manter e referir novas entidades em dada seqüência discursiva. O peso relativo indica a tendência de **0,32** com 36% de frequência de uso. De 22 dados, **8** correspondem à manutenção da forma e alternância referencial. O mesmo acontece com o antecedente **nós** com referência igual. De 180 dados, **43** são da forma **nós** que designam referentes iguais, atingindo a tendência de **0,27** com a frequência de uso de 24%.

A tendência de o falante empregar a mesma forma para nomear o mesmo referente também se confirma quando não há presença formal do pronome **a gente**. O peso relativo de **0,64** e o percentual de 71% mostram a manutenção da forma e do referente mesmo com a baixa ocorrência deste tipo de dado.

No que concerne à utilização da desinência *-mos* para manter referentes, tanto o peso relativo quanto o percentual não mudam muito com relação à permanência da forma e do referente, o peso de **0,34** indica uma probabilidade mais baixa de ocorrência, confirmando-se na porcentagem, 30%. De 89 dados, **27** são da desinência *-mos* mantida no discurso para designar os mesmos referentes. Frequências mais baixas podem ser observadas quando há mudança referencial mesmo com a preservação da forma desinencial *-mos* em dada seqüência discursiva. Os baixos valores também podem ser notados quando há alternância de referentes.

De 10 dados de desinência *-mos* com referente diferente, **2** deles são de **a gente**,⁸⁵ obtendo um peso relativo de **0,19**, sendo que o percentual atingiu 20% de frequência de uso.

Com relação à manutenção da forma precedente à forma subsequente, mantendo a identidade referencial, os resultados confirmaram o que pesquisas como as de Labov e Weiner (1983), Lopes (1993), Marcuschi (1996) e Borges (2004), por exemplo, também mostraram. De acordo com Marcuschi (1996: 95), “a produção de segmentos inteiros duas ou mais vezes, motivados pelos mais diversos fatores, sejam eles de ordem interacional, cognitiva, textual ou sintática”. Desse modo, a repetição de formas favorece *a coesão, a continuidade tópica*, entre outros, resultando numa textualidade menos densa e tornando a repetição de itens lexicais essenciais na fala, por assumirem variado conjunto de funções na interação (cf. Marcuschi, 1996).

Os valores relativos e percentuais de uso muito próximos dos fatores *mesma forma pronominal e manutenção referencial (0,71/72%)* e *mesma forma pronominal e referente diferente (0,68/71%)* indicam grande probabilidade e frequência de uso desses mecanismos acontecerem na língua com o pronome **a gente**, pelo menos é o que os resultados mostram no que concerne aos dados de fala analisados neste trabalho. Esses resultados confirmam o que os capítulos anteriores discutiram, principalmente o terceiro, de que a mesma forma pronominal nem sempre é sinônimo de *linearidade referencial*, ou seja, o que costumeiramente é chamado de mera tendência mecânica de se repetir formas parece ser, na verdade, *um mecanismo de coesão e continuidade tópica*, embora sem linearidade referencial, necessário para o entendimento e o processamento do texto falado.

Com relação aos valores percentuais e relativos da *Manutenção ou não do referente*, conforme pode ser observado, a forma pronominal **a gente** obteve índices altos se comparado ao pronome **nós**. Enquanto **a gente** parece ser propício para ser utilizado em mais “ambientes referenciais” (**72%** e **71%**), o pronome **nós** sofre determinadas restrições, provocando a não linearidade referencial (**36%**). Os resultados mostram que quando o falante alterna a forma **nós**, alterna também o referente, já quando o falante emprega o pronome **a gente** não necessariamente o falante alterna o referente, corroborando a hipótese de que **a gente** está cada vez mais sendo utilizado, em detrimento da atuação do pronome **nós**.

Vale ressaltar que a tendência de manter ou não o referente no discurso não acelera e nem retarda o processo de mudança no sistema pronominal do PB. Esses fatores estão, ao que

⁸⁵ Observar essas duas ocorrências com ressalvas. Na verdade, são poucos dados para se descrever e afirmar certos aspectos do fenômeno em questão.

tudo indica, diretamente relacionados ao aumento da utilização da forma pronominal **a gente** para *a nomeação de referentes iguais e diferentes* em detrimento do emprego da forma canônica, **nós**.

5.3.2 Multiplicidade referencial

O fato de este grupo de fatores ser selecionado pelo pacote estatístico Varbrul é importante por se tratar do estudo aqui proposto de caracterizar a multirreferencialidade dos pronomes **nós** e **a gente** que atuam como variantes de uma mesma variável em campos semânticos distintos, conforme discutido anteriormente.

Dado ao seu percurso de substantivo indeterminado à sua inserção no paradigma pronominal do PB como concorrente do pronome **nós, a gente**, segundo Menon (1996), está totalmente integrado ao sistema pronominal, avançando no campo da determinação referencial, especializando-se como *eu/emissor* e *eu+tu* (cf. Zilles, 2003 e Borges, 2004). Nessa perspectiva, os resultados da tabela 3, descrita a seguir, apontam como alta a probabilidade de ocorrência da forma **a gente** designando referenciais específicos, *eu, eu+tu/eu+tu+eles*.

Tabela 3

Uso de a gente vs nós segundo a <i>Multiplicidade referencial</i>			
	Apl/Total	%	P.R.
Eu	24/33	73	0,76
<i>Opacidade</i>	13/20	65	0,63
<i>Eu+tu/eu+tu+eles</i>	2/4	50	0,60
Genérico	168/299	56	0,58
<i>Eu+ele(s)</i>	236/508	46	0,43
<i>Apl/Total</i>	443/864		
Loglikelihood: -590.856		significance: .006	Input: .52

Os valores da tabela 3 mostram os resultados do terceiro grupo de fatores selecionado pelo Varbrul. No que concerne à forma **a gente** designar *eu*, os índices são: **0,76** de probabilidade de ocorrer nesse contexto específico com a frequência de uso em 73%. De 33 dados, **24** são dados que designam *a primeira pessoa do singular*. As frequências de uso de 80% e 78% encontradas na pesquisa de Borges (2004), com essa especialização, são corroboradas pelo percentual desta pesquisa, 73%, indicando que o comportamento lingüístico dos falantes pesquisados em ambos os trabalhos é semelhante.

Os valores de referentes como *eu+tu* e *eu+tu+ele(s)*⁸⁶, fatores que sofreram amálgamas, mostram que a probabilidade de ocorrer esse “tipo referencial” é de **0,60**, sendo que sua taxa percentual de uso é de 50%. Esses resultados associados aos índices do primeiro fator atestam que **a gente** ganhou espaço *na determinação referencial*. Cabe ressaltar que **nós/a gente** designando *eu+tu* e *eu+tu+ele(s)* obtiveram baixa ocorrência, 2 dados para **a gente** e 2 para **nós**⁸⁷, talvez as entrevistas analisadas não propiciassem esses tipos de ocorrência.

No entanto, isso não quer dizer que a forma pronominal **a gente** não esteja concorrendo com outros pronomes do campo determinado. É o que os valores de **nós/a gente** designando [eu+ele(s)] sugerem. De 508 ocorrências, **236** dados são de **a gente**, obtendo uma frequência de uso em 46% e peso relativo de **0,43**. Esses valores, de um lado, podem estar sugerindo que o pronome **nós** sofre algum tipo de restrição referencial, designando “certos” referentes, diferente da forma **a gente** que parece aceitar/abarcas outros referentes, sejam eles específicos [eu, eu+tu] ou genéricos [**a gente**= pediatras, as pessoas em geral, por exemplo]. Por outro lado, esses índices mostram que **a gente** atua também como uma estratégia de designação referencial para veicular referentes como [eu+ele(s)], competindo com o pronome **nós**. A presença de **a gente** no campo da determinação referencial é fato, conforme atestam os resultados da tabela 3.

Em âmbito indeterminado, **a gente** apresentou uma frequência de uso de 56%, obtendo a probabilidade de ocorrência de **0,58**. De 299 dados, **168** são de **a gente**. Esses valores associados aos do quinto fator [eu+ele(s)], discutidos acima, mostram competição mais ou menos “igualitária”. Ou seja, tanto para designar referentes genéricos, **0,58**, quanto referentes do tipo [eu+ele(s)], **0,43**, **nós** e **a gente** tendem a competir de maneira “estável”, confirmando com as seguintes frequências de uso: **56%** e **46%** respectivamente.

A opacidade referencial mostrou-se significativa, obtendo o valor relativo de **0,63** e 65% de frequência de uso. De 20 dados, **13** são de **a gente** que se referem a contextos opacos. De acordo com as leituras feitas, dados desse tipo não foram investigados por Borges (2004) e por outros autores. A opacidade foi considerada, nesse trabalho, porque, ao que parece, quando *a interpretação* entra em jogo para “tentar decifrar” o referente que as formas **nós** e **a gente** codificam no decorrer de *um evento comunicativo* dúvidas são suscitadas quanto à

⁸⁶ eu+tu+ele(s) são referentes do seguinte tipo: eu e o José (ouvinte), a Maria e o Pedro (eles). Referentes do tipo: “*nós somos doentes em potencial*” foram considerados genéricos, incluem o falante, o receptor/tu e outras pessoas de uma forma geral.

⁸⁷ Provavelmente, em virtude das poucas ocorrências desses tipos referenciais o peso relativo tenha atingido valor elevado.

identidade referencial das entidades. Talvez, esses resultados estejam indicando que referentes opacos sejam do campo da determinação.

É importante lembrar que os contextos opacos podem ter sido levantados por serem analisados em entrevistas transcritas. Possivelmente, contextos duvidosos e de pouca discretização referencial ocorram com frequência reduzida durante a interação comunicativa. Conforme postulam Marcuschi e Koch (1998) e Marcuschi (2000), de uma forma ou de outra os referentes são discretizados ou pelos menos os falantes se comportam como se soubessem qual referência foi estabelecida no discurso.

Outro aspecto interessante para ressaltar nesse momento, é que itens lingüísticos que envolvem mudança de *categoria* e/ou *semântica* passam pelo estágio de “*ambigüizar sentidos*”, conforme ocorreu com a própria forma **a gente** nos séculos XIII e XVI. Nesses períodos, segundo Lopes (1999), **a gente** apresentava *ambigüidade* interpretativa categorial, ora sendo utilizada como substantivo, ora como pronome (cf. capítulo 1, nota 7).

Desse modo, quando uma forma lingüística começa ser utilizada em outros contextos, necessariamente ocorre *ambigüidade*. Contextos opacos parecem ser parte necessária do processo de mudança, seja ela categorial ou semântica (cf. Lopes, 1999), como mostram os exemplos já ilustrados. Em virtude dessas considerações, baseadas em estudos lingüísticos, a *opacidade referencial* foi investigada neste trabalho. Cabe lembrar que, como as expressões de sujeito **nós** e **a gente** codificam referentes diferentes ao longo de *um evento comunicativo* associadas a diversas predicções, essas formas podem veicular várias interpretações referenciais. Assim, cada analista/pesquisador poderá interpretar o referente conforme as impressões que o texto falado poderá provocar.⁸⁸

Vale salientar que, conforme mostram os valores da tabela acima, **a gente** atua fortemente em âmbitos semânticos distintos: na determinação, designando [eu, eu+tu], na indeterminação e em contextos opacos. No entanto, quando os referentes designam objetos do tipo [eu+ele(s)] a atuação do pronome **nós** é favorecida, indicando, possivelmente, restrição referencial.

⁸⁸ Por isso, se controvérsias interpretativas surgirem nos leitores deste trabalho, os possíveis erros interpretativos são de minha inteira responsabilidade.

5.3.3 Dêixis vs anáfora

Como mencionado anteriormente, segundo os apontamentos de Omena (1986), *pronomes do tipo anafóricos*, geralmente, são utilizados para *manter* a coesão do discurso, enquanto a propriedade da *dêixis* tende a manter o campo de atenção para um único referente. Assim, os pronomes **nós** e **a gente** quando designam *o emissor* e *o receptor*, são, predominantemente, empregados como *dêiticos*, mas quando codificam *conjuntos maiores – o falante e outras pessoas* – são, na maioria, *anafóricos*.

Nesse sentido, vale retomar as reflexões de Koch e Marcuschi (1998) no que concerne à complexidade das atividades de designação referencial. Na fala, o que se observa são as relações de *manutenção de referentes* e *a construção de tópicos discursivos*, possibilitando a construção de referentes na medida em que o discurso se desenrola. Assim, se referentes são retomados e/ou inferíveis (totalmente, parcialmente ou completamente modificados), processos anafóricos estão em jogo, talvez por isso o número de ocorrências, como pode ser visto nos resultados da tabela abaixo, é mais elevado no âmbito da *anáfora* do que da *dêixis*.⁸⁹

Tabela 4

Uso de a gente vs nós segundo <i>dêixis</i> e <i>anáfora</i>		
	a gente	nós
<i>Anáfora</i>	417/829	412/829
<i>Ap/T %</i>	50%	50%
<i>Dêixis</i>	26/35	9/35
<i>Ap/T %</i>	74%	26%
<i>Apl/Total</i>	443/864	421/864
	51%	49%

Cabe salientar que esse grupo de fatores não foi elaborado como condicionador das formas aqui estudadas. Os amálgamas de “*tipos dêiticos*”, como **nós/a gente**= *eu, eu+tu* e

⁸⁹ Cabe ressaltar que este trabalho teve suas restrições no que se refere à análise dos fatores *dêixis* e *anáforas*. Processos *anafóricos* e *dêiticos*, e de *correferencialidade* estão sendo estudados atualmente sob um campo de visão mais alargado do que postulavam certos princípios de teorias clássicas, como *forma ligada* e *forma de retomada* que dizem respeito a pronomes reflexivos *sintaticamente* ligados e a expressões tidas como referenciais, como é o caso do pronome *ele* que retoma *anafóricamente* o seu antecedente – elemento A da sentença idêntico ao elemento B pronominal da segunda sentença (cf. Marcuschi, 2001a). Assim, parte-se de uma noção mais abrangente de concepções que discutem *processos anafóricos* na língua falada e escrita. Conforme Apothéloz (1995/2003: 57), “a própria noção de antecedente, como segmento textual univocamente delimitável a partir do único fato de sua relação semântica com a forma de retomada, é em si mesmo profundamente problemática”, pois um referente anterior pode ser explorado para fins de *continuidade tópica* e não simplesmente de *identificação referencial* que é retomada por índices idênticos. Devido às restrições teóricas e metodológicas presentes neste trabalho, a complexidade dos processos *dêiticos* e *anafóricos* merece ser aprofundada.

eu+tu+ele, e *anafóricos*, como **nós/a gente**= eu+ele(s) e genéricos, foram realizados para reforçar o fato de que o pronome **a gente** avança no campo da determinação referencial, especializando-se como *eu* e *eu+tu*.⁹⁰ Quanto aos casos de **nós** e **a gente** [eu+ele(s) e genéricos], embora incluam o *eu/emissor* de maneira indireta no referente, foram considerados “tipos anafóricos” porque retomam informações não só do *eu* – primeira pessoa do singular –, mas de outros referentes, como, por exemplo “**nós** temos um teste ...”, “**a gente** introduz o aparelho ...”.

Os resultados da tabela acima são interessantes por indicarem **74%** de frequência de uso da forma **a gente** no campo da *dêixis* contra **26%** de frequência de uso do pronome **nós** nesse mesmo âmbito referencial. Como *anáfora* a frequência de uso de **a gente** é de **50%**, o mesmo percentual atingiu a forma pronominal **nós**, **50%**, indicando aspectos importantes, como: (i) que a atuação do pronome **nós** resiste em *contextos anafóricos*; (ii) **a gente** parece aceitar vários “tipos referenciais”, como *dêiticos* e *anafóricos*.

5.3.4 Preenchimento do sujeito vs não-preenchimento

Os resultados gerais dessa rodada entre *preenchimento do pronome* vs *não-preenchimento* indicam que há mais *preenchimento* do que *nulos*. De 443 dados, **422** são de presença pronominal **a gente** contra 21 de ausência, totalizando um percentual de 95% de presença pronominal. Esses índices sugerem que a nova gramática que disponibiliza a forma **a gente** ao falante não possui sujeito nulo. Com relação à presença de **nós**, o total de ocorrências somou 421, desses **287** são de *preenchimento* contra 134 de ausência pronominal, sendo que o percentual com presença pronominal **nós** é de 68% contra 32% de ausência.

Tabela 5

Uso de <i>preenchimento</i> vs <i>não-preenchimento</i>		
	preenchimento	não-preenchimento
A gente	422/443 95%	21/443 5%
Nós	287/421 68%	134/421 32%
Apl/Total	709/864 82%	155/864 18%

⁹⁰ Os casos *eu+tu* e *eu+tu+eles* foram amalgamados como *tipos dêiticos*.

Em linhas gerais, **a gente** é contexto favorável para *o preenchimento*, conforme mostram os percentuais da tabela acima. Já o valor percentual de 68% de uso indica que o pronome **nós** ainda disputa espaço com a desinência *–mos*, 32%. Esses resultados, a grosso modo, apontam que na gramática do **a gente** não há nulos, ou seja, o PB caminha para *o preenchimento do sujeito* (cf. Duarte, 1993), mas com ressalvas no que concerne à forma pronominal **nós**. Os índices descritos acima mostram que a desinência *–mos* é ainda utilizada por falantes com alta escolaridade, ou pelos indivíduos das amostras analisadas.

Assim, como a desinência *–mos* ainda é empregada, a hipótese geral é de que o completo desuso da forma de realização *–mos* pode estar atrelada à extinção do pronome **nós**. Conforme discutido no capítulo 2, o desaparecimento dessa forma pronominal, provavelmente, ocorrerá quando as diferenças entre **nós** e **a gente** não existirem mais, acarretando *o uso* de apenas uma das formas pronominais. Como já discutido, se essa mudança acontecer, **a gente** pode atuar como única maneira de dizer a mesma coisa *no campo da indeterminação referencial*, por exemplo.

Vale destacar que o objetivo central desta pesquisa não foi investigar *a presença e ausência pronominal* até porque para que essa meta fosse atendida a adoção de um aparato teórico compatível teria que ser aplicado aos dados, o que não é o caso para este momento.

5.4 Resultados e discussões das variáveis sociais

5.4.1 Faixa etária

O segundo grupo de fatores selecionado pelo pacote estatístico Varbrul foi *a faixa etária*. Omena (2003: 66), ao fazer um estudo de painel com dados de falantes cariocas do projeto Censo, verificou que os mesmos indivíduos jovens da amostra de 1980 (de 7 a 14 anos, 89%, **0,79** e de 15 a 25 anos, 87%, **0,70**) vão adquirindo a forma mais antiga e prestigiada usando-a com mais frequência quando mudam de faixa etária e adaptam sua fala ao grupo a que passam a pertencer. Ou seja, a mudança de frequência de uso indica estabilidade da variação, conforme os resultados da amostra de 1990 cujos falantes são representantes da geração da década passada (de 26 a 49 anos, 83%, **0,43**). Segundo a autora, a mudança iniciada em meados do século XVIII permanece estabilizada com o passar do tempo.

De acordo com os resultados da tabela abaixo, a probabilidade de falantes mais jovens empregarem com mais frequência a forma **a gente** se confirma.

Tabela 6

Uso de **a gente** vs **nós** segundo a *Idade*

	Apl/Total	%	P.R.
25-40	269/422	64	0,62
+47	174/442	39	0,38
Apl/Total	443/864		

Loglikelihood: -572.657 significance: 000 Input: .52

A tabela 6 mostra que, *em tempo aparente*, os representantes da faixa etária mais jovem das duas amostras pesquisadas, amalgamadas posteriormente, utilizam com mais frequência o pronome **a gente**, 64% contra 39% dos falantes mais velhos. Os pesos relativos também confirmam a tendência de a forma **a gente** ser empregada por falantes mais jovens, **0,62**, em detrimento dos falantes com *mais de 47 anos*, **0,38**.

Esta pequena amostra de fala confirma os resultados obtidos por autores, como Omena (1986), Lopes (1993), Borges (2004). Segundo Borges, a tendência de falantes mais jovens utilizarem com mais intensidade a forma **a gente** pode indicar *um processo de mudança em curso*, conforme ilustrado no capítulo 4 deste trabalho, reforçando os resultados apresentados na tabela acima.

Cabe acrescentar aqui as reflexões de Tavares (2003) que postula que nos casos de mudança em curso *a estabilidade* de uma dada taxa de uso de variantes lingüísticas, sendo uma forma mais utilizada a cada geração de falantes, resulta, com o passar do tempo, *em mudança*. Outro aspecto importante salientado pela autora é que não somente *a idade* é relevante para apontar *variação* ou *mudança na língua*, mas outros fatores relacionados à *faixa etária* podem ser indicativos fortes para a constatação de *mudança lingüística*.

5.4.2 Sexo

O estudo do comportamento lingüístico entre *homens* e *mulheres* tem sido pesquisado por inúmeros trabalhos sociolingüísticos, conforme discutido anteriormente. Dependendo do objeto estudado, de acordo com algumas pesquisas, fatores sociais, como *sexo*, nem sempre são considerados significativos, mas sua importância se intensifica quando há cruzamento entre fatores sociais, como, por exemplo, *escolaridade* e *faixa etária* (cf. Borges, 2004).

Em trabalhos como os de Lopes (1993) e Omena (1988), mulheres tendem a utilizar mais a forma *a gente*, embora a diferença entre *os sexos* não seja muito acentuada. O estudo de Zilles (2002) também mostra que *o sexo feminino* inova ao utilizar variantes mais recentes,

como é o caso de a gente, corroborando os resultados de Borges (2004) que mostrou *o sexo feminino* à frente da implementação de mudanças lingüísticas, embora, em seu estudo, as diferenças sejam consideradas pelo autor como *tímidas*, 0,51 para as duas cidades investigadas pelo pesquisador em questão.

O grupo de fatores *sexo* foi o quarto fator mais significativo selecionado pelo pacote estatístico Varbrul, indicando um forte condicionador da alternância entre as formas pronominais **nós** e **a gente**, apesar de as porcentagens indicarem um diferencial de apenas 5%, conforme mostra a tabela 7 abaixo:

Tabela 7

O uso de **a gente** vs **nós** segundo *o Sexo*

	Apl/Total	%	P.R.
Feminino	204/381	54	0,57
Masculino	239/483	49	0,45
<i>Apl/Total</i>	443/864		

Loglikelihood: -597.896 significance: .242 Input: .52

A diferença dos pesos relativos entre *os sexos* mostra a tendência favorável de **0,11** para as mulheres, que, geralmente, conforme apontaram as pesquisas citadas acima, são tidas como agentes de mudança lingüística, quando esta não está sujeita a sofrer estigma social.

Assim, de 381 dados, **204** são de **a gente** utilizados por mulheres, obtendo a freqüência de uso em 54% e a probabilidade de ocorrer em **0,56** contra 483 dados empregados por homens, desses **239** ocorrências são de **a gente** com a freqüência em 49% e a tendência de uso em **0,45**.

Para reforçar a discussão das tendências acima expostas, o cruzamento de valores percentuais entre os fatores *idade* e *sexo* tem o objetivo de mostrar o comportamento lingüístico de homens e mulheres relacionados à sua faixa etária. Os resultados podem indicar, por exemplo, estabilidade de fatos variáveis ou uma tendência à mudança na língua.

Os resultados abaixo apontam ligeira *estabilidade* no uso de **nós** e **a gente** entre homens e mulheres da faixa etária mais jovem. Da mesma forma, entre ambos os sexos da geração seguinte. Conforme apontam os valores percentuais da tabela 8, *a faixa etária* mais jovem utiliza a forma **a gente** com mais freqüência:

Tabela 8

O uso de **a gente** vs **nós** segundo o cruzamento entre a faixa etária e o sexo

Faixa etária	Masculino		Feminino	
	A gente	Nós	A gente	Nós
29-40	159/269	103/153	110/269	50/153
Apl/Total%	61%	39%	69%	31%
+47 anos	80/174	141/268	94/174	127/268
Apl/Total%	36%	64%	43%	57%
Apl/Total%	239/443	244/421	204/443	177/421
	49%	51%	54%	49%

No que diz respeito às diferenças percentuais entre os sexos masculino e feminino, os resultados apresentados acima indicam que *mulheres mais jovens* utilizam mais a forma pronominal **a gente** do que *os homens* dessa mesma faixa, 69% das *mulheres* contra 61% dos *homens*. De 269 dados, falados pelo *sexo feminino*, **110** são de **a gente** contra **159** empregados por *homens*. No que diz respeito ao pronome **nós**, o *sexo masculino* tende a empregá-lo com mais frequência, 39% contra 31% das *mulheres*. De 153 dados, **103** são do pronome **nós** contra **50** utilizados pelo *sexo feminino*.

Homens acima de 47 anos empregam mais a forma canônica **nós** do que *as mulheres* pertencentes a essa mesma faixa etária. A frequência de uso é de 64% para o *sexo masculino* e 57% para o sexo oposto. De 268 dados, **141** são do pronome **nós** contra **127** utilizado por *mulheres*. No que concerne aos resultados da forma **a gente**, *mulheres com mais de 47 anos* tendem a empregá-la, 43% é a frequência de uso contra 36% dos *homens* que a utilizam. De 174 ocorrências, **80** são de **a gente** utilizados pelo *sexo masculino* contra **94** do sexo oposto.

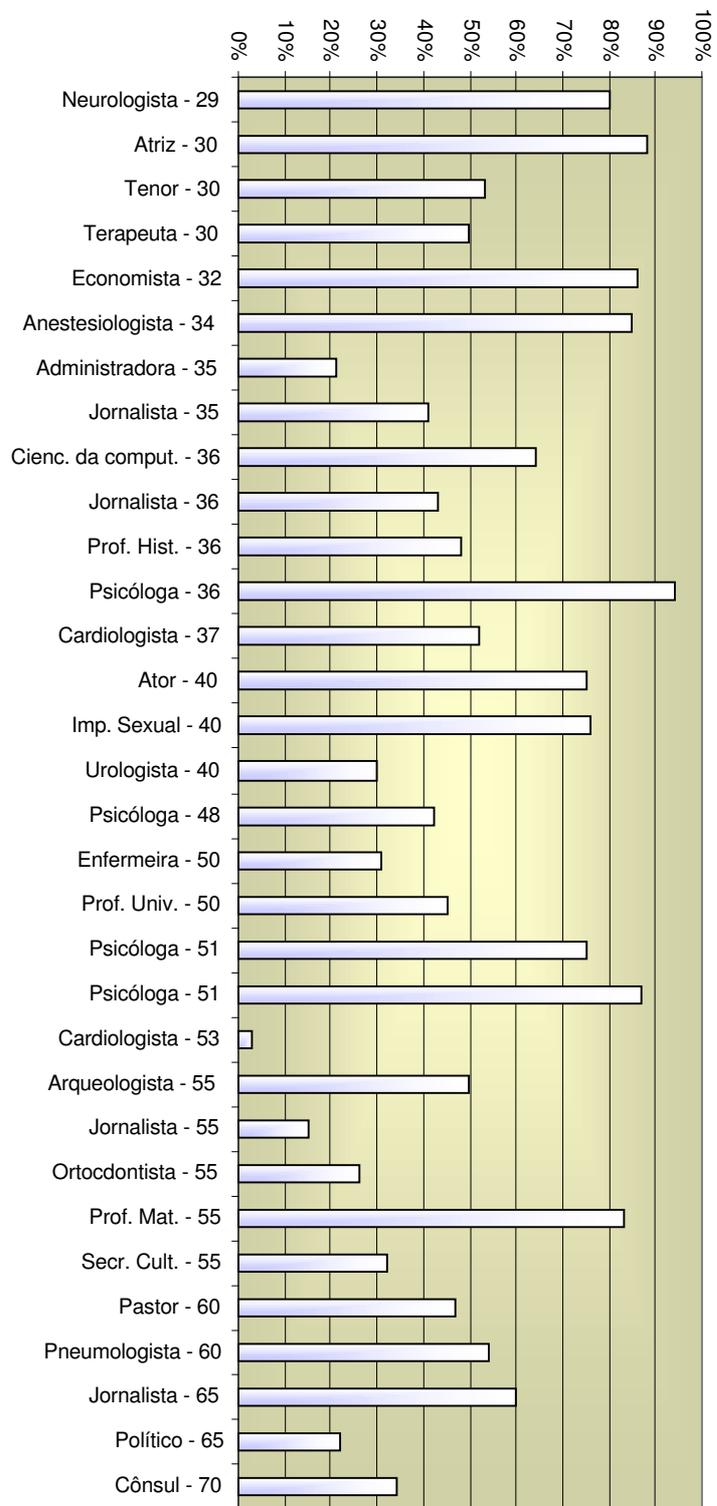
Os totais dos resultados indicam que *mulheres* da segunda geração analisada nesta pesquisa empregam o pronome **a gente** com 54% de frequência de uso contra 49% dos *homens* que a utilizam. *Os homens com mais de 47 anos* empregam o pronome **nós** com 51% de frequência contra 49% do sexo oposto. Esses percentuais comprovam a hipótese de que *mulheres mais jovens* tendem a empregar a forma pronominal **a gente** do que o *sexo oposto*. Esses resultados comprovam essa tendência já mostrada em outros trabalhos (cf. Zilles, 2003; Borges, 2004, por exemplo).

Para confirmar essa tendência de *falantes mais jovens* empregarem a forma **a gente**, o gráfico apresentado a seguir mostra o uso dessa forma pronominal vs **nós** segundo *os indivíduos*.

Os valores percentuais do gráfico exibido na seqüência deste trabalho apontam o uso do pronome **a gente**, por alguns indivíduos, como marcante. *Dez* dos dezesseis falantes mais jovens empregam a forma **a gente** com mais freqüência, ou seja, mais de 50% dos falantes mais jovens analisados nesta pesquisa utilizam o pronome **a gente** para expressar o sujeito.

Em contrapartida, *onze* indivíduos da faixa etária com *+de 47 anos* empregam com mais freqüência o pronome **nós**, e apenas *seis* utilizam o **a gente** com freqüência de uso elevada. É importante ressaltar que nenhum dos indivíduos deixa de usar completamente a forma pronominal canônica **nós** mesmo que nunca a realizem *formalmente* (isto é, sem a presença formal do pronome **nós**).

Cabe esclarecer que o pacote Varbrul não permitiu rodadas com 32 informantes (fatores), por esse motivo as rodadas estatísticas no que concerne aos percentuais do uso de **a gente** por informante foram realizadas separadamente. Mas o gráfico, a seguir, mostra a junção das duas rodadas, considerando os 32 indivíduos e os percentuais de uso de **a gente**, conforme *a faixa etária* de cada falante:



Uso de a gente vs nós segundo os indivíduos

5.5 Considerações finais do capítulo

Em linhas gerais, o pronome **a gente** avança, consideravelmente, como estratégia para designar *referentes específicos*, como *eu* e *eu+tu*. No campo oposto, a variação entre **nós** e **a gente** parece estar estabilizada.

Os resultados do grupo de fatores *manutenção ou não do referente* indicam que **a gente** tende a “aceitar” mais “tipos referenciais” em detrimento do pronome **nós** que parece sofrer *restrições referenciais* ao designar objetos como [eu+eles], por exemplo, conforme discutido anteriormente. Os valores percentuais de **a gente** como *dêixis* também reforçam o avanço dessa forma no campo da determinação referencial.

A presença pronominal é contexto favorável para o **a gente** e também para o **nós**, embora este ainda dispute espaço com a desinência *–mos*. De acordo com os resultados gerais, o preenchimento do sujeito é bastante elevado, considerando a alta escolaridade dos indivíduos entrevistados que poderiam ter utilizado com mais frequência a desinência *–mos*, conforme as regras da gramática normativa.

Os valores dos grupos de fatores *idade* e *sexo* mostraram que indivíduos mais jovens utilizam com mais frequência a forma **a gente**. Da mesma maneira, os percentuais de uso de **a gente** segundo a variação nos indivíduos das duas amostras apontam esse mesmo comportamento, bem como o cruzamento entre *faixa etária* e *sexo* reforçam a tendência de mulheres utilizarem formas inovadoras, como o **a gente**, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste trabalho foi investigar na fala de indivíduos graduados em áreas profissionais distintas (médicos, professores, artistas ...) a intercambialidade de **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações – *mos* e *zero*), na posição de sujeito, e sua atuação na (in)determinação referencial.

... a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama sociedade (Benveniste, E., 1970/1989:99).

Dada a constatação da atuação de **nós** e **a gente** em dois campos semânticos opostos, conforme apontaram os resultados do grupo de fatores *multiplicidade referencial* e outras pesquisas afins, como as de Omena (2003) e Borges (2004), por exemplo, outro objetivo também foi alcançado: o de caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** como *multirreferenciais*. Conforme as discussões dos capítulos anteriores, no desenrolar de *um evento comunicativo*, **nós/a gente**, como expressões de sujeito, podem designar *generalizações*, inferíveis pelo conjunto de informações expresso no contexto, e, além disso, as formas em questão designam referenciais específicos como: [eu/emissor], [eu+tu], [eu+ele(s)].

Dada essa característica “multivariada” das variantes **nós** e **a gente**, é que foi possível responder à pergunta-título deste trabalho: *de quem nós/a gente está(mos) falando afinal?* Os referentes codificados pelas formas em questão são identificados, em sua maioria, pelas *informações-suporte*, inferíveis, e, na maioria dos casos, são precedentes à forma pronominal utilizada. Às vezes sob *efeito catáfora*, pistas contextuais também identificam o referente, como mostrou o exemplo (14), ilustrado no capítulo 1, em que o falante se exclui da referência estabelecida no discurso. Talvez a discussão sobre *a inclusão inerente* da primeira pessoa do singular, *eu*, às formas pronominais **nós** e **a gente**, por exemplo, possa contribuir para a reflexão *da inclusão* ou *não* do *eu*, considerada constitutiva do pronome **nós**, conforme os postulados benvenisteanos. Da mesma maneira, **a gente**, tida como variante de **nós**, possui essa mesma peculiaridade inclusiva do emissor segundo os critérios adotados por Borges (2004) e adotados neste trabalho por quase não acontecer, nas amostras de fala analisadas, esse tipo de ocorrência.

Com relação à noção de regra variável, conforme as discussões do segundo capítulo, mesmo vistos como *multirreferenciais*, a intercambialidade entre os pronomes **nós** e **a gente**

não afeta os princípios desse conceito encontrados na literatura sociolingüística: a) diversas maneiras de se dizer a mesma coisa, b) em um mesmo contexto e c) com o mesmo valor de verdade, porque, na posição de sujeito, e dentro do mesmo domínio funcional (ou domínio discursivo), uma regra variável limita a veiculação do mesmo estado de coisas, não transgredindo o conceito de regra variável postulada pela sociolingüística laboviana. Desse modo, outro objetivo foi alcançado: o de caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *–mos* e *zero*) como *variantes de uma mesma variável*.

Diante das hipóteses erigidas durante a realização desta pesquisa, os resultados estatísticos mostraram, em linhas gerais, que a alternância entre **nós** e **a gente** nas duas amostras, de Blumenau e do Programa do Jô, está distribuída de forma equilibrada, **52%** e **50%**, respectivamente (cf. anexo1).

Quanto ao primeiro grupo de fatores selecionado pelo *Varbrul*, os resultados apontaram alta produtividade de repetição pronominal **a gente** tanto com identidade referencial, como a não preservação do mesmo referente. Tanto a forma pronominal **a gente** antecedente com igualdade referencial quanto a mesma forma antecedente com referente diferente obtiveram percentuais de uso próximos, **72%** e **71%**, respectivamente. A probabilidade também indica uso relativamente próximo: **0,71** e **0,68**. Esses resultados atestam que *nem toda linearidade pronominal* é sinônimo de *igualdade referencial*.

A produção de estruturas paralelas, neste caso as pronominais, é motivada por diversos fatores, sejam eles de ordem *interacional*, *cognitiva*, *textual* ou *sintática*. De acordo com Marcuschi (1996), esses fatores são próprios da organização do texto falado, propiciando *coesão*, *coerência*, *continuidade tópica*, entre outros, e assim favorece uma textualidade menos densa, sensível a repetições lexicais, fonológicas, discursivas ... Como bem salientou Borges (2004), *o paralelismo estrutural* associado à preservação referencial não pode ser considerado um fenômeno de processamento paralelo simplesmente. *A repetição*, característica da oralidade, é mais um mecanismo de “harmonia discursiva”, motivada por fatores referenciais que condicionam *a manutenção ou não do referente*, propiciando a linearidade ou não de formas paralelas em determinado *evento comunicativo*.

Com relação ao uso da *matriz pronominal* ou, no caso, o emprego do pronome como *primeira referência*, os resultados mostraram frequência relativa “moderada” **56%** (0,52). Isso quer dizer que tanto a forma **nós** quanto **a gente** atuam como *primeira referência* no discurso dos indivíduos pesquisados em ambas as amostras. Retomando as considerações de

Marcuschi (1996), após a entrada de certo item lexical, a tendência é de a forma matriz projetar a seqüencialidade dos próximos elementos lexicais na estrutura discursiva. Desse modo, como discutido anteriormente (cf. Omena, 2003: 72), a primeira referência de uma forma não é aleatória, na realidade, a forma introduzida é, provavelmente, a mais empregada pelo informante durante determinado *evento discursivo*, exceto em alguns casos.

Cabe ressaltar que o mecanismo de manter ou não o referente associado à preservação do mesmo elemento pronominal antecedente às formas pronominais subseqüentes não motiva *variação* ou *mudança lingüística*, somente aponta o que outras pesquisas também mostraram (cf. Omena, 2003 e Borges, 2004): o fato de **a gente** estar atuar como uma estratégia de designar referentes em planos semânticos distintos em detrimento, em alguns casos, da forma concorrente, **nós**.

Os resultados do grupo de fatores Multiplicidade referencial atestam a atuação de **nós** e **a gente** em campos semânticos opostos, ora designando entidades *específicas*, ora *genéricas*. Cabe ressaltar que a expressão de sujeito **a gente**, de origem substantiva indeterminadora (cf. capítulo 1), passou para a categoria de *pronome*, atuando, primeiramente, como *indeterminado*. No entanto, de acordo com os resultados obtidos neste trabalho, a forma em questão avança cada vez mais no campo da determinação referencial, designando *eu/emissor* e *eu+tu*. Já no campo oposto, **a gente** atua com uma freqüência de uso de 56%, obtendo uma probabilidade de ocorrência de **0,58**, uso e tendência considerados moderados, indicando *estabilidade* entre a variação de **nós** e **a gente** no que concerne a referenciais genéricos.

Os percentuais do grupo de fatores *dêixis* e *anáfora* indicaram alta freqüência de uso para “tipos dêiticos”, que designam *o locutor* e *o receptor*. Já os resultados dos “tipos anafóricos” foram mais baixos, codificando em sua maioria referentes como: *o falante* e *outras pessoas*. Em linhas gerais, a forma **a gente** atua fortemente como *dêitico*, já o pronome **nós** parece sofrer resistência como uso *anafórico*, conforme discutido no capítulo anterior.

Sabe-se que o contexto discursivo é fonte rica para o estudo dos *processos de referenciação, categorização e inferenciação* (cf. Marcuschi, 2003). Tais processos, analisados na fala, precisam necessariamente da ação humana para que referentes sejam *inferidos, (re)categorizados e referenciados*. Esses processos, ou melhor, essas ações são a maneira que o sujeito tem de *dizer o mundo*, ou como de fato os falantes enxergam a constituição da realidade à sua volta. Os referencias tidos “convencionalmente” como

genéricos, por exemplo, são, na verdade, em sua maioria, grupos socialmente reconhecidos, obtendo, dessa maneira, “traços” quase definidos como apontou Marcuschi (2000).

A opacidade referencial mostrou-se significativa com relação ao peso relativo de **0,63** e 65% de frequência de uso. Retomando as considerações de Koch e Marcuschi (1998) e Marcuschi (2000), de uma maneira ou de outra os referenciais, mesmos duvidosos, são discretizados pelos falantes.

No que concerne à idade, fator selecionado em segundo lugar pelo pacote estatístico Varbrul, os resultados, *em tempo aparente*, mostram que os representantes da faixa etária mais jovem das duas amostras pesquisadas utilizam com mais frequência o pronome **a gente**, 64% contra 39% dos falantes mais velhos. Os pesos relativos também confirmam a tendência de a forma **a gente** ser empregada por falantes mais jovens, reforçando os resultados de outras pesquisas, como as de Omena (1986) e Borges (2004). Vale retomar as reflexões de Tavares (2003), baseada nos estudos labovianos, que diz que *um processo de mudança em curso* pode estar sendo indicado já que *a idade* associada a outros fatores, como *o sexo* e condicionadores lingüísticos, podem apontar *variação* ou *mudança na língua*.

Cabe ressaltar a tendência de *mulheres* estarem à frente de mudanças lingüísticas. Nesta pesquisa, *o sexo feminino* utiliza com mais frequência o pronome *a gente* do que homens. Os resultados do cruzamento entre *faixa etária* e *sexo* reforçam esse mesmo comportamento de mulheres pertencentes a faixa etária mais jovem.

Como já mencionado o objetivo principal desta pesquisa é contribuir modestamente com *a descrição do português falado no Brasil*, tomando como base *dados de fala* que, empiricamente, forneceram subsídios para o estudo da *variação* das formas em questão, além de contribuir para uma discussão da *multirreferencialidade* dos pronomes **nós/a gente** como *processos de construção referencial* (cf. Mondada e Dubois, 1995/2003). Cabe salientar também os limites desse trabalho no que diz respeito às coletas de dados, sem considerar a complexidade social na qual estão inseridos os falantes “utilizados” para compor as amostras aqui analisadas. Reconheço também certas “falhas” no que diz respeito às limitações teóricas correspondentes à sistematização (à mensuração) de fatores não-estruturais, como os de ordem interacional e cognitiva, relevantes para a produção de repetições lexicais, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L. L. *A indeterminação do sujeito no português falado*. Tese de doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro, 1991.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In.: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B. B.; Ciulla, A. (Orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003/1995, p. 53-84.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENTIVOGLIO, P. *A variação nos estudos sintáticos*. XIV Estudos lingüísticos. Anais de seminários do GEL. Campinas, Unicamp, 1987, p.7-29.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. 2^a ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- _____ *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.
- BIRDERMAN, M. T. C. *Formas de tratamento e estruturas sociais*. ALFA 18/19 (1972-1973), p. 321-338.
- BORBA, L. R. *Alguns aspectos sobre o uso de “nós” e “a gente” em Curitiba*. Fragmenta, n.10, UFPR, 1993, p. 65-76.
- BORGES, P. R. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Tese de doutorado. UFRS: Porto Alegre, 2004.
- CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: Roncati, C; Abraçado, J. (Orgs.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 55-65.
- CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Autores Associados: Campinas:SP, 2003 (Coleção linguagens e sociedade).
- CHAFE, W. A flexão de um nome. In.: *Significado e estrutura lingüística*. Tradução de M. H. Neves, O. G. L. A. S. Campos e S. V. Rodrigues. RJ, Livros técnicos e científicos, 1979, p.192-217.
- CHESHIRE, J. Sex and Gender in variationist research. In. *The Handbook of Language Variation and Change*. Chamber, J. K.; Trudgill, P. & Schilling – Estes, N. (eds). Oxford: Blackwell, 2002. p.423-443.

COAN, M. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. UFSC, 2003. Tese de doutorado.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A., 1978.

DUARTE, M. E. L. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 107-124.

_____ *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese de doutorado. UNICAMP: São Paulo: 1995.

DUARTE, M. E. L., KATO, M. A., BARBOSA, P. *Sujeitos indeterminados em PE e PB*. ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística/Associação Brasileira de Lingüística. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2001 (publicado em 2003).

ENÇ, M. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, vol. 22, number 1, winter 1991, p.1-25.

FERNANDES, E. A. *Nós e a gente: variação na cidade de João Pessoa*. Dissertação de mestrado. UFPB, 1996.

FERNANDES, E.; GÖRSKI, E.; NARO, A. Change without change. *Language Variation and Change*, 11 (1999), 197-211. Cambridge University Press Press 0954-3945/99.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In.: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREITAS, J. M. de. Eu, você et alia em três diálogos. In.: *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador, UFBA, v. 11, 1991, p. 25-38.

FREITAS, J. M. de. *Os pronomes pessoais sujeito no ensino médio*. Teoria gramatical e orientação do professor. Salvador: EDUFBA, 1997.

GUY, G. Varbrul: análise avançada. Tradução: Ana M. S. Zilles. In.: *Cadernos de tradução do Instituto de Letras*, nº1, 2ª ed., 1998, p. 25-46.

_____ *Introdução à análise quantitativa da variação lingüística*. Tradução: Ana M. S. Zilles e Leonardo Z. Maya. p. 79-104 (manuscrito).

GÖRSKI, E.; COELHO, I. L. Efeitos de definitude/especificidade e do estatuto informacional sobre o SN-sujeito: algumas considerações. In.: HORA, D.; Collischonn, G. (Orgs). *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. UFPB, 2003, p. 352-382.

GÖRSKI, E. M.; GIBBON, A.; COAN, M.; PIMPÃO, T.; SILVA, T.S. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In.: Paulino Vandresen (Org). *Variação e mudança no português falado da região sul*. Educat: Editora da Universidade de Pelotas, 2002, p.217-268.

ILARI, R.; FRANCHI, C.; NEVES, M. H.; POSSENTI, S. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In.: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). *Gramática do português falado* V. VI: Estudos descritivos. Ed. Unicamp. 1996, p. 79-166.

KOCH, I. V. *A interação pela linguagem*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Coleção repensando a língua portuguesa).

_____ *A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, (41):75-89, julho/dezembro, 2001a.

KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. D.E.L.T.A., vol.14, nº especial, 1998, p.169-100.

_____ *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. In.: Maria Bernadete M. Abaurre e Angela C. S. Rodrigues (Orgs.). *Gramática do Português Falado*8. UNICAMP: Campinas, SP, 2002, p.31-56.

_____ *Estratégias pragmáticas de processamento textual*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, (30) p.35-42, jan./jun./1996.

LABOV, W. & WEINER, J. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistic* 19(1). 1983, p. 29-58.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia. Univ. Press, 1972.

_____ *Where does the linguistic variable stop?* A response to Beatriz Lavandera. Austin, Texas: Sociolinguistic Working Paper, nº44. April, 1978. p. 1-16.

_____ *Building on empirical foundations*. In.: *Perspectives on historical linguistics*. Lehmann & Malkiel (ed.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982, p. 17-35.

_____ *The maintenance of meaning*. Principles of linguistic change. *Internal factors*. Blackwell Publishers Inc. First published, 1994. Reprinted, 1995, p.569-599.

_____ *Some sociolinguistic principles*. In. *Sociolinguistics*. The Essential Readings. Edited by Christina Bratt Paulston and G. Richard Tucker. Blackwell Publishing, 2003, p. 234-250.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAVANDERA, B. R. *Where does the sociolinguistic variable stop?* Language Society. Printed in Great Britain, vol.7,1977, p.171-182.

LYONS, J. *Referência, Sentido e Denotação*. In.: LYONS, J. Semântica I. Lisboa. Editora Presença/Martins Fontes, 1977, p.145-187.

LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ: 1993 (dissertação enviada por email)

_____ *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. D.E.L.T.A., Vol.14, N° 2, 1998, p. 405-422.

_____ *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Tese de doutorado. UFRJ: 1999 (tese enviada por email)

_____ *Análise de variedades do português: a introdução de novas formas pronominais na imprensa - séculos XIX e XX*. UFRJ, 2003 (pesquisa PIBIC, artigo enviado por email).

MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In.: Ingedore G. Villaça Koch (Org). *Gramática do Português Falado 6*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996, p. 95-127.

_____ Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In.: Dino Preti. Projetos Paralelos (Org.). *Fala e escrita em questão – NURC/SP (Núcleo USP)*. Ed. Humanitas: São Paulo -USP, mar. 2000, p. 191-240.

_____ *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Editora da UFPR, Revista Letras, Curitiba, n.56, jul/dez.2001a, p.217-258.

_____ *Atos de referenciação na interação face a face*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, (41), jul/dez, 2001b, p. 37-54.

_____ Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In.: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Orgs.). *Produção de sentido*. São Paulo: Annablume; Estudos transdisciplinares. Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: educs, 2003, p. 239-261.

_____ O léxico: lista, rede ou cognição social? In.: Lúcia Negri, Maria José Foltran, Roberta Pires de Oliveira (Orgs). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, 2004, p. 263-284.

MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP*. Université Paris VII, 1994.

_____ *A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no português do Brasil?* Anais do II ELFE. Maceió: UFAL, 1995a, p.397-403.

_____ *Reestruturação do sistema possessivo em português*. Anais do VIII Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná. Curitiba, 1994. In.: UNIPAR/FAFIU, 1995b, p. 334-338.

_____ *O sistema pronominal do português do Brasil*. Letras, Curitiba, n.44, 1995c, p.91-106.

_____ *A gente: um processo de gramaticalização*. In.: Estudos Lingüísticos, XXV: 622-628 (Anais do XLIII sem. Gel. UNAERP, Ribeirão Preto), 1996, p. 622-628.

_____ *Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira*. Letras de Hoje. Porto Alegre. v.35, no 1, março de 2000a, p. 121-164.

_____ *Uso do pronome sujeito de primeira pessoa no português do Brasil*. Organon, Porto Alegre, 2000b, p. 157-177.

MILNER, J-C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In.: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B. B.; Ciulla, A. (Orgs) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003/1995, p.85-130.

MILANEZ, W. Recursos de indeterminação do sujeito. Dissertação de Mestrado. Campinas, São Paulo, 1982.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B. B.; Ciulla, A. (Orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003/1995, p. 17-52.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais*. Subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza, Ed. UFC, 1994.

_____ *Fenômenos de variação no uso dos pronomes pessoais*. Revista de Letras, Fortaleza, 13 – jan. /dez. 1988. p. 135-149.

MÜLLER, A. L. A semântica do sintagma nominal. In.: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 61-73.

NARO, A. J. Idade. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. UFRJ, 1992. p. 81-87.

- NASCENTES, A. Tratamento de “você” no Brasil. *Revista do Curso de Letras*. UFPR. 1956. p. 116-122.
- NASCIMENTO, E. M.F.S. *Mecanismos e referencialização e produção discursiva*. *Rev. ANPOLL*, n.9, 227-237, jul./dez.2000.
- OLIVEIRA, R. P. *Semântica formal: uma breve introdução*. Mercado das Letras: Campinas-SP, 2001 (Coleção idéias sobre linguagem).
- OLIVEIRA, M. A. DE. *Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical*. *D.E.L.T.A.* v.3, n.1, 1987, p.19-34.
- OMENA, N. P. *Projeto subsídios sociolingüísticos do projeto censo à educação*. Vol. II. Relatório final apresentado ao FINEP, out/1986.
- OMENA, N. P. e BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In.: MACEDO, A. T.; Roncarati, Cláudia e Mollica, M. C. (Orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: brasileiro, 1996, p. 75-83.
- _____ Referência à primeira pessoa do discurso no plural. In.: SILVA, M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolingüísticos*. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. UFRJ, 1998^a, p. 185-215.
- _____ As influências sociais na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In.: SILVA, M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolingüísticos*. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. UFRJ, 1998^b, p. 311-323.
- _____ Referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In.: PAIVA, M. C.; DUARTE, E. L. (Orgs.). *Mudança em tempo real*. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2003, p. 63-80.
- PAIVA, M. C. Sexo. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolingüística variacionista*. UFRJ, 1992, p. 69-73.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da lingual portuguesa*. UNB: 1964.
- SALOMÃO, M. *A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem*. *Veredas, Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 3(1), 1999, p.61-79.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In.: BRAGA, M. L. & PAIVA, C. *Introdução à Sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 147-177.

SCLIAR-CABRAL, L. *Referência: Qual a referência e como evocá-la?* Delta, 18: Especial, 2002, p. 57-85.

SCHERRE, M. M. *Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores* (Pintzuk, 1988; Scherre, 1992/93). UFRJ/UNB.

_____ *Paralelismo lingüístico*. Revista de Estudos Lingüísticos, Belo Horizonte, v.7.n.2, jul./dez.1998, p. 29-59.

SEARA, I. C. *A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana*. Organon, Porto Alegre, 2000, p. 179-194.

SETTI, A. C. R. *A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1997.

SILVA, V. L. P. da. A Relevância dos fatores internos. In.: Mollica, C. M. (Org.). *Introdução à sociolingüística variacionista*. UFRJ, 1992, p. 33-37.

ROLLEMBERG, Vera *et al.* *Os pronomes pessoais sujeitos e a indeterminação na norma culta de Salvador*. In.: Estudos lingüísticos e literários, Salvador, UFBA, v. 11, 1991a. p. 53-74.

_____ *A pessoa e a não-pessoa em discursos de informantes do Projeto NURC/Salvador*. In.: Estudos lingüísticos e literários, Salvador, UFBA, v. 11, 1991b. p. 39-51.

TAMANINE, A. *A alternância de nós/a gente no interior de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 2002.

TAVARES, A. *Introduzindo a sociolingüística variacionista*. In.: *A gramaticalização de e, aí, daí e então*. Emergência e variação no domínio funcional da seqüenciação retroativo propulsora – um estudo sociofuncionalista. UFSC, 2003. p. 78-96.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. Columbia University. Directions for Historical Linguistics: A symposium. University of Texas press, Austin (1968).

ZILLES, A. M. S. Real, apparent, or both? *Three types of evidence for a grammaticalization change in progress in Brazilian Portuguese*. 32 nd NWAVE – University of Pennsylvania. Philadelphia, October, 2003.

_____ *Grammaticalization of a gente in Brazilian Portuguese*. U. Penn Working Papers in Linguistics, vol.8.3, 2002.

ANEXOS

Anexo 1

Conforme dito anteriormente, os fatores não significativos não serão discutidos. Segue abaixo as tabelas com os resultados das ocorrências de **nós** e **a gente** e suas respectivas frequências de uso, de acordo com cada grupo de fatores:

Tabela 9

Uso de a gente nas amostras		
	Apl/Total	%
Blumenau	301/581	52
<i>Jô Soares</i>	142/283	50
<i>Apl/Total</i>	443/864	

Tabela 10

Uso de a gente vs nós segundo <i>Referência Temporal</i>		
	Apl/Total	%
<i>pretérito Imperfeito do Ind.</i>	31/55	56
<i>presente do Indicativo</i>	342/632	54
<i>pres. Subj+Pret.Perf. Subj.</i>	14/30	47
<i>futuro do Pretérito do Ind.</i>	6/13	46
<i>pretérito Perfeito do Ind.</i>	50/134	37
<i>Apl/Total</i>	443/864	

Anexo 2

Secretária da Cultura da cidade de São Paulo, idade: – +/-55. Entrevista⁹¹ exibida em 12/2003, no Programa do Jô/Rede Globo de Televisão.

Início da entrevista

Jô – como é que você se sente, você foi presa duas vezes no DOPs.

Secretária – é verdade.

Jô – 76, 77 né enquadrada na lei de segurança nacional, basta olhar pra você pra gente vê que realmente você é um perigo há segurança nacional (risos) certamente, certamente ... ahhh e hoje em dia por uma tremenda ironia o prédio do DOPs que era aquela coisa ... pesadelo é subordinado a sua secretaria ...

Secretária – certo

Jô – sofreu transformação, o que que funciona hoje lá além das das exposições temporárias?

Secretária – agora mesmo Jô **nós temos** uma amostra muito interessante cheia de crianças sobre as cartas que as crianças escreviam pro Monteiro Lobato. Então **nós fizemos** uma edição das cartas que ele recebia, a família cedeu as cartas pra esta finalidade

Jô – e todas?

Secretária – todas as cartas que ele escrevia para crianças, quer dizer todas as cartas que ele recebia das crianças e ele respondia. Então é uma amostra muito interessante. Agora **nós temos** planos maiores pra aquilo, ah **nós pretendemos** no futuro instalar lá um segundo prédio da pinacoteca, chamar Estação Pinacoteca ...

Jô – olha que maravilha ... agora eu tomei um susto ... você emocionalmente recebeu uma carga enorme ... agora

Secretária – pisar num prédio onde você esteve preso, onde eu tive presa, pela primeira vez pro um evento cultural, foi muito difícil, viu? Foi muito difícil.

Jô – eu imagino, eu imagino ... ohh você estava falando agora do Monteiro Lobato, eu escrevi carta pro Monteiro Lobato ... um fenômeno que mostra o quanto eu tinha adoração o quanto eu adorava o Monteiro Lobato um dia meu pai chegou em casa e disse “hoje morreu Monteiro Lobato” eu fiquei um dia inteiro sem comer (risos). Mais forte demonstração, eu tinha 8 anos de idade, tinha 8 ou 9 anos ... e eu cheguei a mandar uma carta pra ele ...

Secretária – eu não achei, não achei

Jô – não achou

As demais entrevistas podem ser solicitadas através do *email*: ivabsilva@ig.com.br.

Secretária – a tua carta mas achei cartas de inúmeras crianças e as respostas /.../ que ele respondia.

Jô – é verdade. Ohhh voltando a falar do negócio do DOPs, quer dizer, foi difícil de entrar, apesar de tudo isso /.../ bateu o que, bateu aquela sensação de pânico, vamos dizer assim?

Secretária – o meu coração disparou, ahh as mãos ficaram geladas, ahh todos tudo que é conhecido como a síndrome do pânico. E eu pensei que eu tenho que me controlar, eu não posso demonstrar com tanta força o que que tá acontecendo dentro de mim e com o tempo **a gente administra**, né?!

Jô – você chegou a ser torturada, não foi?

Secretária – não, eu cheguei a apanhar, é uma coisa um pouco diferente. Porque eles não pretendiam extrair informações, eles pretendiam simplesmente machucar. E aí ahh foi muito triste, mas o que eu acho importante é que o Brasil conseguiu avançar

Jô – graças a Deus

Secretária – pra uma democracia e que **a gente tem que construir** esse país cada vez mais bonito.

Jô – na ocasião quando prenderam os nove do Glória, 8 ou 9, não me lembro, que foram Flávio Rangel, ahhh Paulo Francis, se eu não me engano o Glauber ... que foram, foram até a porta do Hotel Glória com uma faixa de abaixo à Ditadura. Então prenderam e nós tínhamos reunião na classe teatral e eu era uns do que estavam na mesa da diretoria então eu fui chamado pra depor no DOPs. Fiquei um dia inteiro lá, tomei um chá de cadeira, é melhor do que um chá de cadeira (risos) ... enfim em pânico /.../ intelectual pra pessoa que me interrogou era uma palavra criada por comunismo /.../ qualquer coisa mandada entre aspas é criação dos comunistas /.../ toda vez que eu passo ali em frente sabendo que hoje em dia é um, é um prédio de cultura me dá ... eu penso em você então ...

Secretária – mas **a gente supera, a gente supera ...**

Jô – você sabe que em Paris tem um hotel, que eu não vou citar o nome /.../ mas é um hotel aonde era o quartel general da Gestapo durante a ocupação, eu não passo nem na rua ... imagina hoje /.../ Você se machucou também numa invasão à Universidade?

Secretária – isso. A PUC

Jô – a PUC

Secretária – quando a PUC foi invadida algumas pessoas se queimaram, eu cai em cima de uma bomba ... e foi uma violência muito forte e ahh e e foi também que de lá eu já fui direto pro DOPs também e ee ferida.

Jô – isso foi a segunda vez

Secretária – isso foi a segunda vez ahh foi, foi uma experiência que talvez quem tá estudando hoje em dia ... não pode entender a sensação ruim que dá a tua universidade, na época eu já

dava aula na PUC, a tua universidade ser invadida, eles depredaram a biblioteca da PUC, apreenderam obras de São Tomas de Aquino e de Marx Weber. Perigosos comunistas.

Jô – /.../ comunistas. Você sabe Mário “Chemberi” ... que mais ou menos ficou escondido na minha casa durante 3 meses ... /.../ e numa das prisões que ele ... numa das vezes que ele foi preso um delegado apreendeu quatro livros dele e inclusive Diálogos de Platão. E perguntava pra ele assim “esse livro aqui professor, Diálogos de Platão” ... e o Mário assim “é Diálogos de Platão” e o delegado assim “sim mas diálogos de Platão com quem” ... (risos) /.../ qual era o outro?

Secretária – Marx Weber que é um sociólogo alemão que não tem nada haver com Karl Marx, mas é parecido o nome ...

Jô – é tudo da mesma família (risos) /.../ você chegou a fundar, a ajudar a fundar um partido ... né ... qual era?

Secretária – eu era mauísta ... e ahhh

Jô – /.../ com essa carinha

Secretária – os mauístas eram super disciplinados até exagerado ...

Jô – no Brasil também?

Secretária – no Brasil também. Então eu fui mauísta, eu era do PCdoB e depois integrei o grupo que ajudou a fundar um partido que durou pouquinho tempo, pequenininho, ahh chamado Partido Revolucionário Comunista. E tem figuras fantásticas que tão aí ... como Genuíno, que também participou deste partido ...

Jô – ... Zé Genuíno

Secretária – Marina Silva

Jô – minha queridíssima Marina

Secretária – também participou ...

Jô – e era um partido ahhh chegou a ter problemas pelo número de pessoas, de participantes /.../ tem até aqui um desenho da combi deste partido (exibição de uma charge – risos) eram só vocês quatro ... confessa, hein?

Secretária – podia caber numa combi, pouquinho maiorzinha

Jô – um pouquinho maiorzinha e aí? Bom, e você quando tinha nove anos vendia suco de limão?

Secretária – Na porta de casa, é. Eu, Jô, eu sou filha de imigrantes, né, e o meu pai sempre ...

Jô – da onde?

Secretária – meu pai é Romeno e minha mãe é húngara ... e eles sempre se preocuparam com a profissionalização, inclusive, da mulher ... a minha foi da primeira turma de analistas de sistemas do Brasil ahhh que a IBM formou em 69. Então **a gente tem que trabalhar, a gente tem que pensar**, não é que **a gente necessariamente necessitava**, mas **a gente vivia** nesse espírito de que a vida é uma coisa de que sempre precisa realizar os seus projetos. E meus irmãos e eu, **decidimos que nós íamos vender** suco do lado do fruteiro da nossa casa. **Fomos** um fracasso empresarial completo, fora a família ninguém comprou (risos).

Jô – foi aí que você se tornou mauísta ... (risos)

Secretária – é o mercado não funciona

Jô – não funciona. Vamu falar um pouco do que o João Carlos tava salientando aqui ... do teu trabalho ... junto aos jovens ... como é que é, fala um pouquinho disso.

Secretária – olha o João Carlos teve oportunidade de ver na FEBEN ... ah **nós lançamos** essa semana passada ahhh 75 orquestras de crianças e jovens nas FEBENs. Por que que **a gente lançou?** Porque **nós já temos** 110 crianças como estas, chama-se projeto Guri é um projeto que eu já encontrei na secretaria e que **nós resolvemos fazer crescer** ... ah e **nós temos** 23 mil jovens, fora esses da FEBEN, todos em áreas de risco social, Jô. Todos ou em favelas ou em lugares muito, muito pobres sujeitos à violência. São 400 na Cracolândia, com os seguintes resultados: zero de criminalidade entre esses jovens, inclusive alguns filhos de usuário de craque, filhos de traficante, ninguém se envolveu em crimes. /.../ e nas FEBENs, nessas quatro, taxa zero de reincidência criminal ... e esse projeto tem que ir pra frente e em todas. **Nós pedimos** ajuda pro Antônio Hermínio e Antônio Hermínio patrocinou 2400 instrumentos pra colocar em todas as FEBENs com orquestras e **nós entramos** com os custos dos maestros e professores. E com isso **a gente vai ter** em cada FEBEN uma orquestra ... e o João Carlos /.../ ele prometeu orquestras do projeto Guri no seu aprendizado de se tornar um grande maestro.

Jô – parabéns, parabéns (aplausos) você é casada e tem quantos filhos?

Secretária – olha é uma história comprida

Jô – então começa

Secretária – eu tenho cinco

Jô – cinco

Secretária – alías hoje é o dia do meu aniversário de casamento

Jô – parabéns (aplausos) é casada há quantos anos?

Secretária – quinze anos

Jô – quinze anos

Secretária – quinze anos e **nós temos** meus, teus e nossos cinco filhos

Jô – eu meu não eu não tenho meus, teus e nossos (risos)

Secretária – /.../ o meu marido tem três filhos do primeiro casamento, eu criei dois deles, ah eu tenho uma filha do meu primeiro casamento, que tem 24 anos, e nós temos juntos o Maurício que tem treze anos.

Jô – É verdade que até hoje você lê historinhas pra ele ...

Secretária – leio pra ele ... li pra todos, não leio todo dia porque, secretária da cultura tem um defeito: os eventos são à noite, mas toda a noite em que não há evento, ele me espera eu leio pra ele ... é um momento muito gostoso de nós dois ...

Jô – que ótimo ... eu tenho umas fotos de você aqui criança (exibição de fotos e comentários) ... o Cláudia /.../ a arrecadação do estado é de 18 milhões

Secretária – isso

Jô – ahhh a população não devia ter mais acesso a essas funções da orquestra?

Secretária – eu não tenho dúvida e com isso **que a gente tá trabalhando**. Esse ano quando eu entrei **nós pegamos** cada projeto que havia lá na secretaria e **demos** uma analisada sob um ângulo de gestão, como é que você consegue aumentar o impacto ahhh otimizando a despesa que o cidadão tá fazendo naquele projeto. No caso da /.../ 18 milhões de reais é bastante para a realidade brasileira, mas não é ah bastante para o que é o padrão internacional que é /.../ uma orquestra vencedora que fez uma turnê maravilhosa ...

Jô – não claro ... uma orquestra de primeiro mundo

Secretária – de primeiro mundo ... e **nós decidimos fazer** a seguinte coisa: primeiro ensaios abertos para estudantes, estudantes de música, os próprios meninos do projeto Guri ensaios abertos didáticos em que o maestro pode dar explicações para as crianças sobre os instrumentos. E esses meninos que tão aprendendo música ... vê o que que é um músico vencedor, um músico fazendo certo, um músico que pode se profissionalizar na música e **nós temos** dois ensaios abertos na UNESP e a sala São Paulo, todo domingo, e eu já faço uma propaganda **nós temos** concertos a dois reais a inteira e a um real a meia. Todos os domingos e com

Jô – maravilha isso

Secretária – as melhores orquestras, inclusive as orquestras estrangeiras que vem pra cá **a gente seqüestra** pra sala São Paulo **pra tocar** pra população e então estão todos convidados.

Jô – aliás essa ... a sala São Paulo pra ainda não foi é um dos lugares mais lindos do mundo, é igual a sala de concertos, eu não sei se é a da de Viena João Carlos ...

João Carlos – me parece que é, já tive lá a um tempo atrás

Jô – é um mesmo, mesmo padrão e a mesma qualidade.

Secretária – olha dizem que é a terceira melhor acústica do mundo.

Jô – tá vendo. Agora realmente a idéia dos ensaios, fazer ensaios abertos eu acho sensacional porque tem muita gente que não descobriu ainda a música na na sua total acepção da palavra ...

Secretária – olha Jô **nós temos** além da orquestra sinfônica, **nós temos** oito outras orquestras

Jô – claro que sei

Secretária – **nós temos** a Jazz sinfônica, aliás a Jazz sinfônica teve um concerto muito bonito pro Serginho Groizmann pro Altas Horas que lotou a sala São Paulo de adolescentes ... eles pulavam, pulavam tanto. Porque a Jazz sinfônica tocou com o Frejat, Gabriel o Pensador, com ahhh músicos que ahhh que tem um público certo nessa faixa de idade e eu dei uma olhada pra esse negócio “será que essa sala foi feita pra essa pulação” ... deu muito certo.

Jô – eu queria que você explicasse um pouco a banda ...

Secretária – a banda é ooohh meu xodó

Jô – /.../ muita gente não entende como é que banda pode ser sinfônica.

Secretária – é e essa é uma das melhores bandas sinfônicas do mundo, eu vou te contar uma coisa que aconteceu /.../ **nós tivemos** em São Paulo o Internacional Socialista que se reuniram e **nós queríamos convidá-los** pra alguma coisa e tinha o concerto da banda sinfônica, como **levamos** a banda sinfônica pra sala São Paulo, pra que eles conhecessem além da banda a sala São Paulo /.../ e “**vamos fazer** uma homenagem pra Internacional Socialista”, tocar o hino nacional e o hino da Internacional Socialista. Primeira pesquisa o Internacional ainda é o hino da Internacional Socialista eu dei o desafio pra banda e eles descobriram que sim, que era. E a partitura /.../ acharam as partituras e tocaram /.../

Jô – ficou absolutamente comovido ...

Secretária – foi, eles tocaram /.../ tocaram realmente densas, bonitas e foi muita emoção, muita emoção.

Jô – eu conversei aqui com a secretária de cultura do Estado de São Paulo Cláudia Agostin, Cláudia, além de tudo você é uma simpatia, muito obrigado pela sua presença, por enriquecer o programa de hoje e daqui a pouco e volta no fundo da caneca de novo com o número do João Carlos Martins ... e daqui a pouco a gente volta.